


REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 18 NÚMEROS 3/4
JULHO/DEZEMBRO
1985



SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
PARA A COMUNIDADE
AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS
MERCADO DE TRABALHO

ACESSO COOPERATIVO À INFORMAÇÃO
SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS NAS
ÁREAS RURAIS

14.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
RECIFE - PE. - 20 A 25 DE SETEMBRO DE 1987

cm 1 2 3

Digitalizado
gentilmente por:



11 12 13

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 19B4/19B6

May Brooking Negrão

Presidente

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Vice-Presidente

Maria Angélica Carneiro Martorano

Secretária Geral

Helena Gomes de Oliveira

Primeira Secretária

Humberto Sampaio Lima

Segundo Secretário

Pedro Luiz Martinelli

Primeiro Tesoureiro

Maria Arlete Pivari

Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho

Observador Legislativo

Maria de Fátima de C. F. Zanin de Freitas

Editora

Maria de Lourdes Cortez Romanelli

Assessora de Valoriz. e Divulg. Profissional

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais de
São Paulo

Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito
Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São Carluenses

Associação Paranaense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Profissional de Bibliotecários do
Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da
Paraíba

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Rio Grande
do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários do
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Espírito Santo

Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em
Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de
Mato Grosso

Associação dos Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Goiás

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Sergipe

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado de São Paulo

Revista Brasileira de
**BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

Órgão oficial da

Federação Brasileira de

Associações de Bibliotecários

Editora:

Maria de Fátima de C. F. Zanin de Freitas

Redatora:

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Secretários:

Pedro Luiz Martinelli

Maria Angélica Carneiro Martorano

Jornalista responsável:

Maria Alice Amoroso Nunes

(11.239 MTb – DRT – SP)

Tradutora:

Ana Maria Martinelli

Conselho Editorial:

Dra. Neusa Dias de Macedo

Terezine Arantes Ferraz

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Publicação feita com colaboração do
CNPq - Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Publicação: 4 nºs em 2

Números atrasados: Cr\$ 5.000 (sede da
FEBAB)

Assinatura até 1985 (2 fascículos:

Pessoa física Cr\$ 25.000 – Pessoa

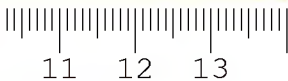
Jurídica Cr\$ 40.000)

Pagamentos em cheque visado pagável em
São Paulo ou ordem de pagamento em
nome da Federação Brasileira de Associa-
ções de Bibliotecários, ou ao Banco do
Brasil S/A.

Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.
Estrangeiro: US\$ 30 dólares.



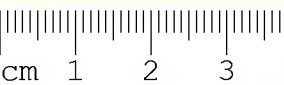
Digitizado
gentilmente por:



CONTENTS**EDITORIAL****ARTICLES**

- 7 Nice Figueiredo
Community information as a means of democratization of the Brazilian Public Library.
- 20 Rose Mary Juliano Longo
Information transfer and the adoption of agricultural and cattle raising practices.
- 27 Mitsi Westphal Taylor
Library services in rural areas in Santa Catarina.
- 39 Vera Gallo Yahn
Evaluation of Brazilian journals of Agriculture.
- 54 Maria de Lourdes Côrtes Romanelli
The Brazilian librarian job market – formal and alternative.
- 83 Rosa M. de S. Lanna, Todêska Badke
Library associations: a comparative study.
- 99 Cleto João Stival
Cooperative access to information.
- 105 Marília M. D. Costa Knoll
State legislation – Santa Catarina situation.
- 111 Marilene R. de Oliveira et alii
Document reproduction in agriculture and cattle raising research: the use of a mimeograph.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 18, numbers 3/4, pages 1-190
Jul./Dec. 1985
ISSN 0100-0691



Digitalizado
gentilmente por:



DOCUMENTOS

- 115 May Brooking Negrão
Relatório de Viagem aos Estados Unidos.
- 122 Maria Alice Barroso
Brasil: a preservação da cultura através da tecnologia.
- 130 Itália M. F. da Silveira, Inês R. P. Krueel
Biblioteconomia urgente.
- 140 *Ciclo de Estudos da C.B.B.P. : Conclusões e Recomendações.*
- 145 *XIII C.B.B.D. – Recomendações finais.*
- 151 *Aos participantes do V COLE.*

153 MOVIMENTO ASSOCIATIVO

TESES

- 160 Maria Brascher B. Medeiros, Mestre
Levantamento e análise da terminologia brasileira em Ciência da Informação.
- 161 Solange Puntel Mostafa, PhD
Epistemologia da Biblioteconomia.

BIBLIOGRAFIA

- 162 Denis Gabos
Linguagens para processamento distribuído.

174 LEGISLAÇÃO

176 EVENTOS E CURSOS

184 NOTICIÁRIO

Toda a correspondência para a RBBD
deve ser dirigida à Federação Brasileira
de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitalizado
gentilmente por:



CONTENTS

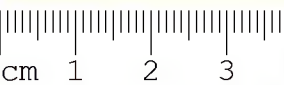
REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

EDITORIAL

ARTICLES

- 7 Nice Figueiredo
Community information as a means of democratization of the Brazilian Public Library.
- 20 Rose Mary Juliano Longo
Information transfer and the adoption of agricultural and cattle raising practices.
- 27 Mitsi Westphal Taylor
Library services in rural areas in Santa Catarina.
- 39 Vera Gallo Yahn
Evaluation of Brazilian journals of Agriculture.
- 54 Maria de Lourdes Côrtes Romanelli
The Brazilian librarian job market – formal and alternative.
- 83 Rosa M. de S. Lanna, Todêska Badke
Library associations: a comparative study.
- 99 Cleto João Stival
Cooperative access to information.
- 105 Marília M. D. Costa Knoll
State legislation – Santa Catarina situation.
- 111 Marilene R. de Oliveira et alii
Document reproduction in agriculture and cattle raising research: the use of a mimeograph.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 18, numbers 3/4, pages 1-190
Jul./Dec. 1985
ISSN 0100-0691



Digitizado
gentilmente por:



DOCUMENTS

- 115 May Brooking Negrão
Report of a travel to the U.S.: IFLA, OEA, Public Libraries.
- Maria Alice Barroso
Brazil: preservation of culture and the use of technology.
- 130 Itália M. F. da Silveira, Inês R. P. Kenel
Library Science: URGENT!
- 140 *Brazilian Committee of Public Libraries – Conclusions of the 1st. Series of Studies.*
- 145 *XIII Brazilian Congress of Library Science and Documentation: Final statements.*
- 151 *To the participants of the VI COLE.*

LIBRARY ASSOCIATIONS NEWS

THESES

- Maria Brascher B. Medeiros, M.A.
The Information Science terminology used in Brazil: survey and analysis.
- 161 Solange P. Mostafa
PhD – Library Science epistemology.

BIBLIOGRAPHY

- 162 Denis Gabos
Languages for shared processing.

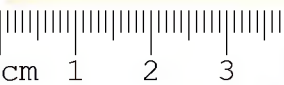
LEGISLATION

EVENTS AND COURSES

NEWS

Quarterly publication
Single number - US\$ 30.00
abroad (1982) - US\$ 15.00
Orders should be placed to

“Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários”,
Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil



Digitalizado
gentilmente por:



EDITORIAL

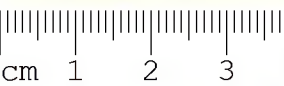
Nice de Figueiredo, profissional que tem tentado abrir novos caminhos à Biblioteconomia brasileira muito apegada ainda a conceitos ultrapassados, abre nossa coletânea de artigos neste número apresentando um trabalho merecedor da maior atenção, no qual estabelece os requisitos necessários para implantação de um serviço de informação voltado para os grupos sociais mais necessitados de apoio. Só por este artigo se justificaria desculpar o atraso da publicação deste número da R.B.B.D. Mão não é só. O Trabalho de Rose Mary J. Longo, pelo interesse que suscitou no meio biblioteconômico português; o relato de Mitsi Westphal Taylor na Conferência Geral da IFLA em Chicago; a síntese da dissertação de mestrado de Vera Gallo Yahn no IBICT; e todos os demais artigos de Rosa Maria e Todêska, do técnico da CELEPAR, Cleto João Stival, da Marília Knoll e da Marilene Regina e suas colegas são de uma importância muito grande na abertura de novas perspectivas em nossa área.

De entremeio, Maria de Lourdes Côrtes Romanelli apresenta uma avaliação de nosso mercado de trabalho, merecedor de toda a atenção.

A série "Documentos" corresponde, praticamente, a outra série de artigos; assim seriam considerados se não tivéssemos tanto material já atrasado na publicação.

Chamamos ainda a atenção para a bibliografia extremamente especializada e valiosa de autoria de Denis Gabos.

Já é comum encerrar este Editorial com pedidos de desculpa pelo



atraso. Desta vez não faremos isso. Aceitamos humildemente as críticas (por vezes indelicadas) que recebemos pois elas têm fundamento e, para aqueles que compreensivamente são pacientes enviamos uma mensagem:

— O esforço que a FEBAB vem desenvolvendo dentro de sua competência legal, para aperfeiçoar a formação técnico-profissional dos bibliotecários, dentro da redução de despesas necessária na nova realidade econômico-financeira do País e da precariedade de suas fontes de receita, nem sempre é bem compreendida pelos próprios bibliotecários. Para todos os que trabalham no mercado editorial de revistas eruditas, o sistema de publicação, sem lastro financeiro suficiente, além de caro é incômodo. A teimosia e abnegação de meia dúzia de colegas que, com intenção de servir à classe, assumiram postos de direção merecem vossa compreensão.

Muito obrigada, Colegas

C.N. de C.F.

“A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico.

Durante a revisão, os erros se escondem fazendo-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas.

Trata-se de um mistério que a Ciência ainda não conseguiu decifrar. . .”

Monteiro Lobato



Digitalizado
gentilmente por:



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

Nice Figueiredo*¹

RESUMO

A importância da implantação de serviço de informação para a comunidade nas bibliotecas públicas brasileiras. Conceitual teórico, críticas, preparação de pessoal e descrição do desenvolvimento destes serviços em bibliotecas públicas americanas e inglesas. Requisitos necessários à implantação destes serviços, tipos de atividades desenvolvidas por bibliotecas atuando como agência direta de informação à comunidade ou como suporte às agências da comunidade.

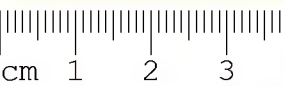
ABSTRACT

Discussion on the need for the establishment of community information services in the Brazilian public libraries. Theoretical concepts, criticisms, training of personnel and description of the deve-

A Biblioteca Pública Brasileira pode se tornar uma instituição democrática por excelência ao prestar serviço de informação para a comunidade, i.e., uma provisão especial de serviço para aquelas pessoas, na comunidade local, que têm acesso limitado às fontes que podem auxiliar na solução dos problemas do dia-a-dia. Para isto, a Biblioteca Pública deve ampliar o seu serviço de referência, procurando atingir aqueles grupos sociais mais necessitados de apoio, inclusive dirigindo o indivíduo às agências que podem auxiliá-lo, realizando assim o que se chama de "referral".

A experiência e a prática em outros países atestam ser esta uma função das mais expressivas para uma Biblioteca Pública que deseja realmente atuar como uma instituição social. Esta atividade de

*¹ Pesquisador Titular – IBICT/ECO-UFRJ



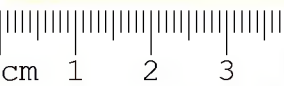
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO
DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

lopment of these services in American and English public libraries. Necessary steps for the establishment of these services; types of activities developed by libraries performing as agencies for community information or as support for agencies in the community.

informação para a comunidade deve merecer assim, a atenção daqueles bibliotecários brasileiros desejosos de realizar tarefas que atestem o seu envolvimento com a sua comunidade e comprovem a função social da biblioteca pública ou, ainda, o papel da biblioteca numa sociedade em rápidas transformações.

Em ocasiões anteriores quando tratamos deste assunto, ou seja, em 1979 na IIa. REBCI e em 1982 no Forum de Debates sobre Biblioteconomia, ambas ocorridas no Rio de Janeiro, e, ainda, em 1981 em Manaus, onde lecionamos sobre serviços de referência em diversos tipos de bibliotecas e salientamos este serviço de informação para a comunidade em bibliotecas públicas, sentimos não ter motivado suficientemente os bibliotecários brasileiros para esta atividade. Atribuímos este fato ao momento político de então, não conducente ou propício para este tipo de prestação de serviço público.

Contudo, historicamente, conforme o estudo feito por Susana Mueller, o papel da biblioteca pública evoluiu ou foi se alterando, de uma instituição voltada à educação do cidadão, do alargamento da sua cultura e do seu lazer, para estas novas funções, "de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informação para atividades diárias". A conclusão que chegou a autora no seu trabalho foi de que as funções básicas da biblioteca pública têm se mantido "e permanecerão as mesmas, i.e., a preservação, organização e difusão do conhecimento ou informação". Ou, conforme Shera: conservação dos registros gravados, auto-educação e estímulo à



leitura, difusão ativa da informação. O que tem mudado e continuará mudando, afirma ela, são as formas de desempenho e o uso que é feito das atividades de Biblioteca Pública.

E o fator, ou a mola mestra que aciona ou condiciona estas mudanças de desempenho e uso das bibliotecas públicas é o contexto de um dado momento histórico, e é para este contexto de mudanças políticas e sociais que estão ocorrendo no país que os bibliotecários brasileiros devem estar atentos. É o momento propício para a implantação de serviços realmente relevantes à comunidade, democratizadores, por assim dizer, da biblioteca pública, que passaria a servir não apenas àqueles indivíduos alfabetizados da classe média e estudantes que *procuram a biblioteca*, mas sim a nossa grande massa de desvalidos, desfavorecidos e oprimidos que *não têm conhecimento ainda do que seja uma biblioteca*, e para os quais a informação pode significar uma melhoria real, o alcance de uma solução, a obtenção de um benefício social.

Assim, a informação para a comunidade na Inglaterra foi uma atividade que nasceu acionada pelo contexto histórico particular de uma nação em guerra. O Citizens Advice Bureau (CAB) ou Escritório para Aconselhamento dos Cidadãos, foi criado em 1939 para auxiliar as pessoas com problemas pessoais e sociais originados do estado de guerra que envolvia o país. Este serviço desenvolveu-se através dos anos numa organização de caráter nacional, com uma rede atualmente de 800 escritórios pelo país, na maior parte aten-

didos por voluntários, com tendência de contar com pessoal assalariado. Estes escritórios oferecem atendimento de caráter geral, com a finalidade de aliviar o infortúnio, através do fornecimento de aconselhamento e *informação gratuita, confidencial, imparcial e independente*, sobre qualquer assunto que qualquer pessoa tenha necessidade.

Nos Estados Unidos, a turbulenta década de 60 ocasionou mudanças em todo o país e em muitas de suas instituições, inclusive as bibliotecas, que tiveram que se avaliar e mudar, colocando maior ênfase na *responsabilidade social de servir a todas as pessoas*. Nesta época foi publicado o trabalho de Kahn:

Neighbourhood Information Centers que relatava justamente a experiência britânica com os CAB e que deu origem a criação da Social Responsibilities Roundtable e o Office of Library Service to the Disadvantaged, pela ALA. Este movimento, por sua vez, motivou as bibliotecas a iniciarem a prestação de serviços que foram chamados de Information & Referral (I & R) e serviços de extensão (reach out) para servir as suas comunidades de maneira que parecia mais de acordo com a época, i.e., serviços de informação necessária a grupos distintos da comunidade.

Historicamente, então, a idéia de informação para a comunidade nasceu na Inglaterra, mas esta idéia foi transplantada para os Estados Unidos, inspirando os bibliotecários a criarem estes serviços dentro das bibliotecas públicas, o que aconteceu em fins da década de 60, sendo pioneira a Free Library de Baltimore. Poste-



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

riormente, já na década de 70, os bibliotecários ingleses, vendo o exemplo americano, começaram a desenvolver esta idéia nas bibliotecas públicas inglesas, com uma gama variada de serviços, enquanto que o modelo americano de I & R tem dois objetivos principais:

1. Realizar a ligação entre o usuário com um problema e a agência apropriada para fornecer a resposta;
2. Fornecer à agência provedora da informação o feedback do usuário.

Nos Estados Unidos outras grandes bibliotecas públicas seguiram o exemplo de Baltimore, e com auxílio federal, tornaram acessíveis serviços de informação à comunidade,, salientando-se o trabalho de Clara Jones em Detroit* e o projeto denominado Neighbourhood Information Centers Program envolvendo os sistemas de Atlanta, Cleveland, Detroit, Houston e Queens em Nova York. Este programa teve como objetivo mostrar a factibilidade de utilizar ramais de bibliotecas para fornecer serviço de I & R; o foco da atividade do projeto foi a realização de pesquisa e de levantamento das necessidades das comunidades, e a implementação prática do serviço foi feito em dois ramais de cada uma das cinco cidades.

Um dos principais objetivos deste programa foi:

"Demonstrar aos residentes vizinhos à biblioteca e à comunidade em geral, que a biblioteca pública urbana pode ser uma

* vide explicação detalhada desta implantação na nossa publicação: Avaliação de coleções e estudos de usuários p. 55-60.

força vital na vida diária, pois pode fornecer informação gratuita e encaminhar os moradores às fontes adicionais de informação e auxílio; que a biblioteca pode se adaptar às maneiras não tradicionais para atender às necessidades daqueles que não haviam previamente feito uso dos serviços da biblioteca pública, nem tinham tido qualquer experiência ou conhecimento do papel que a biblioteca pública pode ter na vida diária dos residentes de uma comunidade"; e que pode fornecer informação para a sobrevivência ou de "referral" para pessoas que estão em faixas mais baixas de salário e que podem ter pouca ou limitada educação".

Assim, na realidade, estes serviços se concentram no atendimento das necessidades de informação dos grupos sócio-econômicos mais baixos da comunidade. Basicamente, são mantidos catálogos extensos sobre as agências de auxílio existentes na comunidade e a biblioteca coloca o cliente diretamente em contacto com a agência apropriada, geralmente por telefone.

O momento histórico vivido pelas bibliotecas públicas urbanas nos Estados Unidos, na época do transplante desta idéia da Inglaterra, era, segundo a descrição de um autor, de uma instituição sob ataque, interna e externamente. Externamente, o problema pode ser visto como tendo surgido durante a década turbulenta de 60 e com aparecimento do livro de Michael Harrington, *The other América*, que mostrou, pela primeira vez e de maneira contundente, o outro lado, o lado da miséria existente no país, e que incen-

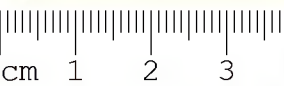


diou a consciência nacional, dando origem a estudos e coleta de estatísticas pelo governo por anos a seguir. Do lado prático, provocou os amplos programas sociais do governo Johnson (The Great Society; War on Poverty) e, eventualmente, criou a preocupação federal em tornar as bibliotecas mais relevantes às necessidades dos desvalidos. Some-se a este ambiente a grande argumentação pública em torno do envolvimento do país no Vietnã, já nos fins da década de 60 e início da de 70. Nesta época, a largueza dos anos dos programas sociais democráticos (com a ascensão do republicano Nixon) estava terminada. O financiamento federal das bibliotecas públicas passou a representar apenas uma fração do enorme orçamento do Ministério da Saúde, Educação e Bem Estar, cabendo aos governos locais a manutenção das bibliotecas públicas que tiveram assim que lutar pelos seus orçamentos juntamente com os outros órgãos de serviços públicos. Por sua vez, os governos locais estavam se vendo a frente com maços gastos para a educação, sem contar mais com o auxílio federal e começaram a questionar o gasto na educação pública. As bibliotecas públicas que estiveram sempre associadas à educação e tinham prosperado como instituições quase educacionais, as metas educacionais representando a filosofia dominante nestas bibliotecas, i.e., *a biblioteca pública estava disponível para todos que quisessem se aperfeiçoar*, estas bibliotecas se viram envolvidas e atingidas por este corte de verbas, tendo que criar soluções para atrair os recursos necessários. A criação dos serviços

de informação para a comunidade foi assim uma saída ideal, pois oferecia um serviço tão necessário à comunidade como os demais serviços públicos.

Internamente, o ataque às bibliotecas públicas foi acionado pelo próprio corpo de pessoal, cada vez mais militante, de acordo com o ambiente do país na década de 60; havia um engajamento cada vez maior do pessoal em atividades sindicais, e passaram a desafiar as metas e as filosofias de serviço, questionando as metas educacionais das bibliotecas públicas, e citando as estatísticas que mostravam o aumento crescente do analfabetismo funcional e o número elevado de pessoas que precisavam de informação, não de educação, e argumentando sobre o papel da biblioteca na sociedade e sua relevância diminuta nas áreas urbanas.

No meio deste grande debate apareceu o estudo de Kahn sobre os CAB na Inglaterra, o que trouxe então o conceptual necessário para responder à preocupação dos bibliotecários americanos: uma visão de uma função de informação que faltava à sociedade americana, e cuja função as bibliotecas públicas estavam, obviamente, equipadas para cumprir. A obra de Kahn, na verdade, não falava em bibliotecas, mas foi um instrumento ou a inspiração para aqueles bibliotecários que o viram como um argumento para estabelecer serviços de informação para a comunidade em bibliotecas públicas. Estes bibliotecários, no dizer de um deles, passaram a uma ação missionária, pregando a nova idéia e, ao final da década de 60 o movimento estava a pleno vapor com reuniões



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

e conferências sobre o assunto.

Information & Referral era um conceito totalmente novo para as bibliotecas públicas americanas; desafiava a própria filosofia do que a instituição era a devia ser. Demandava o reexame do qual o papel da biblioteca na sociedade deveria ser e promovia a idéia de que a informação era um produto que deveria ser fornecido sem condições prévias. O produto real que a biblioteca deveria estar promovendo passava a ser não mais o livro, educação ou cultura, mas *informação para todos*.

Houve críticas, houve resistência quanto a esta nova função da biblioteca pública, pois do ponto de vista político, palavras como *advocacia* (defesa dos destituídos) *interferência* (em outras agências de informação) e *avaliação* (dos seus serviços) eram assustadoras para uma instituição que havia solidificado sua reputação na neutralidade política. Assim, hoje em dia se aconselha que, para a implementação de um serviço de I & R num sistema de bibliotecas é necessário:

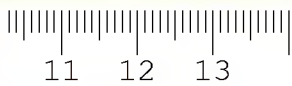
1. Sejam estabelecidas as metas e objetivos da biblioteca; porque o reconhecimento do papel da biblioteca como uma agência de informação deve ser aceito, de *início*. Se o corpo de pessoal ou a administração do sistema acredita que o produto primeiro da biblioteca é: livros, conhecimento, educação e cultura, o novo papel não vingará;
2. envolvimento com a comunidade. Se o método de operação da biblioteca é independente da comunidade, o novo papel não vingará. As bibliotecas deverão aprender a trabalhar com as outras

agências de informação existentes para resolver os problemas da comunidade, através do fornecimento da informação ou de referral.

3. as bibliotecas públicas e as outras agências fornecedoras de informação e referral na comunidade não devem se ver como competidoras no oferecimento do serviço.

Um exemplo do esforço cooperativo que resultou na melhoria do acesso à informação pela comunidade é o do Pikes Peak Library District, em Colorado Springs, no Colorado; com base no sistema computadorizado, já existente na biblioteca, ao qual foram acrescentados os catálogos existentes nas outras agências, o trabalho de coleta e atualização dos dados passou a ser compartilhado entre todas as agências. O primeiro catálogo levantado foi manual, sendo após algum tempo passado para o on-line da biblioteca. Uma vez despertadas para as necessidades dos seus constituintes, novos serviços foram desenvolvidos, podendo se mencionar: Centros de informação para empregos — onde são compilados diretórios e se ajuda na feitura de curriculum vitae; centros de informação sobre educação, saúde, consumo, etc.. uma gama imensa de serviços de I & R, que podem ser encontrados nas bibliotecas públicas americanas na década de 80.

Na Inglaterra, por volta da segunda metade da década de 70 a informação foi descrita em documento oficial, como o quarto direito do cidadão, e a *disponibilidade de informação na crescente complexidade da sociedade é uma parte impor-*



tante do sistema democrático. Assim, os bibliotecários devem reconhecer que eles são essenciais às liberdades políticas da nossa sociedade e devem estar preparados para assumir uma parte na provisão de informação à comunidade. Informação correta sendo um recurso nacional vital, e importante também como recurso local.

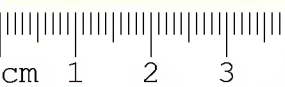
O conceptual para esta tomada de posição pelos bibliotecários ingleses se baseia no princípio de que as bibliotecas têm fornecido informação como parte integral dos seus serviços desde que foram estabelecidas, apesar de, particularmente em anos recentes, a clientela das bibliotecas públicas ter sido principalmente da parte alfabetizada da população, capaz de usar informação e fazer o melhor uso deste recurso. Mas há muitas pessoas que não têm rápido acesso à informação ou são incapazes de usar a informação provida porque esta é apresentada de maneira complexa para pronto atendimento. Desta maneira, numerosas agências fornecendo informação e aconselhamento se desenvolveram, nacional e localmente, algumas gerais e outras especializadas, como os já citados CAB, os Neighbourhood Advice Centres, Legal Advice e Law Centres, Consumer Advice Centres, Housing Advice Centres, Local Authority Information Centres, além de organizações voluntárias e departamentos do governo federal e local.

A biblioteca pública possui uma riqueza imensa de recursos informacionais e o bibliotecário possui capacidade técnica para coletar, editar e processar informação que podem ser desenvolvidas para o

interesse da comunidade. Ainda, o local central da biblioteca na comunidade, sua base na vizinhança e sua imagem neutra, a tornam um local ideal para a provisão de informação e para apoiar outras agências locais de informação. Um papel importante para a biblioteca pode ser:

1. Coletar informação local e produzir diretórios para servirem de suporte para outras agências;
2. Provisão, juntamente com outras agências, de um serviço de informação na própria biblioteca;
3. Promoção de exposições de folhetos, panfletos, cartazes com informação para as pessoas se auto guiarem para requererem os seus direitos ou da comunidade;
4. Preparação de diretórios detalhados de referral para uso de outras agências;
5. Apoio a outros centros de aconselhamento ou à grupos da comunidade para a provisão de informação local e nacional relevante.

Em se decidindo oferecer o serviço, uma consideração básica por parte da biblioteca é a de tomar conhecimento dos serviços que já existem na comunidade e fornecidos por agências gerais ou especializadas de informação. O papel da biblioteca pública é, assim, essencialmente o de complementar e coordenar os serviços locais, não o de competir com eles. A biblioteca pode decidir limitar o serviço à provisão de informação apenas, mais do que aconselhamento, mas é considerado que se a biblioteca pública deseja manter sua relevância numa sociedade em mudança, a informação para a comunidade deve



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

ter uma alta prioridade. Assim, o papel de coordenador ou de cooperação ativa com outras agências é essencial.

Com base nestas conceituações e como foi relatado, as bibliotecas públicas inglesas começaram a oferecer serviços de informação à comunidade em meados da década de 70, algumas com ênfase no modelo americano de I & R e outras com gamas variadas de serviços já que se basearam na experiência de outras agências já existentes, na comunidade, i.e. preencheram o que foi detectado como lacunas de informação. Assim, algumas bibliotecas, como a de Longsight, ramal de Manchester, estão preparadas a oferecer aconselhamento e, quando necessário, serviço e advocacia dirigido às necessidades dos mais destituídos da comunidade.

A maioria das bibliotecas, no entanto, são reticentes quanto a assumirem um papel tão ativo. Algumas bibliotecas se apoiaram em outras agências para fornecer o serviço para o seu público, oferecendo local em seu edifício para grupos manterem seus atendimentos independentes, ou então trabalham cooperativamente com uma série de agências para fornecer serviço generalizado de informação. Outras ainda vêem como seu papel principal o de fornecer informação às outras agências, que são livres de adotar qualquer estilo para melho servir aos interesses dos seus clientes; algumas bibliotecas ainda têm fornecido diretórios detalhados para referral, recursos informativos, informação local e até serviço mensal de informação às agências de aconselhamento com pessoal voluntário.

O debate acerca do papel provável da biblioteca pública no fornecimento de informação à comunidade ainda prossegue tanto na Inglaterra, como nos Estados Unidos, e há idéias, conceitos e sugestões que nos parecem relevantes à tomada de decisão por parte dos bibliotecários brasileiros a respeito deste assunto. Assim, vejamos.

É inegável que as bibliotecas obtiveram sucesso quando estabeleceram serviços à grupos com necessidades informacionais específicas de assuntos definidos e homogêneos, pois nestes casos é possível planejar serviços e prever a demanda, caso claro das bibliotecas especializadas. *No caso das bibliotecas públicas, o problema surgiu quando elas olharam da mesma forma para a informação para a comunidade, mas então definindo a comunidade geograficamente e não por área de interesse.* Responder a todas as necessidades de informação de toda a comunidade é provêr um bom serviço geral de referência/informação. Mas uma comunidade definida geograficamente terá uma gama tão ampla de necessidades de informação que tornará impossível atendê-las de uma maneira detalhada através do serviço de referência. A solução então, e é a que foi adotada, é dirigir o serviço para grupos particulares dentro da comunidade, *partindo da premissa de que há uma desigualdade básica na provisão de informação e de que esta desigualdade tende a ser com relação aos grupos sócio-econômicos mais baixos.* Como resultado, pode-se concentrar o serviço na ajuda para a solução dos problemas do dia-a-dia: moradia, emprego, pro-



blemas familiares e pessoais, consumismo, finanças domésticas, educação, direitos civis e da previdência, para atender grupos na comunidade que teriam menos acesso a outras fontes de ajuda como advogados, contadores, etc.

Mas se a biblioteca deseja usar o termo "informação para a comunidade" este uso já está estabelecido e deve ter o mesmo significado, sempre. Assim, enriquecer a coleção de folhetos e panfletos e tornar a informação mais acessível, embora muitas bibliotecas necessitem desta medida, isto não é informação para a comunidade. Tampouco melhorar o serviço de informação em assuntos locais, i.e., aumentar a coleção de material não-livro, desenvolvendo catálogos detalhados de informação local e publicando diretórios e atuando como a agência central para outras agências de informação, isto não é informação para a comunidade, mas sim um serviço de informação local, uma função muito valiosa para uma biblioteca pública.

Informação para a comunidade é a provisão especial de serviço para aquelas pessoas na comunidade local que têm acesso limitado às fontes para auxiliar na solução dos problemas do dia-a-dia. Isto quer dizer que houve uma decisão positiva da biblioteca em concentrar-se a permitir que pessoas, particularmente aquelas dos grupos sócio-econômicos mais baixos da comunidade, possam agir, quer individualmente, quer coletivamente, para a solução dos seus problemas do dia-a-dia, com base na informação fornecida pela biblioteca.

A biblioteca pode então fornecer esta informação de duas maneiras:

1. Diretamente aos indivíduos ou grupos, estabelecendo com efeito, o que vem a ser um centro de aconselhamento, com bibliotecários treinados adequadamente, ou então em conjunto com outras agências locais;
2. Alternativamente, pode fornecer serviço de informação especializada à grupos específicos cujos papéis são o de ajudar indivíduos ou grupos na comunidade.

Tipos de serviço de informação/aconselhamento com os quais as bibliotecas podem esperar ter de se envolverem, caso decidam oferecer um *serviço direto de informação à comunidade*:

1. Informação direta — A maioria das questões requerirá uma resposta oferecendo apenas informação fatural, como o endereço de uma outra agência, o custo de um benefício, etc.
2. Explicação — Esclarecendo o texto de um documento, de uma carta;
3. Aconselhamento — Alguns clientes requerirão aconselhamento sobre o curso de uma ação. Poderá haver opções e o pessoal deverá ter conhecimento para aconselhar um ou outro curso. Em alguns casos, apenas algumas palavras tranquilizadoras ou de apoio podem ser mais apropriados do que aconselhamento.
4. Auxílio prático — ajudando a preencher formulários ou escrever cartas;
5. Referral ativo — O tipo de referral que a biblioteca deve oferecer envolve colocar os clientes em contacto com indi-



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

víduos em outras agências que podem ajudá-los, e é esta a função que a biblioteca pode realizar da maneira mais útil, colocando as duas em contacto telefônico na biblioteca, ou o pessoal telefonando e marcando uma entrevista para o cliente ir falar com o funcionário da outra agência, depois de explicação do problema.

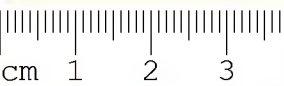
6. Mediação — Numa minoria de casos, o pessoal pode sentir que precisa interceder com relação a algum cliente a quem acredita foi dada uma informação errada por outra agência. É neste ponto que as diferenças entre o serviço oferecido pela biblioteca e o oferecido por outras agências se tornarão aparentes. Como parte da administração do poder local, a biblioteca deve somente questionar informação, particularmente aquela fornecida por outros departamentos do poder local, quando *todos os fatos da situação sugerem que o cliente tem uma queixa justificável. Diferentemente de agências independentes, a biblioteca não pode promover o caso de um cliente sem levar em conta os certos e errados da situação.* Em muitos casos, isto envolverá afastar o cliente com uma resposta negativa e isto pode ser difícil, *mas deve ser feito.*

7. Advocacia — Isto envolve preparar um caso para um cliente e oferecer apoio, ou falar no lugar do cliente em uma corte ou tribunal. *É extremamente improvável* que um bibliotecário possa se encontrar na situação de ter que preencher esta função. Se o cliente tem uma queixa justificada contra outra agên-

cia, é provável que a abordagem mediadora, como acima demonstrado — resolva a situação.

8. Campanhas — Se o trabalho da biblioteca obtém sucesso, e se torna valiosa para a comunidade local, ela será inevitavelmente envolvida em campanhas locais. Entretanto, permitindo que a população local tenha acesso aos fatos da situação, à acomodações para promover suas causas, e.g., espaço para reuniões públicas, publicidade, fornecendo auxílio através de exposições, apresentações audiovisuais, a biblioteca deve ter o cuidado de não se tornar identificada com grupos cujas causas não são de interesse comum.

A provisão de informação para a comunidade é assim, de uma certa maneira, o desenvolvimento da tradicional função de referência da biblioteca, mas então dirigida às áreas de necessidades sociais. Apesar de existirem muitas agências, quer voluntárias, ou governamentais na Inglaterra, para esta finalidade específica de provisão de informação e aconselhamento, há ainda amplas lacunas de necessidades não preenchidas. Uma das razões para isto, é que, em áreas urbanas há uma série de agências tratando de problemas específicos ou então lidando com áreas geográficas apenas, o que faz com que o público em geral freqüentemente não saiba onde ir para ajuda. É aqui que o papel da biblioteca pode ser realmente útil, direcionando as pessoas para a agência correta e tendo a certeza de que as pessoas cheguem a agência mais adequada para resolver o seu problema particular. Assim,



para assegurar-se de um *serviço de referral* eficiente, as bibliotecas públicas devem:

1. Ter conhecimento detalhado e manter contacto próximo com todas as agências locais de auxílio. As bibliotecas não podem agir isoladamente.
2. Fazer o contacto inicial e o acompanhamento do referral para evitar aumentar as chances de evasão, quando aos clientes é fornecido simplesmente o endereço ou o telefone. Este acompanhamento é essencial, conforme comprovado tanto na experiência inglesa como americana, pois pode haver um nível de até 50% de evasão, se este contato não for feito.
3. Montar exposições para tornar conhecidas as outras agências locais;
4. Compilar, publicar e manter diretórios de referral. As bibliotecas são as mais indicadas para produzirem diretórios amplos e detalhados sobre as funções de outros serviços locais de aconselhamento, ou de guias para categorias específicas de agências de auxílio;

Sob outro ponto de vista, se decidir atuar apenas como uma *agência de suporte para outras agências locais* de auxílio, a biblioteca pode:

1. Fornecer coleções de referência básica àqueles centros com recursos limitados e fazer publicidade sobre as próprias coleções de referência que possam ser de valia à serviços de aconselhamento (textos legais, diretórios diversos).
2. Oferecer recursos, não só de materiais de informação, mas datilografia; duplicação e reprodução de material para organizações locais;

3. Considerar compartilhamento de espaço, com a cessão de sala para membros de agências de aconselhamento ou de políticos locais.
4. Fazer intercâmbio de informação, incluindo, por ex., informação sobre vagas de empregos, nos quadros da exposição permanente;
5. Circular informação sobre auxílios existentes na comunidade local às outras agências, como um serviço de disseminação, isto, idealmente feito em conjunto com todas as agências. Poderia trazer dados sobre: detalhes dos serviços prestados pelas organizações locais, informações sobre normas, regulamentações, decisões, etc. emanadas da Câmara ou Assembléia, publicações correntes, cursos e treinamentos de interesse às diversas agências.
6. Auxiliar, com base na capacidade especial do bibliotecário, as outras agências, quer oficiais, quer independentes, a organizar as suas coleções de informação e publicações, quer ou não fornecidas pela própria biblioteca. Estas coleções não se adaptariam à classificação de Dewey, por exemplo, sendo então indicado o uso da classificação própria do CAB.

Neste caso de agência de suporte apenas, a biblioteca deve considerar que os seus recursos muitas vezes são generosos, quando comparados com as agências de aconselhamento, além do que os bibliotecários possuem capacidade e experiência no trabalho de informação; assim, este suporte deve ser dado de maneira discreta, evitando dar a impressão de que a bi-



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

bliblioteca deseja "organizar" ou "tomar conta" do serviço, às vezes estabelecido há muito tempo e com sucesso. Do ponto de vista da própria biblioteca, *que tem um papel indiscutível na provisão de informação* e, que desde algum tempo já é aceito o fato de que *seus serviços devem ser mais relacionados com a sua comunidade*, existem algumas sugestões para aperfeiçoar o provimento de informação para a comunidade, calcadas na experiência inglesa:

1. Melhorar os sistemas para aquisição e uso de larga coleção de folhetos, panfletos e cartazes, assegurando suprimento não só para atualização como também para distribuição;
2. Exibir manuais de referência e para circulação, junto com os panfletos, cartazes e informação periódica em um local identificável para constituir uma seção de "self help" incluindo a própria coleção de recortes de jornais da biblioteca, publicações locais, artigos de periódicos, etc. nos tópicos de interesse como: reformas de casas, benefícios da previdência para mães solteiras, crianças, incapacitados físicos, idosos, etc. Este material poderia ser a base dos pacotes de "self help" a serem distribuídos aos necessitados da informação.
3. Melhorar o conhecimento do público acerca dos seus direitos e dos serviços que a biblioteca tem a oferecer através da exibição de todas as categorias de informação para a comunidade. Estas exibições podem ser levadas para eventos tais como feiras e festivais. Apenas

ao colocar os panfletos e os catálogos de informação local em acesso aberto aumentará o conhecimento do público.

4. Explorar as possibilidades de treinamento em conjunto com outras agências de aconselhamento.

Quanto a este aspecto, qualificações profissionais não são vitais para o pessoal envolvido na provisão de serviços diretos de informação para a comunidade. O que é importante, é que o pessoal seja empenhado no serviço, tenha interesse e compreensão para com as pessoas e os seus problemas, tenha inteligência e uma personalidade agradável. A experiência conta muito. O treinamento deve incluir oportunidade de trabalhar em outras agências de informação e aconselhamento, desde que a compreensão do serviço é essencial para o pessoal da biblioteca. Idealmente, programas conjuntos de treinamento devem ser providenciados para os funcionários de todas as agências relevantes dentro de uma área.

No que diz respeito à educação formal do pessoal para atuar em informação para a comunidade, nos Estados Unidos já existem várias escolas com cursos regulares cobrindo o assunto, como as da Columbia, Drexel, Syracuse, California-Berkeley, Maryland, etc., além de um número maior que oferece informação para a comunidade como parte de outro curso. Na Inglaterra, o Center for Information Science, da City University, Londres, iniciou em 1980 um curso regular, o mesmo acontecendo com o Department of Information Studies da University of Sheffield,

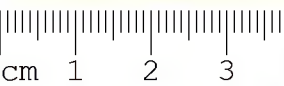


além da Politechnic de Manchester e outras escolas pelo país.

Finalmente, e para encerrar, vale a pena mencionar a existência de esforços no sentido das bibliotecas públicas brasileiras oferecerem este serviço de informação para a comunidade, principalmente o que está sendo feito em Belo Horizonte e João Pessoa, sem dúvida fruto dos cursos locais de mestrado, além do que se realiza em São Paulo. Mas é importante, contudo, que haja um esforço mais concentrado neste sentido, para que um número maior de bibliotecas públicas inicie o oferecimento deste serviço, bem como para que as escolas de graduação em biblioteconomia se preocupem em treinar pessoal para a realização desta tarefa altamente necessária e gratificante ao profissional bibliotecário.

REFERÊNCIAS

- FIGUEIREDO, Nice M. de — Biblioteca como sistema de informação. *ÂNGULO*, Lorena, 22 (1): 2-3, abril/junho 1984.
- Serviço de informação para a comunidade em bibliotecas públicas. *BOLETIM ACB*, Florianópolis, 2 (2): 50-55, jul./dez. 1982.
- Information and Referral: the journal of the Alliance of Information and Referral Systems, 4 (2) Winter 1982.
- LIBRARY ASSOCIATION. Library Service Committee. Working Party on Community Information Services. *REPORT*. September 1979. 113p. Mimeo.
- MUELLER, Susana P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 13 (1): 7-54, mar. 1984.



O PAPEL DA TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

Rose Mary Juliano Longo

MSc in 1978 — Canadá.

Terminando PhD no Department of Information Studies, University of Sheffield. England, Uk.

Um país de grandes dimensões como o Brasil tem um enorme potencial agrícola a ser desenvolvido, principalmente se se levar em consideração a crise econômica mundial e o fato que uma grande parte da população do mundo não se alimenta dentro de níveis mínimos de nutrição.

O setor agrícola sempre foi parte importante da economia brasileira: participa com 13% do Produto Interno Bruto (PIB) e com 42% do volume total de exportação; financia 41% dos produtos importados; etc. (FAO, 1983); e a partir de 1980, com o advento do III Plano Nacional do Desenvolvimento (III PND — BRAZIL, 1981) a agricultura passou então a ser considerada prioridade nacional.

O III PND enfatizou o aumento da produção e da *produtividade* agrícola, tornando claro a necessidade de se usar novas tecnologias, que fossem adequadas à melhor exploração da terra, visando à

auto-suficiência em produtos agrícolas e agropecuários e, eventualmente, às melhores condições de vida do ser humano.

Os problemas de transferência e de adoção de novas tecnologias já foram estudados em várias partes do mundo.

Um dos mais conhecidos modelos de adoção de inovações, foi elaborado por ROGERS (1962) e conta com cinco etapas: 1) conscientização; 2) interesse; 3) avaliação; 4) experimentação; e 5) adoção.

Mais tarde ROGERS & SHOEMAKER (1971) estabeleceram os pontos principais do processo de difusão de novas tecnologias como sendo: (1) a inovação (2) que é comunicada através de certos canais, (3) através dos anos (4) dentre membros de um sistema social.

Não só o processo de tomada de decisão deve ser considerado como importante num processo de adoção de novas tec-



O PAPEL DA TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

nologias. Existem uma série de fatores que influenciam a decisão de produtores rurais com relação à novas tecnologias.

Os fatores mais estudados com relação à difusão e adoção de novas tecnologias agropecuárias estão divididas da seguinte forma:

- a) Econômicos: crédito, renda, tamanho da propriedade, emprego fora da fazenda, dedicação parcial à atividade agrícola, arrendamento, etc.
- b) Informativos: canais de comunicação de massa e de comunicação interpessoal, liderança, etc.
- c) Sócio-Culturais: idade, alfabetização, educação, familismo, fatalismo, atitudes em relação a risco e incerteza, status, tradição, etc.
- d) Psicológicos: empatia, tendência a mudanças, motivação, etc.

A maioria dos trabalhos feitos sobre adoção de inovações agrícolas procuraram estabelecer níveis de correlação entre estes fatores e a variável dependente — adoção, com o objetivo de procurar explicar de que maneira estes fatores influenciam a decisão do produtor rural em relação a uma nova tecnologia.

Também importantes são as características pessoais do produtor rural.

A maioria dos trabalhos sobre transferência de tecnologia agrícola pressupõe que produtores rurais de países do Terceiro Mundo são: raramente alfabetizados; com um baixo nível de escolaridade; com baixa renda; com pouco acesso ao crédito agrícola disponível; tradicionais; com excessivo apego à terra, etc.

Outro tipo de pressuposição é que as inovações são sempre boas, indispensáveis e eficientes, e que, portanto, todos os produtores devem adotá-las, se quiserem ter um bom índice de produção e produtividade; e que a não-adoção destas práticas indica que o produtor é retrógrado, ignorante, tradicional, e pouco suscetível às mudanças.

Isto não é necessariamente verdade. Produtores rurais são seres humanos racionais, que, evidentemente, procurarão agir da melhor maneira possível, dentre as condições que lhe forem oferecidas; e, se a tecnologia for transferida de maneira eficiente e racional, é de se supor que o produtor rural considerará a nova tecnologia como possível, dado que outros fatores econômicos e sociais lhe sejam favoráveis.

Este estudo teve como objetivo principal analisar em que grau os canais de comunicação interpessoal e de massa influenciam a adoção de práticas agrícolas e pecuárias por produtores rurais do Distrito Federal do Brasil.

Outros fatores sociais, culturais, e econômicos tais como: anos de experiência em agricultura, local de nascimento, alfabetização, escolaridade, idade, tamanho da propriedade, crédito, etc. também foram analisados na tentativa de se explicar o padrão de adoção de práticas agrícolas e pecuárias da região.

A área escolhida para este estudo foi a zona rural do Distrito Federal que contém um total de 2.562 proprietários rurais abrangendo uma área de 285,142.00 hectares de terra.



450 (18%) destas propriedades foram selecionadas de maneira aleatória e 384 produtores rurais foram entrevistados.

As variáveis dependentes analisadas foram:

Y1 = proporção das inovações agrícolas adotadas.

Y2 = proporção das inovações pecuárias adotadas.

A escolha das inovações a serem analisadas foi feita de acordo com contactos mantidos com o Serviço de Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER), que definiram os grupos das principais práticas (agrícolas e pecuárias) que tinham sido introduzidas na região há, pelo menos, cinco anos.

As variáveis independentes analisadas foram as seguintes:

X1 = crédito

X2 = renda

X3 = emprego em tempo parcial, fora da propriedade

X4 = arrendamento

X5 = tamanho da propriedade

X6 = escala da operação

X7 = percepção das vantagens em adotar as inovações

X8 = anos de experiência em agricultura

X9 = contactos com as inovações

X10 = contacto e intensidade de uso dos canais de comunicação de massa

X11 = contacto e intensidade de uso dos canais de comunicação interpessoal

X12 = idade

X13 = alfabetização

X14 = escolaridade

X15 = local de nascimento

As características pessoais dos produtores rurais entrevistados são muito diferentes da imagem que normalmente se faz à respeito do produtor rural de países do Terceiro Mundo.

81% dos produtores rurais do Distrito Federal são alfabetizados; cerca de 68% têm entre 5 e 23 anos de escolaridade; vêm, em sua maioria, de regiões do Brasil que são bastante desenvolvidas e com tradição agrícola; não fazem muito uso do crédito rural disponível; 53% têm entre 30 e 50 anos de idade; têm, em sua maioria, uma renda agrícola não muito alta; e, cerca de 42% têm outro emprego fora da propriedade rural.

Os 384 produtores entrevistados foram divididos em três grupos, de acordo com a atividade principal de sua propriedade, ou seja:

GRUPO I = agricultura

GRUPO II = pecuária

GRUPO III = ambas agricultura e pecuária

Enquanto divididos nos três grupos, os produtores rurais mantiveram basicamente as mesmas características individuais. Porém os produtores do Grupo II se distinguiram pelas seguintes características: 95% são alfabetizados; 90% têm entre 5 e 23 anos de escolaridade (57,5% têm entre 15 e 23 anos); a grande maioria tem uma renda agrícola relativamente alta, portanto 70% dos produtores dedicados à pecuária nunca fizeram uso do crédito agropecuário disponível; 37,5% têm outro emprego fora da propriedade rural.

A proporção de adoção por parte dos três grupos foi muito boas. 71% dos produtores dedicados somente à agricultura,



adotaram mais que 50% das inovações agrícolas. 72,5% dos produtores dedicados somente à pecuária adotaram mais que 50% das inovações pecuárias, e no grupo de produtores dedicados à ambas as atividades, 62% adotaram mais que 50% das

inovações agrícolas enquanto 61% adotaram mais que 50% das inovações pecuárias.

Figuras 1, 2, e 3 mostram a distribuição dos produtores rurais de acordo com a proporção de adoção de inovações, para os três grupos de atividades.

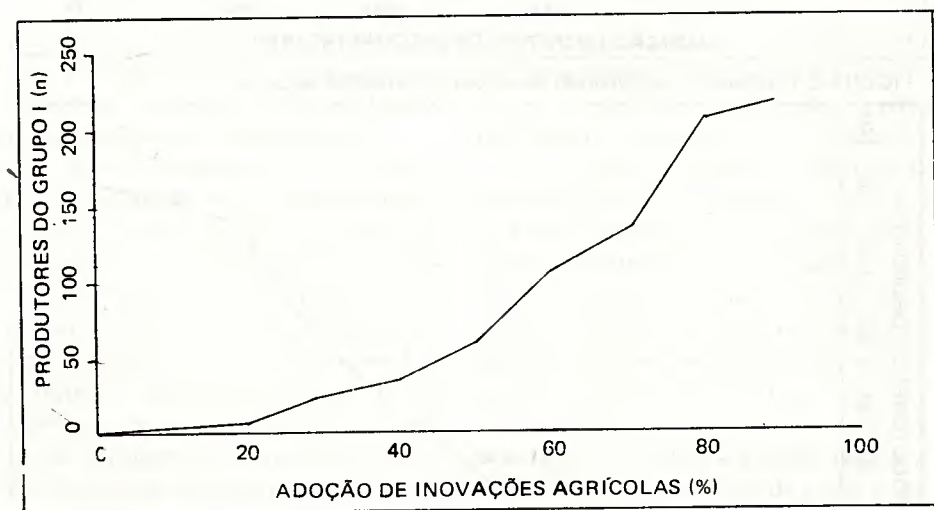
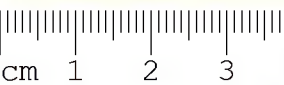


FIGURA 1: Distribuição da proporção de adoção de inovações agrícolas.



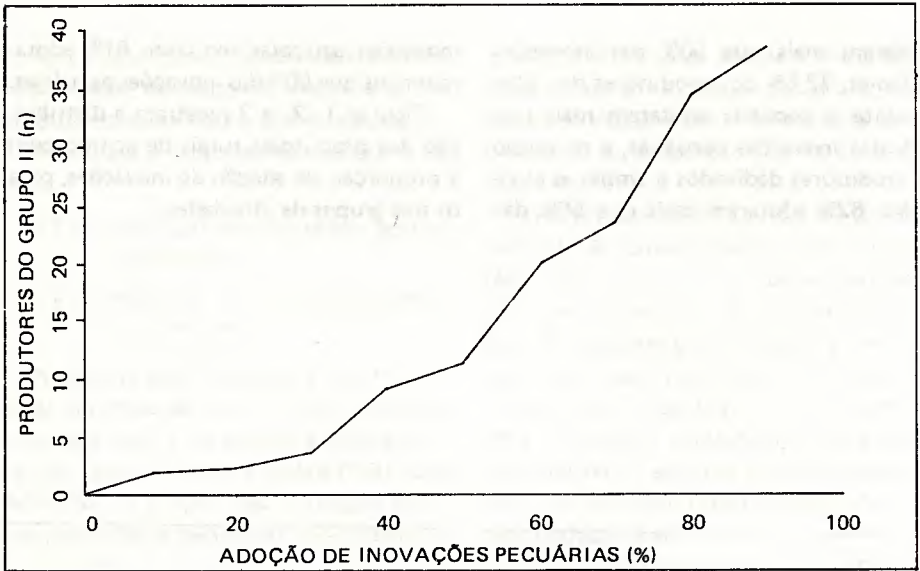
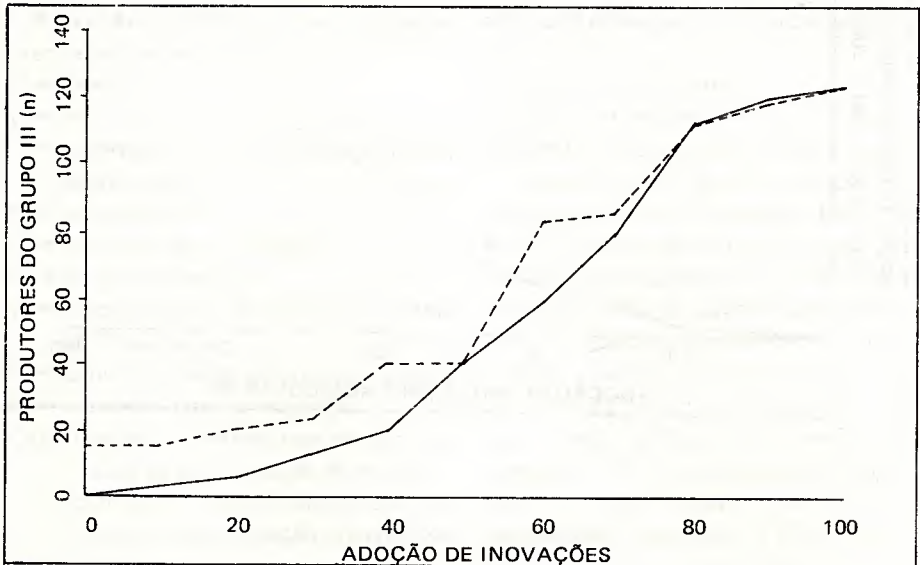
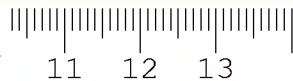
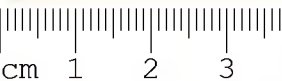


FIGURA 2: Distribuição da proporção de adoção de inovações pecuárias.



ADOÇÃO DE INOVAÇÕES PECUÁRIAS - - - - -
ADOÇÃO DE INOVAÇÕES AGRÍCOLAS _____

FIGURA 3: Distribuição da proporção de adoção de inovações agrícolas e pecuárias.



O PAPEL DA TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

A análise de regressão conseguiu explicar 48,1% da variância na adoção de práticas agrícolas no grupo de produtores dedicados somente à agricultura; 63,5% da variância na adoção de práticas pecuárias, no grupo de produtores dedicados somente à pecuária; e, no grupo de produtores dedicados à ambas atividades a análise de regressão explicou 51,4% da variância na adoção de práticas agrícolas e 32,3% da variância na adoção de práticas pecuárias.

A informação transferida através de ambos os canais de comunicação interpessoal e de massa, tem uma relação altamente positiva e estatisticamente significativa com a adoção de práticas agrícolas.

E, embora normalmente se acredite que os canais de comunicação interpessoal sejam mais eficazes nos países em desenvolvimento, os resultados da análise de regressão mostram que os canais de comunicação de massa explicam 23% da variância na adoção de práticas agrícolas para o Grupo I e 20% para o Grupo III; enquanto os canais de comunicação interpessoal explicam 2% da variância na adoção de práticas agrícolas para o Grupo I e 6% para o Grupo III.

A transferência de informação, seja através de canais de comunicação de massa, ou através de canais de comunicação interpessoal, aparentemente não teve nenhuma relação com a adoção de práticas pecuárias.

Este resultado nos leva a crer que além de se considerar os fatores externos que

influenciam a adoção de inovações (ex: crédito, renda, educação, etc.), é necessário se levar em conta as características endógenas das inovações.

O processo de adoção de inovações não está, então, limitado somente às características pessoais do produtor rural, nem apenas aos fatores sociais, econômicos, culturais, etc. que podem afetar o processo decisório do produtor rural, mas também às características intrínsecas das inovações a serem adotadas.

Os resultados deste estudo só poderão ser extrapolados para outras regiões do Brasil ou para outros países do mundo, que possuem características individuais e características regionais semelhantes à da população aqui estudada.

Embora Brasil e Portugal possuam algumas características semelhantes (veja Tabela 1), as diferenças entre estes dois países ainda são muitas, não permitindo portanto que os resultados deste estudo possam ser usados para Portugal.

Como pode se observar na Tabela 1, o setor agrícola português ainda necessita de muitas melhorias antes de poder competir em nível de igualdade com outros países do Mercado Comum Europeu. Para que o setor agrícola português se torne eficiente e competitivo, é necessário um aumento de produção e de produtividade agrícola, através do uso de novas tecnologias e da modernização do setor, visando o aumento na exportação de produtos agrícolas.

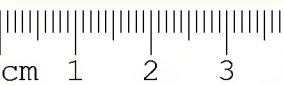


TABELA 1: COMPARAÇÃO ENTRE OS SETORES AGRÍCOLAS DO BRASIL E PORTUGAL

CARACTERÍSTICAS	BRASIL (%)	PORTUGAL (%)
Participação do Setor Agrícola em relação ao PIB total (1979)	13	16
População agrícola em relação à população total (1981)	37	30
Exportação agrícola em relação à exportação total (1981)	42	6
Importação agrícola em relação à importação total (1981)	9	21
Proporção do total de importações financiado pela exportação agrícola (1981)	41	5
Índice de crescimento do PIB agrícola no período 1970-78	23	15
Quantidade de propriedades agrícolas com menos de 20 hectares	85	97
Quantidade de propriedades agrícolas com menos de um hectare	14	44

Fontes: FAO, 1983; OECD, 1984; IBGE, 1984

Um estudo desta natureza poderia ser efetuado em Portugal, na tentativa de se analisar as características dos produtores rurais portugueses, e de se avaliar de que maneiras prover o homem rural português com informação e recursos suficientes para a modernização do setor agrícola.

LITERATURA CONSULTADA

BRAZIL. Planning Secretariat of the Presidency. *Brazil's III National Development Plan 1980-1985*. Brasília: 1981.

FAO. *The state of food and agriculture*. Rome: 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil 1983*. Rio de Janeiro: 1984.

OECD. *Economic surveys 1983-1984: Portugal*. Paris: 1984.

ROGERS, E.M. *Diffusion of innovations* New York: The Free Press; 1962.

ROGERS, E.M. & SHOEMAKER, F.F. *Communication of innovations, a cross-cultural approach 2*. ed. New York: The Free Press; 1971.



SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS AS ÁREAS RURAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL*

MITSI WESTPHAL TAYLOR

Coordenadora do
Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina
Fundação Educacional de Santa Catarina
Florianópolis, SC – Brasil

Palavras chaves: *bibliotecas em países em desenvolvimento. planejamento de bibliotecas públicas. serviços bibliotecários a áreas rurais.*

dade pode oferecer e que se acham vinculados à quantidade e qualidade de informação disponível.

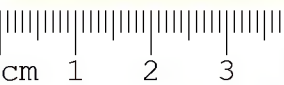
Creemos que em tais contextos o papel da Biblioteca Pública, cujo adjetivo — Pública — lhe dá a prerrogativa de ser do povo, deva ser examinado a partir da ótica das desigualdades sociais o que nos leva a concluir que cabe a ela cumprir importante e estratégica função: reduzir a distância que separa realidades tão diferentes, mediante a efetiva democratização de seu uso. Nesta Biblioteca Pública é requerido do bibliotecário desempenhar o papel de agente da mudança e ele deve estar capacitado a planejar, isto é, diagnosticar a situação presente e prever sua evolução buscando ir ao encontro de propósitos determinados.

Considerando as condições usualmente disponíveis em países em desenvolvimento para a efetivação de serviços bibliotecá-

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social agudamente reclamado pelos países em desenvolvimento passa fatalmente pela democratização do acesso e utilização da informação.

Nesses países a grande maioria da população é justamente aquela que não participa em condições de igualdade da distribuição dos bens e serviços que a socie-



rios, acredita-se que no planejamento de serviços em bibliotecas públicas dois pontos são considerados essenciais:

a) O planejamento deve ser enraizado, isto é, fundamentado nas necessidades sentidas ou latentes na maioria da população. Tendo em vista que diferentes grupos de vida humana associada possuem valores, aspirações e necessidades características, o planejamento de serviços da Biblioteca Pública precisa ser legitimado pelo usuário, antes de o ser pelo Estado. Auscultar em primeira instância o indivíduo, depois sua comunidade, o município a região onde vive o cidadão é uma necessidade básica. E são tais realidades particulares que devem servir de base para a programação das ações.

b) O planejamento deve ser pragmático. Nele deve prevalecer o bom senso e a criatividade deve ser intensamente utilizada para tirar o melhor partido dos recursos disponíveis. Enquanto aguardamos que os grandes planos do Governo, quando existem, sejam postos em prática, não podemos nos satisfazer apenas com as constatações, que são tão evidentes. Não é necessário nenhum esforço para verificar quão distante estão os acervos e serviços tradicionalmente oferecidos pela biblioteca pública do dia a dia da maioria de nossas populações. Eles precisam ser seguidos de ações para que mudanças ocorram no menor prazo possível.

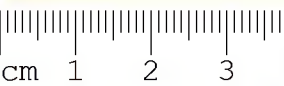
Idealmente a implantação e implementação de um processo de planejamento requer uma série de condições favoráveis em termos institucionais, administrativos e técnicos¹. A prática nos autoriza a dizer

que mesmo na ausência das citadas condições, alguma coisa pode ser feita. Este trabalho apresentará a experiência do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina (Brasil) (SBPSC) onde serviços bibliotecários na área rural foram postos em execução com um mínimo de sustentação do governo. Na verdade deve-se essencialmente a uma consciência de necessidade aliada ao espírito empreendedor do povo desse estado os resultados que estão se obtendo.

Antes de tratarmos da experiência do SBPSC — planejamento e execução de serviços na área rural — algumas informações se fazem necessárias para melhor entender o contexto onde a experiência vem sendo realizada. Iniciaremos iluminando o conceito de biblioteca pública no Brasil. Em seguida localizaremos o SBPSC no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Posteriormente apresentaremos a experiência em si, nos seguintes termos: perfil sócio-econômico cultural do estado de Santa Catarina, bases teóricas que serviram de sustentação para o modelo de serviço bibliotecário adotado, prioridades eleitas, diagnóstico do estado atual dos serviços bibliotecários na área rural e perspectivas para o futuro.

2. A BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL

A biblioteca pública no Brasil, a exemplo de outros países é considerada "missão indelegável do Estado". Entretanto a falta de uma legislação a respeito do assunto implica na não existência de recur-



tos específicos no orçamento do Estado para a sua manutenção, na não existência de um enunciado claro sobre seus reais objetivos bem como no desconhecimento, por parte dos cidadãos quanto a seus direitos sobre serviços bibliotecários².

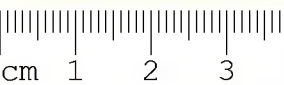
A biblioteca pública no Brasil na sua grande maioria é municipal e como tal os recursos para a sua manutenção são garantidos mediante convênio firmado entre o Instituto Nacional do Livro e as Prefeituras Municipais. "O convênio é aleatório, depende excessivamente da boa vontade, do grau de conscientização, do interesse dos prefeitos e nada garante sua manutenção em anos seguintes. . . Em suma, a biblioteca pública vive da iniciativa de prefeitos e outras autoridades e, alternativamente, do apoio de outras entidades como sejam: secretarias de educação, fundações culturais, instituições religiosas, clubes de serviços e entidades tipo SESC (Serviço Social do Comércio)"³.

3. O SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

"Com a finalidade de propiciar meios para a produção e o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários" em 1937 foi criado no Brasil o Instituto Nacional do Livro (INL) o qual passou incorporar a partir de 1968, o Serviço Nacional de Bibliotecas vindo conseqüentemente coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas e tendo como meta prioritária a Biblioteca Pública. A partir de 1976 iniciou a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O projeto dispôs

de recursos para implantar em cada Unidade Federada um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, as quais, articuladas comporiam um Sistema Nacional. Conseqüentemente "as Bibliotecas Públicas Municipais deixariam de funcionar isoladamente" vindo a compor "um sistema institucionalizado de colaboração mútua"⁴. Entretanto, se a existência de um plano nacional de bibliotecas e sistemas de informação coloca como primeiro requisito a inclusão de "uma decisão política, feita pelo governo, sobre o desenvolvimento global" e este deverá claramente indicar os objetivos que o governo determina para o SIB (Serviço de Informação e Biblioteca), as prioridades básicas e as bases financeiras⁵, podemos dizer que o Brasil ainda não dispõe de um Plano Nacional de Bibliotecas Públicas. É que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas carece ainda de uma base jurídica e econômica, uma vez que a nível de subsistemas estaduais, nem todos se encontram legalmente institucionalizados e contando portanto com garantias para um desenvolvimento integrado, continuado e conseqüentemente. A nível nacional, passados quase dez anos desde sua implantação (1976-1985) o Projeto Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ainda não foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, atualmente Ministério da Cultura.

Apesar dessas características negativas presentes no todo, os subsistemas estaduais vem se esforçando no sentido de explorar de melhor maneira possível as condições disponíveis em sua Unidade Federada. E, dada as diferenças regionais pre-



sentes num país com a extensão do Brasil onde população se acha dividida em classes sociais de diferentes níveis de vida e diferentes níveis de cultura, os subsistemas estaduais vem adquirindo feições e ritmo de desenvolvimento próprios:

Quadro I

Região	% Área	Número de cidades	Densidade Populacional	% População	% Participação na economia
Litoral	36	90	57 pessoas km ²	45	55
Planalto	64	109	27 pessoas km ²	27	45

Fonte: Mattos, F.M. de Santa Catarina, 197B.

O quadro I fornece dados numéricos a respeito de seu perfil sócio-econômico-cultural.

Como é comum em todo o Brasil os 199 municípios do Estado de Santa Catarina possuem entre si uma variedade muito grande com relação a seu tamanho, variando a extensão entre 5.271 km² (o maior) a 43 km² (o menor), sendo que todos eles comportam uma parte urbana onde se localiza a sede do município o que pode inclusive significar a existência de uma cidade e uma parte rural que em alguns casos pode abrigar um ou mais núcleos populacionais claramente definidos, chamados distritos. Dos municípios de Santa Catarina, 54% possuem área superior a 300 km² o que explica o elevado índice de população rural tendo em vista que a sede do município (parte urbana) geralmente é de pequeno porte. Desse modo (entre os 199 municípios catarinen-

4. O SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA

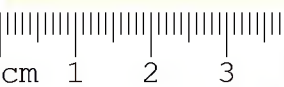
Santa Catarina é um estado localizado na região sul do Brasil. Possui área 95.483 km² compreendendo duas realidades distintas: o litoral e o planalto.

ses, 127 possuem população rural numericamente superior à sua população urbana).

Em Santa Catarina 43% da população possui idade inferior a 15 anos. A população de Santa Catarina é composta de: portugueses, alemães, italianos, poloneses e mais recentemente japoneses.

O estado de Santa Catarina encontra-se dividido em 20 micro-regiões polarizadas com finalidade de regionalização da ação do governo e de seu planejamento⁶. Os aglomerados étnicos, a distribuição espacial das cidades e a vocação agro-industrial dão ao perfil sócio-econômico-cultural de Santa Catarina duas características específicas: desconcentração e diversificação.

Em agosto de 1979, época em que se



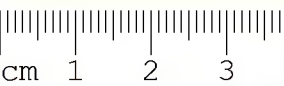
iniciou a implantação do Sistema de Bibliotecas Públicas, Santa Catarina contava com 187 Bibliotecas Públicas Municipais (B.P.M.) de acordo com os registros do INL, especialmente distribuídas em toda a extensão do estado. O levantamento efetuado pelo SBPSC encontrou algumas unidades desativadas. As demais apresentavam uma grande diversidade de estágios quanto a recursos físicos, materiais, humanos e a nível de organização. Apenas duas executavam serviços de extensão sendo estes executados na periferia urbana.

Estas duas bibliotecas localizam-se nos municípios de maior índice de população urbana e alcançaram os maiores índices em termos de qualificação de recursos humanos e conseqüentemente qualidade a nível de organização do acervo. Quando foi iniciada a implantação do SBPSC decidiu-se considerar o rico mosaico que o estado apresentava, acreditando que a diversificação oferecia pontos de apoio específicos para vantagens localizadas, a desconcentração, uma oportunidade para abranger desde o primeiro momento, toda a extensão do estado. A malha viária disponível aliada a um eficiente sistema de transporte e comunicação oferecia o suporte indispensável para a articulação das unidades. E, a conseqüência natural da interação de diferentes bibliotecas públicas municipais, a partir do momento em que iniciassem a troca de experiências, seria o enriquecimento do todo.

O Ano Internacional do Livro (1984) pode ser tomado como um marco inaugural para uma série de estudos em torno do

papel do livro na sociedade. E, a interrelação entre o livro e os meios de comunicação de massa passou a ser um dos tópicos privilegiados da pesquisa estimulada pela Unesco, sendo o assunto abordado sob diferentes pontos de vista⁷. A nível internacional, a literatura a respeito da biblioteca pública, a partir de então, convida os bibliotecários a ampliar seu conceito de material informativo e a aceitar novas definições de "leitura" em função dos tipos de comunidades que a biblioteca pública vem a servir. Ao mesmo tempo as bibliotecas públicas são propostas com locais de atividade cultural em geral como uma estratégia para manter e/ou conquistar e/ou ampliar sua clientela.

No Brasil acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos na década de 80 encontram respaldo no III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND — 1980-1985) o qual tem como objetivo síntese à construção de uma sociedade desenvolvida, e livre em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível⁸. No setor da educação, cultura e desportos, as populações menos favorecidas são alvo de atenção especial, condição essencial para a democratização das oportunidades. Na literatura brasileira em Biblioteconomia, posicionamentos técnicos questionavam a interface biblioteca pública — comunidade, chamando a atenção para as contradições existentes entre as intenções oficiais comprometidas com a cultura erudita e as reais expectativas providas da cultura popular. Estudos exploratórios so sobre o desempenho da biblioteca pública ao lado de experiências inovadoras, pro-



curando transformar a biblioteca pública em centro cultural da comunidade testemunhavam um movimento no sentido de recriar a imagem da biblioteca pública, buscando sua credibilidade junto às comunidades. E, destaca-se com insistência que o novo perfil a ser conferido a biblioteca pública será consequência dos papéis a serem assumidos pelo usuário: sujeito participante, em função do qual serão decididos acervos e serviços a serem ofertados e, pelo bibliotecário: agente de transformação social, preocupado em auscultar e interpretar constantemente os anseios informacionais da comunidade.

O diagnóstico da realidade do estado de Santa Catarina associado a base teórica citada e, as limitações impostas pelos recursos fornecidos pelo convênio INL/FESC^(a) nos forneceram os elementos necessários para a formulação das políticas e planejamento dos serviços do SBPSC.

O SBPSC a partir de sua implantação, passou a ser parte da FESC e a dela depender financeiramente. A FESC mantém o núcleo e os serviços que ele executa.

Para orientar as decisões sobre objetivos, metas e diretrizes gerais do planejamento, adotamos os seguintes pressupostos:

a) O sucesso de um sistema de bibliotecas públicas não depende apenas do respaldo oficial, o que significa sua institucionalização, mas exige especialmente o respaldo popular, o que depende de a biblioteca pública encontrar um sentido diante dos valores particulares de cada comunidade.

b) Diferentes grupos de vida humana

associada são portadores de características particulares e como tal com necessidades e interesses informacionais especiais, bem como com habilidades específicas quanto à utilização de diferentes veículos de informação.

c) Populações rurais possuem um perfil sócio-econômico cultural que limita a prática da leitura da palavra escrita.

d) A democratização do uso da biblioteca pública em países em desenvolvimento passa fatalmente pela adoção de diferentes veículos de comunicação na utilização de seus acervos e serviços.

e) Investir na criança hoje é garantir o usuário de amanhã.

4.1. OBJETIVOS

a) Motivar os poderes públicos estadual e municipal e as comunidades no sentido de criar e manter bibliotecas públicas operantes.

b) Promover a melhoria e funcionamento das bibliotecas públicas existentes através de um ativo serviço de divulgação de seus acervos e serviços, seleção orientada e centralização do processo técnico;

c) Promover um melhor aproveitamento do acervo das bibliotecas públicas no nosso estado, através de programas de cooperação bibliotecária e serviços de extensão;

d) Manter o controle efetivo dos acervos das bibliotecas públicas existentes no estado, através do catálogo coletivo.

4.2. METAS

a) Trabalhar no primeiro ano a nível



de projeto piloto com 19 bibliotecas públicas municipais, preferencialmente localizadas nas cidades polos das microregiões em que se acha dividido o estado (na época 19 microregiões).

b) Posteriormente envolver progressivamente o maior número possível de bibliotecas públicas municipais.

4.3. DIRETRIZES GERAIS

- Priorizar a atividade fim da biblioteca pública.
- Qualificar seus acervos, serviços e recursos humanos.
- Desenvolver serviços especiais para as seguintes categorias de usuários: crianças e população rural.
- Acelerar o processamento técnico dos acervos das várias bibliotecas com o menor custo possível.

Os pré requisitos necessários para o funcionamento do SBPSC são:

a) Criação de um núcleo central do sistema, definindo-lhe a composição e competências.

b) Integração efetiva das bibliotecas municipais no sistema mediante convênio entre a FESC e Prefeituras Municipais.

c) Disponibilidade de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para a operacionalização do núcleo.

d) Aprovação da estrutura do sistema pela instituição FESC e seu reconhecimento como uma unidade da instituição.

Após o primeiro ano de suas atividades (agosto de 1979 a agosto de 1980) período em que estruturamos o Núcleo e trabalhamos com 20 bibliotecas públicas, a ní-

vel de projeto piloto, o Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina foi considerado implantado. Passamos a seguir a trabalhar com um número crescente de bibliotecas públicas municipais, paralelo a efetivação de três programas especiais: serviços à infância, serviços à área rural e programa de aquisição centralizada (PAC).

5. SERVIÇOS À ÁREA RURAL

Teoricamente entende-se como serviços à área rural os programas levados às populações residentes fora do perímetro urbano das cidades.

Uma análise do perfil sócio-econômico cultural do Estado de Santa Catarina apontou como uma das prioridades a criação de serviços à área rural.

A programação dos serviços à área rural segue uma orientação geral do núcleo do sistema, entretanto toda a prática se sustenta inteiramente nos recursos informacionais e materiais disponíveis pelas B.P.M. Cabe ao núcleo sugerir, orientar e incentivar programações, avaliá-las e, divulgar os resultados obtidos.

Cabe à B.P.M., dentro de suas limitações específicas utilizar e/ou criar as condições necessárias para a execução do programa.

Desse modo a programação de ações voltadas à área rural fazem parte do planejamento das B.P.M. as quais são intensamente incentivadas nesse sentido. Se fez necessário, entretanto que o núcleo do sistema criasse as condições indispensáveis para a implantação de serviços na área rural, bem como se preocupasse em manter



e aprimorar tais condições. Isso porque como já foi antecipadamente citado, trabalhamos com bibliotecas públicas bastante heterogêneas em termos de recursos informacionais, físicos, materiais e humanos e especialmente, com comunidades diferenciadas.

5.1. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O PLANEJAMENTO

a) Treinamento de recursos humanos: São de 2 categorias: *Treinamento Formal* – na qualidade de um curso prático até 25 alunos e com duração de 60 horas/aula. Tem como objetivo preparar pessoal para trabalhar em consonância com os objetivos e diretrizes gerais do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina. Nele, é dada ênfase especial às atividades fins de biblioteca, com destaque especial para a utilização de instrumentos para conhecer a comunidade, estratégias para dinamizar o desempenho da biblioteca e divulgar seus acervos e serviços, princípios de seleção e serviço aos usuários. *Treinamento Informal* – com duração em torno de 12 horas, individual. Objetiva a introdução do responsável pela biblioteca na sistemática de trabalho do SBPSC e procura corrigir falhas de conhecimentos ou habilidades que essa pessoa possa ter encontrado durante o treinamento formal. Em ambas, a criatividade da pessoa é estimulada no sentido de buscar soluções próprias com base nos recursos locais para responder seus problemas ou suportar programas na área rural.

b) Diagnóstico da situação sócio-eco-

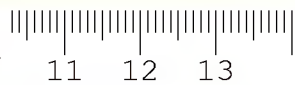
nômico-cultural do município executado pelo responsável pela B.P.M. com acesso-ria do núcleo. Para a maioria dos municípios o serviço a área rural é uma prioridade tendo em vista a realidade local, isto é: a população rural superior a população urbana.

c) Diagnóstico da B.P.M. em termos de acervo e serviços, quando é comum se detectar os vícios que tradicionalmente ocorrem em bibliotecas públicas de países em desenvolvimento: ênfase na aquisição de títulos em literatura erudita (cópia de modelos de países desenvolvidos) e em títulos na área do ensino (suprindo a falta de bibliotecas escolares), tendo em vista o conceito elitista a que está sujeita a biblioteca pública. Estratégia utilizada para corrigir tal distorção: PAC (Programa de Aquisição Centralizada) mediante o qual o núcleo assessoria a seleção dos novos títulos a serem adquiridos, excusa a compra e remete as obras às bibliotecas públicas já tecnicamente processadas e acompanhadas dos jogs de fichas.

d) Recursos para a execução de serviços à área rural, mediante programas de extensão são inteiramente dependentes das condições naturais locais e da criatividade do responsável pela biblioteca.

e) Acompanhamento, controle e avaliação, são executados através de: relatório bimestral encaminhados ao núcleo do sistema o qual relata todas as atividades que a biblioteca vem desenvolvendo, bem como o movimento do bimestre e relato oral nas reuniões de responsáveis por B.P.M. que ocorrem 3 (três) vezes no ano.

O desempenho das B.P.M. é divulgado



através do Boletim Informativo do SBPSC (semestral), reuniões quadrimestrais, participação do SBPSC em Encontros, Congressos e Simpósios. Os meios de comunicação de massa são também intensamente utilizados seja a nível de município, seja a nível estadual.

6. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO À ÁREA RURAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA

Dos 70 (setenta) municípios que entre agosto de 1979 a junho de 1985 se vincularam ao SBPSC, 45 deles tem uma base econômica essencialmente agropecuária. A zona urbana de tais municípios é pequena e bastante primitiva e apresenta traços indelévels de uma vivência rural. Em tais municípios a biblioteca pública se destina essencialmente à população rural e sua clientela tanto na "sede" da biblioteca quanto nas suas "extensões" são praticamente idênticas. Em 21 (vinte e um) municípios a população urbana é duas vezes maior que a população rural. Nestes, a zona urbana está claramente definida, "sede", atende especialmente a uma população com características urbanas e, desenvolve programas de extensão na área rural, trabalhando portanto com 2 categorias de clientela. Quatro municípios possuem a população igualmente dividida entre a zona rural e urbana.

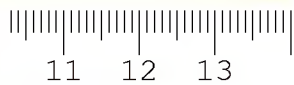
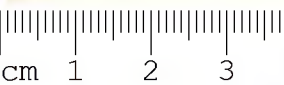
a) *Categorias de serviços* — Os serviços à área rural se desdobram em duas categorias, com objetivos próprios tendo em vista a clientela alvc. *Categoria A — Serviços*

à infância — Objetivo — desenvolvimento e manutenção da alfabetização funcional, através da prática da leitura da palavra escrita e desenvolvimento do gosto pela leitura. Preocupa-se em investir no adulto de amanhã enquanto usuário da informação escrita e como tal capaz de usufruir de uma educação continuada. *Categoria B — Serviços a adultos* — Objetivos: Manutenção do estado de alfabetização funcional; fornecimento de informações de natureza utilitária; resgate e preservação dos traços culturais característicos da comunidade. Preocupa-se em fornecer meios para auto-educação e lazer àqueles indivíduos cuja educação formal parou num estágio precoce, responder aos anseios informacionais de natureza prática mediante a utilização de diferentes veículos de informação, respeitar os valores particulares dos diferentes grupos de vida humana associada.

b) *Acervos* — Livros para adultos — procura-se na medida do possível atender às solicitações dos usuários. Livros para crianças — são adquiridos mediante compra e doações do INL. Hoje o Brasil tem uma produção literária infantil relativamente grande e de boa qualidade.

Informações de natureza utilitária — São levadas de acordo com as necessidades expressas ou latentes na comunidade.

c) *Veículos de comunicação utilizados* — Dada a falta de textos escritos de uma maneira simples que possam oferecer respostas às solicitações de informação de natureza utilitária e, de outro, a freqüente utilização de canais orais para a transferência da informação nessas comunidades,



a biblioteca pública usa essencialmente a comunicação oral, face a face. É executada tanto informalmente (em respostas às necessidades individuais) como formalmente (mediante palestras e cursos práticos). Costuma-se convidar "experts" da própria comunidade para proferir as palestras ou ministrar cursos. As vezes as palestras e cursos são enriquecidos com áudio-visuais ou demonstrações práticas. Na divulgação dos acervos, serviços e promoções especiais da biblioteca são utilizadas: líderes de opinião locais (especialmente padres e pastores) cartazes afixados em pontos de reconhecida afluência de público (correio, farmácia, agência bancária, casas comerciais, etc.). O rádio e o jornal (quando existem) são bastante utilizados.

d) *Pontos de serviços na área rural* — São utilizados geralmente escolas e igrejas. Cabe a elas executar o empréstimo do material sob seus cuidados e oferecer espaço físico para eventuais programas especiais da biblioteca.

e) *Embalagens e meios de transportes e controle* — Variam de acordo com os recursos naturais de cada município. Aqui o que manda é a criatividade do responsável. Os livros são embalados em caixas (madeira, papelão ou plástico) ou sacolas (aniagem, algodão, plástico). Como meio de transporte são utilizados especialmente veículos da própria Prefeitura, que associam às suas funções regulares o transporte das "bibliotecas ambulantes".

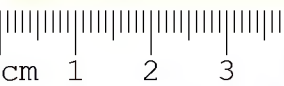
Em alguns casos o responsável pela biblioteca pública acompanha a "biblioteca ambulante" até seu destino e lá faz o em-

préstimo. Em outros casos, a "biblioteca ambulante" é encaminhada e, um membro (da escola ou da igreja) executa o empréstimo.

As "bibliotecas ambulantes" quando operadas através de escola visam especialmente o usuário infantil. Quando operadas através de igrejas se destinam especialmente ao usuário adulto. Neste último caso o empréstimo das obras é feito após o serviço religioso. As "bibliotecas ambulantes" são encaminhadas aos pontos de serviços acompanhadas de uma listagem de seu conteúdo e uma cópia permanece na biblioteca pública. O controle do empréstimo é feito utilizando do Sistema Newark (simplificado).

f) *Programação Especiais* — Ao lado do fornecimento da leitura e da informação de natureza utilitária tais bibliotecas desenvolvem programações especiais com e para seus usuários. Para a faixa infantil, a hora do conto, teatro de bonecos, espetáculos musicais, recitais e celebrações de dias especiais, funcionam como motivadores de leitura e transmissores de educação de base. Para os adultos, as datas nacionais associadas às atividades agrícolas e pecuárias são usadas como base para a promoção de palestras e exposições (de produtos, de artefatos e ferramentas, de fotos antigas, etc), valorizando o homem do campo e seu trabalho. Durante os eventos e datas tradicionalmente festejadas em tais comunidades, a biblioteca pública geralmente procura garantir um espaço para promover seus próprios acervos e levantar recursos para ela própria.

g) *Resgate e preservação da memória*



local – Algumas dessas bibliotecas públicas estão desenvolvendo um arquivo histórico (fotografia e documento) outras, um museu (objetos e utensílios pertencentes aos primeiros colonizadores) e uma delas está levantado a memória culinária mediante a coleta de receitas caseiras utilizadas pelos colonos.

7. AVALIAÇÃO

Considera-se que os objetivos do SBPSC vêm sendo alcançados e as metas cumpridas tendo em vista:

- O número de bibliotecas públicas que se associaram ao sistema. Nestes cinco anos contamos com 70 (setenta) adesões.
- O interesse, entusiasmo e criatividade com que as responsáveis pelas citadas bibliotecas vem se dedicando à expansão de serviços a área rural.
- A transformação que a imagem tradicional da biblioteca pública vem sofrendo, tornando-se orgânica à comunidade a qual destina seus serviços. Como consequência vem conquistando a credibilidade junto aos usuários e poderes públicos municipais.
- A crescente demanda por serviços, por parte dos usuários.
- A repercussão que a experiência do SBPSC vem alcançando além dos limites desse estado.

8. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Com base na experiência descrita neste trabalho, colocamos como um desafio para o futuro, consolidar uma tradição de

serviços bibliotecários às áreas rurais no SBPSC.

Temos a demanda local necessária para reivindicar a qualificação de tais serviços: a vocação econômica do estado de Santa Catarina garante a persistência de índice expressivo de população rural em seu território. Conhecemos a carência de experiências concretas de serviços bibliotecários em áreas rurais, especialmente em países em desenvolvimento. Perseguindo a qualificação dos serviços bibliotecários a áreas rurais no SBPSC poderemos nos transformar em interessante campo de estágio bem como objeto de estudo e, oferecer subsídios para planejamento de serviços semelhantes em outras localidades, bem como, estabelecer um diálogo profícuo com outros programas semelhantes desenvolvidos em outras localidades.

(a) FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos com sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo o território catarinense. Tem como objetivos: manter a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e ensino pré-escolar, 1º e 2º graus, em alguns municípios.

REFERÊNCIAS

1. HOLANDA, Nelson. *Planejamento e projetos*. 2 ed. Rio de Janeiro, APEC/INL, 1975. p. 37.
2. LEMOS, A.A. Briquet de. *Para onde vão as bibliotecas públicas*. *Palavra Chave*, São Paulo, 1: 11-12, 1982.

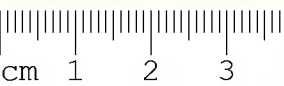


3. MIRANDA, Antonio. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil. *R. Biblioteconomia de Brasília*. Brasília 7 (2): 230-235. jul./dez., 1979. p. 231.
4. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Projeto para implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas públicas. *R. Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, 7 (2): 236-249. jul./dez., 1979. p. 241!
5. PENNA, C.V.; FOSKETT, D.J. & SEWELL, P.H. *Serviços de informação e biblioteca: um manual para planejadores*. São Paulo, Pioneira, Brasília, INL, 1979. p. 35.
6. MATTOS, F. Marcondes de. *Santa Catarina; tempos de angústia e esperança*. Florianópolis, Ed. do Autor, 1978. p. 95.
7. STELMAKH, Valerija D. *Books and the mass media; modes of interaction in the URSS*. Paris, UNESCO, 1982. p. 4.
8. CETEC in MARTINS, M. Gusmão de. *Planejamento bibliotecário*. São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1980. p. 47.
9. MIRANDA, A. *Op. cit.*
10. FIGUEIREDO, Nice. Serviço de informação à comunidade em bibliotecas públicas. FORUM DE DEBATES SOBRE BIBLIOTECONOMIA, 1. Rio de Janeiro, outubro, 1982.
11. LEMOS, A.A. Briquet de. *Op. cit.*
12. FLUSSER, Victor. *A biblioteca como instrumento de ação cultural*. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10. João Pessoa, 1982. Mimeografado.
13. KREMER, Jeannet M. Carro-biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. Anais. . . João Pessoa, 1982. v. 1, p. 190-208.
14. CASANOVA, Vera Lucia & BARBOSA, Rosaly Isabel Senra. Análise de uma experiência no Carro-Biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG, com textos de cordel. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*. Belo Horizonte, 12 (2): 213-232. set. 1983.
15. POLKE, Ana Maria A. et al. Biblioteca, comunidade e informação *utilitária*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. Anais. . . João Pessoa, 1982. v. 1, p. 131-159.
16. SILVA et al. Biblioteca pública: ação comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. Anais. . . João Pessoa, 1982. p. 398-416.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. MIRANDA, Antonio. Biblioteca e abertura democrática. *Ângulo*, Lorena (19): 4-7 jul./dez., 1983.
2. . *A missão da biblioteca pública no Brasil*. Encontro Catarinense de Biblioteconomia, 1. Florianópolis, 1978. (Mimeografado).
3. . *Planejamento bibliotecário para o Brasil*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Ed. da Univ. de Brasília, 1977.
4. SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral. *Números de Santa Catarina*. Florianópolis, 1983.
5. SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA. *Relatórios*, 1979 — (Mimeografado).
6. SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira; desempenho e perspectivas*. São Paulo, LISA; Brasília, INL, 1980.

* Trabalho apresentado na Conferência Geral da IFLA, realizada em Chicago/1985.



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA⁽¹⁾

Vera Gallo Yahn*

RESUMO

Avalia periódicos brasileiros de Agricultura, classificados em Científicos, Técnicos e Técnico-Científicos, quanto à sua qualidade como canal de comunicação, mediante a aplicação do Modelo "Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros" que trata dos aspectos: Normalização, Duração, Periodicidade regular, Indexação, Difusão, Colaboração e Divisão de Conteúdo e Autoridade. Sugere alterações no Modelo, reconhecendo-lhe o valor não apenas para a avaliação, mas também como auxílio para aprimoramento de periódicos.

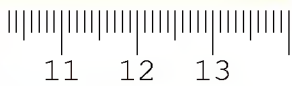
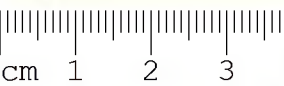
(1) Parte da dissertação apresentada pela autora ao IBICT/UFRJ, em 1983, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade constante de aprimoramento e atualização que têm os profissionais das diferentes áreas, conseguidos em grande parte graças aos periódicos, e tendo em vista as funções básicas desse veículo de comunicação (função memória, função disseminação e função social), sua avaliação é importante, objetivando detectar-lhe os aspectos positivos e negativos e gerar informações úteis ao seu aperfeiçoamento.

Este estudo tem por objetivo detectar um núcleo de periódicos nacionais (Científicos (in 2): quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados, resultantes de atividades de pesquisa, os quais são identificados mediante descri-

* Chefe da Seção de Publicações do Instituto Agrônomo de Campinas



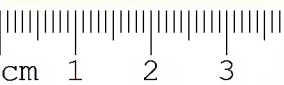
ABSTRACT

Brazilian journals of Agriculture classified as Scientific, Technical and Technical-Scientific are evaluated by means of the Model "Directrix for evaluating Brazilian scientific and technical journals" that deals with seven aspects: Standardization, Duration, Frequency of appearance, Indexing, Dissemination, Colaboration and Contents Division, and Authority. It suggests alteration to the Model and justifies its application in the improvement of the journals themselves.

ções internas, denominadas Método, Resultados, Conclusão etc.; Técnicos (in 2): quando dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados, emitindo opiniões, pontos de vista etc. de especialistas sobre determinados assuntos, mas não resultantes de atividades de pesquisa; e Técnico-Científicos: quando apresentam números iguais de artigos Científicos e Técnicos especializados em Agricultura, pela avaliação do seu desempenho como canal de comunicação formal da área em relação às funções: memória e disseminação, núcleo esse obtido via aplicação do modelo "Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros" (in 2), neste trabalho designado por modelo.

MATERIAL

Para o estabelecimento da literatura-fonte, tendo em vista a avaliação do desempenho dos periódicos como canal de comunicação, foi utilizada a Lista Básica de Publicações Seriadas Brasileiras na Área de Ciências Agrícolas e Afins, do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA, 5) de 1978, em sua parte referente a periódicos, excetuando-se os títulos, ligados às áreas de Economia e Administração Rural e Sociologia Rural. Nessa Lista há uma categorização dos títulos: os que apresentam artigos de nível científico em Agricultura ou em áreas correlatas às Ciências Agrícolas, mas de interesse para o setor agrícola, e aqueles em nível de extensão/divulgação, que eventualmente incluem artigos técnicos.



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

cos. Assim, considerando sua categorização quanto ao tipo de artigos publicados nos periódicos da citada Lista, não foram incluídos neste estudo, os títulos em nível de extensão/divulgação e que eventualmente incluem artigos técnicos.

Em concordância com os critérios adotados (a própria categorização de Lista do SNIDA e a delimitação da área de estudo) e tendo em vista que não foi possível incluir 20 títulos, cujas coleções estavam incompletas nas bibliotecas dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro na época em que se realizou a coleta de dados, a literatura-fonte compõe-se de 56 títulos especializados, isto é, que publicam artigos Científicos e/ou Técnicos em Agricultura e áreas correlatas às Ciências Agrícolas. Dos 56 títulos, 49 são Científicos, três são Técnicos (Natureza em Revista, Comunicações Científicas da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e Informe Agropecuário da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) e quatro são Técnico-Científicos (Informativo do INT,

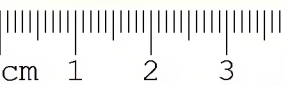
Zootecnia, Brasil Florestal e Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes).

MÉTODO

Para avaliar a qualidade dos periódicos como canal de comunicação foi empregado o Modelo denominado "Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros" elaborado por pesquisadores do IBICT (BRAGA & OBERHOFER, 2). Esse Modelo está fundamentado no documento emitido por um Grupo de Trabalho que se reuniu em 1964 em Rio Piedras, Porto Rico, sob o patrocínio da UNESCO (7), a fim de estudar os problemas dos periódicos científicos e técnicos latino-americanos, documento esse que contém uma série de critérios e condições que, mediante a atribuição de pontos, classificam o periódico em categorias variando de "deficiente" a "excelente".

O Modelo (Anexo I) empregado no presente trabalho inclui sete critérios relacionados com as funções básicas dos periódicos, a saber:

Critérios	Funções básicas a serem avaliadas
Normalização	Memória e disseminação
Duração	Memória
Periodicidade regular	Disseminação
Indexação	Disseminação
Difusão	Memória e disseminação
Colaboração e Divisão de Conteúdo	Memória e disseminação
Autoridade	Memória e disseminação



A cada critério corresponde um conjunto de variáveis às quais são atribuídos pontos, desde que preenchidas determinadas condições.

A avaliação é feita via uma escala de valoração, onde o número de pontos obtido pelo periódico corresponde a um desempenho, variando de Fraco a Muito Bom (Anexo II). Segundo os autores do Modelo, "a escolha dos critérios foi norteada por sua aplicabilidade (existência de ferramentas para coleta e análise), pelas características peculiares aos periódicos nacionais — restrições editoriais econômicas, tipográficas etc. — e, principalmente, pela validade que conferem ao julgamento de qualidade de duas funções básicas das publicações periódicas, isto é, função memória — arquivo de conhecimento — e função disseminação — transmissão ampla de idéias (2).

Foram utilizados como ferramentas da avaliação:

a) os guias de periódicos: nacionais — Periódicos Brasileiros em Ciência e Tecnologia (in 4) e internacionais o ULRICH'S (6);

b) o Catálogo Coletivo do IBICT (3);

c) os primeiros e os últimos volumes dos periódicos em avaliação, e

d) a folha de coleta — formulário para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros.

Separados os primeiros e os últimos volumes de cada título a ser avaliado, tivemos o cuidado de examiná-los capa a capa, tendo em vista a identificação de algumas variáveis. Assim, quanto ao critério Normalização, as normas para apresen-

tação de originais ou instruções para o autor ou normas para redação de manuscritos etc. geralmente aparecem nas contracapas ou nas páginas iniciais ou finais dos periódicos. Sumário e ISSN (número internacional normalizado para publicações seriadas) estão geralmente nas capas e página de rosto. A legenda bibliográfica pode estar indicada em qualquer posição nas páginas internas, não exigindo o modelo obediência às normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) (7).

O grupo de variáveis referentes aos artigos (filiação do autor, resumos, descritores) foi facilmente encontrado na página inicial e/ou final de cada artigo.

Para o critério Duração, utilizamos o PBCT, o Catálogo Coletivo do IBICT e o próprio periódico, atribuindo-lhe um ponto a cada dois anos de sua publicação ininterrupta. Por exemplo: *Bragantia* teve seu 1º volume em 1941; em 1953, não foi publicada; o volume 12 é de 1952 e, o 13, de 1954. Assim para o critério Duração, *Bragantia* obteve 19 pontos. Para periódicos que apresentaram volumes compactados, acumulando, por exemplo, dois ou mais anos, procedemos de maneira igual àqueles que tiveram interrupção. É o caso da *Revista Ceres*: por apresentar volume abrangendo diversos anos, obteve neste critério 16 pontos.

Para Periodicidade Regular, consultamos a própria revista, verificando sua periodicidade, principalmente nos três últimos anos, pois o PBCT não vai além de 1977. Títulos apresentando muitos fascículos compactados deixaram de ganhar



ponto neste critério. Foi o caso, por exemplo, dos periódicos: Arquivos do Instituto Biológico, que se diz trimestral, e do Biológico, mensal, que apresentaram fascículos compactados, indicando periodicidade irregular.

Para os critérios Duração e Periodicidade, consideramos o periódico segundo seu último título no Catálogo Coletivo do IBICT (3).

Para a indexação, consultamos o PBCT e o Ulrich's, mas, muitas vezes, o próprio periódico indica em que serviços ele é indexado.

Para Difusão, utilizamos, para a variável tiragem, o PBCT, o Ulrich's ou o próprio periódico; a variável completude (existência de 75% da coleção completa nas bibliotecas) foi verificada no Catálogo Coletivo do IBICT, e o fornecimento de separatas, no próprio periódico, que geralmente o traz explicitado junto às normas de apresentação dos originais.

Para Colaboração e Divisão de Conteúdo e Autoridade, foram suficientes os fascículos dos periódicos. Consideramos a participação de artigos de autores estrangeiros ou nacionais de duas ou mais regiões ou instituições do País, tomando por base volumes inteiros e não fascículos avulsos. Quanto ao critério Autoridade, o Modelo atribui cinco pontos quando a Comissão Editorial é formada por especialistas de comprovada competência: como é difícil essa verificação, por ser conceito bastante relativo, atribuímos cinco pontos ao periódico que tem Comissão Editorial, independentemente de comprovada competência dos especialistas.

Na aplicação do Modelo, algumas dificuldades foram encontradas especificamente quanto às ferramentas, a saber:

— O PBCT, editado em 1977, encontra-se defasado, uma vez que muitos periódicos sofreram alterações, ou mesmo desapareceram, e outros surgiram e, conseqüentemente, não constam dele. Por outro lado, alguns títulos não foram encontrados no Ulrich's.

— Muitas vezes, os próprios periódicos e também os guias PBCT e Ulrich's não trazem elementos como tiragem e inclusão em bibliografias ou revistas de resumos brasileiros e/ou estrangeiras.

— Alguns periódicos não apresentam ficha catalográfica nem mencionam suas interrupções ou suspensões, o que dificulta a avaliação de sua duração, periodicidade e mesmo do 75% da coleção completa.

Outra dificuldade é que muitos periódicos são recentes, não havendo tempo de aparecerem em fontes secundárias. Por isso, torna-se difícil julgar com equanimidade títulos recentes e títulos mais antigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da avaliação está na tabela 1, onde se explicitam os pontos obtidos em cada um dos sete critérios incorporados ao Modelo, bem como o total de pontos, que reflete o nível de desempenho obtido para cada um dos títulos em avaliação.

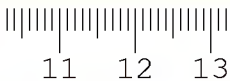
Os critérios incorporados ao Modelo, quando aplicados nos periódicos da área de Agricultura, apresentaram a seguinte variação de pontos:



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

TABELA 1
PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

Títulos	Norma-zação	Duração	Periódici- cidade	Ordem decrescente de desempenho			Colab. e Div. Autori- dade	Total	Desempenho
				Indexação	Difusão	de Conteúdo			
1) Arquivos da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais	18	8	2	109	47	9	5	198	Muito Bom
2) Anais da Academia Brasileira de Ciências	14	26	3	56	64	12	8	183	Muito Bom
3) Revista do Instituto Adolfo Lutz	20	20	1	44	76	5	5	171	Muito Bom
4) Arquivos do Instituto Biológico	18	13	0	48	68	9	5	161	Muito Bom
5) Ciência e Cultura	18	16	5	27	66	14	8	154	Muito Bom
6) Biológico	20	23	0	54	36	9	5	147	Muito Bom
7) Arquivos de Biologia e Tecnologia	18	11	1	30	69	5	8	142	Muito Bom
8) Científica	20	3	1	62	39	9	5	139	Muito Bom
9) Revista de Agricultura	18	28	3	49	24	11	5	138	Muito Bom
10) Revista Brasileira de Biologia	18	20	3	41	29	13	8	132	Muito Bom
11) Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz	14	18	0	36	44	9	5	126	Muito Bom
12) Bragantia	18	19	0	34	44	4	5	124	Muito Bom
13) Boletim da Indústria Animal	18	17	1	37	40	5	5	123	Muito Bom
14) Revista Ceres	18	16	4	34	39	5	5	121	Muito Bom
15) Experimentiae	18	10	5	34	38	5	5	115	Muito Bom
16) Pesquisa Agropecuária Brasileira	20	7	3	16	38	14	5	103	Muito Bom
17) Revista Theobroma	20	5	3	19	38	12	5	102	Muito Bom
18) Acta Amazônica	18	5	3	14	34	12	8	94	Muito Bom
19) Informativo do INT	14	6	0	4	59	0	0	83	Muito Bom
20) Zootecnia	12	9	3	22	22	10	5	83	Muito Bom



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

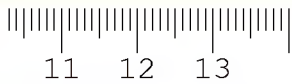
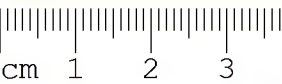
Títulos	Norma-zação	Duração	Periodi-cidade	Indexação	Difusão	Colab. e Div. Autori-dade de Conteúdo	Total Desempenho
21) O Solo	14	36	1	17	3	5	81
22) Papéis Avulsos de Zoologia	14	7	0	7	33	12	78
23) Revista do Centro de Ciências Rurais	18	5	3	19	24	9	78
24) Revista Brasileira de Ciência do Solo	18	2	0	2	23	19	69
25) Anais da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal de Goiás	18	5	0	2	32	5	67
26) Boletim do Instituto Oceanográfico	16	15	1	14	14	2	67
27) Brasil Florestal	18	6	3	6	20	9	67
28) Iheringia, Série Zoologia	18	10	0	6	21	7	67
29) Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes	14	12	4	9	14	9	67
30) Seiva	18	10	0	19	10	5	67
31) Anais da Sociedade Entomológica do Brasil	18	4	1	7	13	12	63
32) Summa Phytopathologica	18	3	0	2	18	14	63
33) Natureza em Revista	10	2	0	4	39	2	62
34) Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	19	3	0	7	26	0	60
35) Ciência e Prática	18	2	1	2	27	5	60
36) Hoehnea	18	4	0	9	19	5	60
37) Fitopatologia Brasileira	18	3	2	2	15	11	59
38) Ecosistema	20	2	0	2	13	14	56
39) IPEF	14	5	1	2	20	9	56
40) Agronomia Sulriograndense	18	8	1	4	10	9	55
41) Boletim do Instituto de Pesca	18	4	0	2	20	5	54
42) Ciência Agrônoma	18	5	1	2	15	8	54



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

Títulos	Norma-Duração	Periodicidade	Indexação	Difusão	Colab. e Div. de Conteúdo	Autoridade	Total Desempenho
43) Floresta	14	6	1	9	16	3	54
44) Boletim Cearense de Agronomia	18	5	0	7	15	8	53
45) Boletim do Instituto de Tecnologia de Alimentos	13	6	3	4	21	5	52
46) Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia	14	5	1	2	17	5	52
47) Boletim do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor	16	2	0	7	9	9	48
48) Comunicações Científicas da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo	14	2	0	4	14	8	47
49) Coletânea do Instituto de Tecnologia de Alimentos	13	8	0	2	23	0	46
50) Anuário Técnico do Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório	16	3	0	2	10	9	45
51) Arquivos da Escola Veterinária da Universidade Federal da Bahia	18	2	0	2	9	9	45
52) Poliagro	18	1	0	2	13	5	44
53) Informe Agropecuário da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	10	2	5	2	13	5	42
54) Caderno Ômega	18	2	0	2	11	0	38
55) Fitossanidade	18	3	0	2	8	5	36
56) Tecnologia de Sementes	12	2	1	2	1	9	32

Obs.: A flecha indica que a partir de Acta Amzônica, inclusive, está constituído o núcleo de periódicos do Modelo.



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

Critério	Variação de pontos
Normalização	10 – 20
Duração	1 – 36
Periodicidade	0 – 5
Indexação	2 – 109
Difusão	1 – 76
Colaboração e Divisão de Conteúdo	0 – 19
Autoridade	0 – 8

Pelos pontos obtidos no critério Normalização (de 10 a 20), pode-se depreender que os periódicos da área, pelo menos quanto às variáveis definidas no Modelo, apresentam uma tendência à normalização. Seis periódicos obtiveram para este critério o total de 20 pontos: *Biológico, Científica, Ecossistema, Pesquisa Agropecuária Brasileira, Revista do Instituto Adolfo Lutz* e *Revista Theobroma*, e 30 obtiveram 18 pontos.

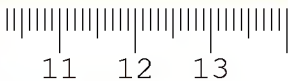
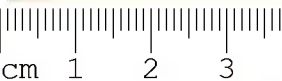
Quanto à Duração ou tempo ininterrupto de existência, e cujo número de pontos variou de 1 a 36, destacam-se os seguintes periódicos: *O Solo*, com 36 pontos; *Revista de Agricultura*, com 28; *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, com 26; *Biológico*, com 23; *Revista Brasileira de Biologia* e *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, com 20 pontos cada uma, e *Bragantia*, com 19. Os resultados para esse critério podem estar refletindo não só a pouca idade de certos periódicos, mas também as interrupções ocorridas durante sua existência (indicador de sobrevivência) ou, ainda, as mudanças no título.

O critério Periodicidade, com pontos obtidos de 0 a 5, e com 25 periódicos sem ponto algum, mostra claramente a falta

de periodicidade, ou melhor, a irregularidade dos periódicos nacionais da área considerada; além disso, aqueles que se dizem com periodicidade regular apresentam, muitas vezes, números atrasados e/ou compactados.

O critério Indexação, inclusão em bibliografias ou revistas de resumos brasileiros e/ou estrangeiras, apresentou pontos variando de 2 a 109. Arquivos da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais obteve 109 pontos; *Científica*, 62; *Anais de Academia Brasileira de Ciências*, 56; *Biológico*, 54; *Revista de Agricultura*, 49, e Arquivos do Instituto Biológico, 48. Esse critério é internacionalmente aceito e indica julgamento de qualidade já consolidado, pois, quanto mais numerosa a inclusão em serviços de indexação, maior a disseminação. Tais serviços, além de facilitar o acesso à informação, são quase sempre seletivos e, por isso, a inclusão do periódico reflete um reconhecimento positivo da qualidade dos seus artigos.

No critério Difusão, cuja aplicação no Modelo indicou pontos variando de 1 a 76, a *Revista do Instituto Adolfo Lutz* obteve 76 pontos; Arquivos de *Biologia* e



AValiação de Periódicos Brasileiros de Agricultura

Tecnologia, 69; Arquivos do Instituto Biológico, 68; Ciência e Cultura, 66; Anais da Academia Brasileira de Ciências, 64; Informativo do INT, 59; Arquivos da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, 47 e Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Bragantia, 44 pontos cada um.

Quanto ao critério Colaboração e Divisão de Conteúdo, cujos pontos variaram de 0 a 19, a Revista Brasileira de Ciência do Solo obteve 19 pontos; Ciência e Cultura, Pesquisa Agropecuária Brasileira, Summa Phytopathologica e Ecossistema, 14 pontos cada uma; Revista Brasileira de Biologia, 13 pontos; Acta Amazônica, Anais da Academia Brasileira de Ciências, Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, Revista Theobroma e Papéis Avulsos de Zoologia, 12 pontos cada uma.

Quanto ao critério Autoridade, os pontos obtidos foram 0, 5 e 8, uma vez que seis periódicos não mencionavam a existência de Comissão Editorial. Dos 56 periódicos avaliados, 9 tiveram 8 pontos, por estar clara a existência de Comissão ou Corpo Editorial formado por especialistas de diferentes instituições, como: Acta Amazônica, Anais da Academia Brasileira de Ciências, Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, Ciência e Cultura, Arquivos de Biologia e Tecnologia, Fitopatologia Brasileira, Revista Brasileira de Biologia, Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia e Summa Phytopathologica. Seis periódicos não mencionam a existência de Comissão ou Corpo Editorial, citando, alguns deles, apenas um editor ou um redator responsável. Quarenta

e um periódicos, cerca de 73%, obtiveram cinco pontos nesse critério.

Esse percentual é elevado e reflete a preocupação dos editores quanto ao julgamento dos artigos que estão publicando. Pode-se, portanto, dizer que há na área uma tendência não testada de introduzir filtros de qualidade, que têm em vista melhorar a qualidade do material a ser publicado e consolidar os padrões e a integridade do próprio periódico.

Geralmente, os periódicos institucionais, como Bragantia, Biológico e Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, têm Corpo Editorial formado por elementos da própria instituição, enquanto aqueles das sociedades profissionais ou de associações culturais, como Fitopatologia Brasileira e Anais da Sociedade Entomológica do Brasil têm Comissão Editorial formada por especialistas de várias instituições e/ou regiões do País.

A mencionada tabela 1 mostra que, dos 56 periódicos avaliados, 21 (~38%) obtiveram desempenho Muito Bom, com um total de pontos variando de 81 a 198; 18 periódicos (~32%) tiveram desempenho Bom, com um total de pontos variando de 56 a 78, e 17 (~30%), desempenho Mediano, com um total de pontos variando de 32 a 55.

Na aplicação do Modelo, o maior número de pontos foi obtido pelos seguintes periódicos: Arquivos da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (198); Anais da Academia Brasileira de Ciências (183); Revista do Instituto Adolfo Lutz (171); Arquivos do Instituto Biológico (161) e Ciência e Cultura



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

(154), classificados respectivamente em 1º, 2º, 3º, 4º e 5º lugares.

O núcleo de periódicos obtido com a aplicação do Modelo foi determinado via média de seu desempenho (valor médio ~84) e resultou em 18 títulos. O ponto de corte para o estabelecimento do núcleo está assinalado na tabela 1.

Os resultados obtidos pela aplicação do Modelo pareceram-nos aceitáveis pelas seguintes razões:

a) embora fundamentado no documento da UNESCO (7), o Modelo procura lidar com as restrições inerentes à literatura periódica nacional;

b) embora tenha limitações principal-

mente quanto à aplicabilidade (ferramentas), ele se destaca por sua objetividade, simplicidade, relativa facilidade de aplicação, e abrangência, uma vez que os critérios utilizados são embasados nas principais funções dos periódicos: memória e disseminação.

Além disso, nossa experiência com a aplicação do Modelo leva-nos a dar as seguintes sugestões para seu aprimoramento:

a) Quanto à validação do Modelo para a avaliação de periódicos Técnicos e Técnico-Científicos há necessidade de mais estudo, dado que a população de títulos analisada é composta principalmente de periódicos Científicos.

b) Quanto à atribuição de pontos:

— No critério Periodicidade, julgamos que a atribuição de 5 pontos ao periódico que aparece doze vezes ao ano é baixa (ou inexpressiva) em comparação com aquele que aparece seis vezes ao ano e recebe 4 pontos. Sugerimos a reformulação da atribuição de pontos (1, 2, 3, 4 e 5 pontos), conforme esquema seguinte:

Critério	Variável	Condição	Pontos
Periodicidade	Intervalo regular de aparição	2 vezes ao ano	1
		3 vezes ao ano	2
		4 vezes ao ano	4
		6 vezes ao ano	5
		12 vezes ao ano	8

— No critério Autoridade, o Modelo atribui cinco pontos quando a Comissão Editorial for formada por especialistas de comprovada competência. Por ser a comprovada competência conceito relativo e de difícil avaliação, sugerimos a seguinte reformulação:



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

Critério	Variável	Condição	Pontos
Autoridade	Comissão (ou Corpo) Editorial	• Existência	3
		• Conter elementos de diferentes instituições	5

CONCLUSÕES

Embora o Modelo de avaliação utilizado para fins de estabelecimento de núcleo de periódicos de Agricultura apresente limitações que podem acentuar-se quando empregado isoladamente, sugerimos seja considerada opinião do pesquisador, uma vez que a combinação de métodos poderá apresentar resultados mais confiáveis. Ao lado das sugestões apresentadas tendo em vista seu aprimoramento e validação, o Modelo é útil principalmente por facilitar aos editores e aos membros de comissões editoriais o conhecimento de critérios e/ou variáveis adequados à avaliação dos periódicos, contribuindo, assim, para o seu aperfeiçoamento, uma vez que constituem o mais importante canal de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Normas ABNT sobre Documentação*. Ed. atual. Rio de Janeiro, 1978. 58p.
- BRAGA, G.M. & OBERHOFER, C.A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Revista Latinoamericana de Documentação*, 2 (1): 27-31, 1982.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Catálogo coletivo nacional de publicações periódicas*. Brasília, CNPq/IBICT, 1982. (132 microfichas)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Periódicos brasileiros em Ciência e Tecnologia (PBCT)*. Rio de Janeiro, IBICT, 1977. 165p.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA (SNIDA). *Lista básica de publicações seriadas brasileiras na área de ciências agrícolas e afins; revisão 6*. Brasília, 1978. 50f.
- ULRICH'S International Periodicals Directory; a classified guide to current periodicals, foreign and domestic. 19ed. New York & London, R.R. Bowker, 1980. 2212p.
- UNESCO. Grupo de Trabajo para la Selección de Revistas Científicas Latinoamericanas. *Informe Final y Recomendaciones*. Rio Piedres, Puerto Rico, 1964. Montevideo, Centro de Cooperación Científica de la UNESCO para la América Latina, 1964. Paginação irregular.

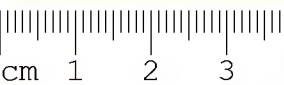


AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

ANEXO I

MODELO PARA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS
E TÉCNICOS

CRITÉRIO	VARIÁVEL	CONDIÇÃO	PONTOS
1 NORMALIZAÇÃO			
	1.1 <i>Periódico no todo</i> (no que se refere a normas de apresentação de originais).	• ser explícita	4
		• ser explícita (ABNT)	5
	1.2 <i>Fascículos</i>		
	1.2.1 Sumário	• existência	4
	1.2.2 Legenda Bibliográfica	• existência	1
	1.2.3 ISSN	• existência	2
	1.3 <i>Artigos</i>		
	1.3.1 Filiação do autor	• indicação	3
	1.3.2 Resumos só na língua do texto ou	• inclusão sistemática	2
	1.3.3 Resumos só em outra língua que não a do texto ou	• inclusão sistemática	2
	1.3.4 Resumos bilíngües	• inclusão sistemática	4
	1.3.5 Descritores	• inclusão em mais da metade dos artigos em cada fascículo	2
2 DURAÇÃO			
	2.1 <i>Tempo ininterrupto de existência</i>	• a cada 2 (dois) anos	1
3 PERIODICIDADE			
	3.1 <i>Intervalo regular de aparição</i>	• 2 vezes ao ano	1
		f 3 vezes ao ano	2
		• 4 vezes ao ano	3
		• 6 vezes ao ano	4
		• 12 vezes ao ano	5
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 18(3/4): 39/53, Dez/85			51



AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE AGRICULTURA

CRITÉRIO	VARIÁVEL	CONDIÇÃO	PONTOS
4 INDEXAÇÃO			
4.1	<i>Inclusão em bibliografias, revistas de resumos (abstracts), etc.</i>	• em cada serviço nacional	2
		• em cada serviço estrangeiro e/ou internacional	5
5 DIFUSÃO			
5.1	<i>Tiragem</i>	• entre 1.000 e 1.999	1
		• entre 2.000 e 2.999	2
		• 3.000 e acima	3
5.2	<i>Existência de coleções razoavelmente completas em bibliotecas brasileiras</i>	• a cada biblioteca que possua ao menos 75% da coleção completa	1
5.3	<i>Separatas (reprints)</i>	• fornecimento explícito	1
6 COLABORAÇÃO E DIVISÃO DE CONTEÚDO			
6.1	<i>Autoria</i>	• publicação de no mínimo 10% de artigos de autores estrangeiros	3
		• publicação de artigos de autores de várias regiões do País (no mínimo, 20%)	5
6.2	<i>Comunicação de pesquisas em andamento</i>	• existência regular, como seção do periódico	4
6.3	<i>Cartas</i>	• existência regular, como seção do periódico	2
6.4	<i>Resenhas bibliográficas</i>	• existência regular, como seção do periódico	2
6.5	<i>Artigos de revisão</i>	• inclusão regular (anualmente)	5
7 AUTORIDADE			
7.1	<i>Comissão (ou corpo) editorial</i>	• se formada por especialistas de comprovada competência	5
		• ser interinstitucional	3

Fonte: BRAGA, G.M. & OBERHOFER, C.A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. Revista Latinoamericana de Documentación, 2 (1): 27-31, 1982.



AValiação de Periódicos Brasileiros de Agricultura

ANEXO II

ESCALA DE VALORAÇÃO

Número de pontos	Desempenho
Até 30	Fraco
Entre 31 a 55	Mediano
Entre 56 e 80	Bom
Acima de 80	Muito Bom



MERCADO DE TRABALHO – FORMAL E ALTERNATIVO – DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

MARIA DE LOURDES CÔRTEZ ROMANELLI*

RESUMO

Esta pesquisa originou-se da necessidade de um levantamento de dados relativos ao mercado de trabalho bibliotecário brasileiro, definido como uma das ações prioritárias da Diretoria da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), na reunião executiva realizada em São Paulo, em setembro de 84, com a presença dos presidentes das Associações Estaduais e das Comissões Brasileiras de Documentação Especializada. Contém as linhas gerais do projeto que deverá ser coordenado pela autora, como Assessora de Valorização e Divulgação Profissional da FEBAB. Deverá ser realizada com apoio e participação das Associações Estaduais de Bibliotecários e Conselhos Regio-

nais de Biblioteconomia. Visa detectar as realidades regionais e em particular as locais, alertando os responsáveis pela ação bibliotecária acerca da responsabilidade social de cada um, objetivando beneficiar a categoria como um todo. Abrange estudos sobre reciclagem dos profissionais, nível salarial e serviços autônomos, como tabelas de preços de serviços em anexo. Inclui bibliografia.

* Assessora de Divulgação e Valorização Profissional da FEBAB. Responsável pela Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas da Biblioteca Pública Estadual – Minas Gerais.



I – JUSTIFICATIVA:

1. De 22 a 23 de setembro de 1984 em Assembléia Comemorativa de 25 anos da FEBAB estavam reunidos em São Paulo os presidentes das Associações Estaduais dos Bibliotecários, presidentes de Comissões Brasileiras de Documentação por áreas Especializadas e os membros da Diretoria da FEBAB, sob a presidência de May Brooking Negrão. Naquele momento foram discutidos os principais problemas que entravam a organização da classe, como um todo, tendo sido levantada a necessidade de se coletar dados que permitam verificar se há participação dos bibliotecários nas lutas pela sua valorização e seu nível de engajamento nos movimentos reivindicatórios da sociedade brasileira, no momento atual. Ao mesmo tempo foi sentida a necessidade de se verificar os níveis de competência, agressividade e criatividade dos profissionais, na ocupação do mercado de trabalho.

A situação dos desempregados, dos recém-formados e autônomos também foi discutida. E sentiu-se a necessidade de verificar se há adequação do profissional bibliotecário em relação às renovadas demandas do mercado de trabalho, fator que deve ser pesquisado porque poderá trazer a curto e médio prazo o aproveitamento ou não de bibliotecários nos pontos-chaves do espaço de trabalho.

2. Em decorrência destas e de outras considerações foi sentida a necessidade de um levantamento da situação do mercado de trabalho como ele se apresenta no momento atual e das tendências para o futuro,

para subsidiar a política de trabalho das Associações e da FEBAB em relação a valorização e divulgação profissional. Foi proposto o planejamento de uma *ação integrada* destes órgãos, a nível nacional para:

2.1. adequar usos e outras formas de reciclagem e de sensibilidade às necessidades reais do mercado.

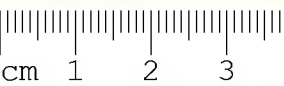
2.2. estudar as oportunidades existentes no mercado de trabalho atual;

2.3. preparar um marketing nacional dirigido aos jovens, empresas e escolas para atrair elementos bem qualificados para a área da biblioteconomia e paralelamente expandir as oportunidades de atuação do profissional.

3. Foram estabelecidas pelos participantes da reunião as linhas de ação prioritárias — às cordas que devemos puxar todos juntos — e que servirão de guia para a ação integrada (anexo 1).

4. Tendo sido aprovada a proposta da ação integrada discutiu-se ainda os níveis de atuação das Comissões Brasileiras em relação às Associações e aos grupos de trabalho existentes nos Estados, chegando-se a uma esquematização da Relação entre os grupos — as Associações Estaduais e os órgãos nacionais (FEBAB e Comissões) definindo-se também a posição da Assessoria de Valorização e Divulgação Profissional como suporte básico da ação integradora (anexo 2).

5. Neste momento e a partir das avaliações e propostas foram feitas recomen-



dações à Assessoria de Valorização e Divulgação do Profissional no sentido de, entre outras tarefas:

5.1. considerando os Grupos de Trabalho como a célula básica do movimento associativo, identificar os grupos estaduais ativos e os desativados visando sua ação em trabalhos independentes e/ou integrados com as Comissões Brasileiras;

5.2. fazer um levantamento de tabelas de preços de serviços autônomos, salários médios dos profissionais e situação geral do mercado de trabalho do bibliotecário;

5.3. participar de estudos e discussões sobre a validade ou não de "piso salarial", nacional e dos salários mínimos regionais;

5.4. rever a situação dos Bancos de Emprego existentes verificando a necessidade de sua criação e organização, atualização de currículos cadastrados e eficácia;

5.5. levantar bibliografias de traduções técnicas e de textos estrangeiros que precisam ser traduzidos para o português e divulgados em revistas técnicas;

5.6. incentivar o bibliotecário, o professor e o pesquisador brasileiro a repensar sua prática e preparar textos originais sobre assuntos de interesse regional e nacional;

5.7. estimular o autor nacional a colaborar nas revistas técnicas já existentes, evitando-se a dispersão da produção nacional.

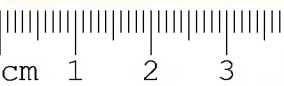
6. Considerando bastante complexa a tarefa a ser realizada e dada a amplitude dos temas propostos para o trabalho desta Assessoria foi feito no 1º Semestre de 1985 um estudo preliminar dos temas. A

leitura de parte da literatura existente sobre o assunto, entrevistas e contatos com outros colegas interessados em vários destes temas já permitiram restringir o campo do projeto a ser realizado para a FEBAB.

Com a participação da bibliotecária Maria Cristina Guimarães Loureiro, autônoma e na época trabalhando no Hospital das Clínicas de Minas Gerais/Departamento de Cardiologia foi feito um perfil do projeto, que se propõe a estudar somente aspectos relativos ao Mercado de Trabalho dos Bibliotecários Brasileiros, na atualidade. Este perfil foi apresentado no 2º Encontro de Bibliotecários do Rio de Janeiro para servir de introdução a uma discussão em painel sobre o tema, e refeito a partir de críticas e sugestões dos colegas e de novas leituras, que se fizeram necessárias para maior aprofundamento.

Para melhor compreensão do projeto é importante que sejam definidos alguns conceitos básicos, complementados por análise e contribuições de alguns dos autores que pesquisam sobre o tema, no Brasil.

Mercado de Trabalho é o "conjunto de relações existentes em dado momento, entre compradores e vendedores de trabalho" (2) ou é a área onde se dão as trocas: a oferta e a procura de mão-de-obra para fazer determinado trabalho. Difere no tempo e no espaço, gerando velhos e novos tipos de relações. Assim, por exemplo, se desde a invenção do transporte sobre animais em toda aldeia e cidade havia o seleiro, este profissional que tinha status considerável e nome no mercado de



trabalho, até a invenção do automóvel, praticamente só persiste em cidade de zonas pastoris. Em seu lugar surgiram as inúmeras oficinas de conserto e manutenção de transporte rodoviário, este sim gerador de inúmeros outros empregos a ele relacionados.

Focalizando este aspecto, Suaiden (50) lembra que o mercado de trabalho recebe três influências básicas: 1. o meio físico, a ação do ambiente ou do fator geográfico sobre o grupo social; 2. o fator volume e composição da população gerando necessidades de especializações e número crescente de profissionais destas especializações; e 3. os diferentes estágios da indústria e do comércio gerando muitos empregos, com absorção rápida de mão-de-obra, inclusive do pouco experiente, ou dos recém-formados.

Como as realidades estão sempre mudando é preciso que haja constantes pesquisas para acompanhar as variações da "balança de empregos" e adequar constantemente a ela a política de formação de mão-de-obra.

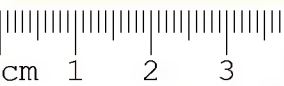
Entre as profissões liberais brasileiras é marcante o acontecido com o administrador de empresas. Até 1960 era um profissional praticamente inexistente no mercado de trabalho brasileiro. Depois da formação das primeiras turmas a começar da Fundação Getúlio Vargas e das Faculdades de Ciências Econômicas e com a proteção da lei que regulamentou a profissão (datada de 1963) e da formação de Associações e Sindicatos que defenderam com eficiência o profissional e seu espaço de trabalho, o administrador — chamado até

1985 de técnico em administração (mesmo tendo 3º Grau e pós-graduação) é hoje um dos profissionais de maior penetração na área empresarial e governamental, responsável por muitas das mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

O bibliotecário embora seja um elemento de profissão bastante antiga somente se organizou para defender seu espaço profissional no mercado de trabalho brasileiro muito recentemente. São conhecidas na Europa e nos EEUU as lutas e vitórias da IFLA, da ALA, de Paul Otlet e dos documentalistas europeus a favor do profissional de biblioteconomia e documentação e que vem gerando uma grande força de coesão da classe, valorização e benefícios para o profissional no mercado de trabalho. No Brasil, um dos primeiros movimentos para reunir o pessoal bibliotecário e discutir aspectos mercadológicos da profissão foi a realização do 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia no Recife, em 1954. O temário — "Situação atual da biblioteconomia no Brasil" — poderia ser, pela atualidade do tema e da necessidade de sua discussão hoje, assunto do próximo CBBB que voltará a ser realizado no Recife, em 1987.

Enquanto no Brasil o movimento associativo ensaiava os primeiros passos, com 6 associações existentes, reunia-se em Madrid, em 1957 a 24ª Sessão Anual da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários. Nesta reunião Laura Russo (20) começou a preparar a tese que levaria ao 2º CBBB, que seria realizado somente em 1959.

A tese seria sobre a criação da Federa-



ção Brasileira de Associações de Bibliotecários, com metas bem definidas, na época: lutar pela regulamentação profissional, na Câmara Federal e a aprovação do currículo mínimo das Escolas de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação, com registro de diplomas de todos os profissionais já formados pelos oito cursos de Biblioteconomia então existentes.

O passo decisivo para definição e ampliação do mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro foi a promulgação em 30 de junho de 1962 a Lei 4.084 básica para a profissão, que foi regulamentada somente dois anos após, em 1965 (Decreto 56.725 de 16.08.84). No mesmo ano foram eleitos os membros do Conselho Federal de Biblioteconomia e criados 10 Conselhos Regionais responsáveis pela Fiscalização Profissional e acompanhamento de ocorrências legais do mercado de trabalho.

As Associações de Bibliotecários e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia sempre estão interessados pelo tema mercado de trabalho.

Em 1978 Mercedes Della Fuente apresentou na Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB, em São Paulo, um trabalho sobre salários e política salarial (15) que mostrava a atuação da Associação Paulista de Bibliotecários, da qual era presidente junto ao governo do estado para melhoria no nível universitário do Bibliotecário, sendo conseguido 83% de aumento para a categoria. Feito em colaboração com Mariza Amereno, a pesquisa incluía tabelas comparativas de salários pagos por entidades governamentais e em-

presas particulares e situava a carreira em relação a outros profissionais de nível universitário do Estado.

Mais recentemente Lúcia Helena Pimenta Lima, como Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecários pela Valorização e Divulgação Profissional, depois transformada em Assessora da FEBAB, apresentou um Projeto de Pesquisa ao CNPQ para realizar um levantamento do mercado de trabalho do Bibliotecário no Brasil (28) que não conseguiu ter prosseguimento por falta de financiamento.

Com uma bibliografia consultada que inclui vários autores da área de sociologia, o trabalho permanece inédito.

Os professores da Escola de Biblioteconomia da UFMG tem produzido trabalhos que mostram sua preocupação com o profissional que formam e sua adequação ao mercado de trabalho. Ferreira (22) relata os resultados do seminário realizado em 1973 com os alunos de graduação. Entre as propostas deste seminário foi sugerida a criação de um setor de Educação em Biblioteconomia que colaboraria na avaliação constante do currículo, do ensino e aprendizagem e na reciclagem dos docentes. Também foram propostos cursos de especialização, principalmente na área de administração e organização de bibliotecas e serviços de informação e de formação pedagógica para quem trabalha nas bibliotecas escolares e infanto-juvenil. Foi sentida a necessidade de se incluir no currículo o que seria a ética profissional, principalmente relacionada com a valorização e questão salarial. Estas análises po-



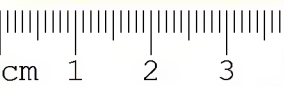
dem ter contribuído para a criação, em 1976 do curso de Pós-Graduação da Escola com as áreas de concentração: Biblioteca e Educação e Biblioteca e Informação Especializada.

Em 1981, Ferreira, Rabello e Cabral, fazem (42) levantamento da situação de emprego e desemprego dos formados entre 1975 e 1979 em Belo Horizonte, para estudo relativo ao estágio extra-curricular em Biblioteconomia. Nas conclusões vê-se que dos 240 profissionais pesquisados, 73,2% estão atuando na área como bibliotecários, professores e em exercício da função de bibliotecário. As razões do desemprego entre formados, são variadas, 29 desempregados do grupo pesquisado 16 (isto é 55,2%) não encontram emprego, 9 (31%) tinham motivos familiares para o desemprego e dos 4 restantes um havia sido demitido, outro esperava emprego, um se transferia de firma e outro fazia pós-graduação. O estudo mostra ainda os salários da época, entre 112 profissionais contratados como bibliotecários. Pela tabela apresentada vê-se que 33,1% percebiam salários de Cr\$ 21 a Cr\$ 30.000,00 e 20% recebiam de Cr\$ 31 a 40.000,00. Como a pesquisa foi feita em Cr\$ 1.000,00 e não medidas padrão (como o salário-mínimo, por exemplo) torna-se difícil sua utilização sem um valor comparativo, ou uma pesquisa complementar deste dado, de ano para ano.

Os trabalhos mais recentes sobre o assunto são os de Vieira (51) sobre o Seminário Novos Rumos para a Biblioteconomia e os de Souza e Maia (49) e Brito (8) apresentados no XIII CBBB em Vitória,

em julho de 1985. Dos resultados do Seminário Novos Rumos realça "que o aluno vislumbrou seu potencial para realizar trabalho interdisciplinar com o comunicador, administrador de lazer, o museólogo, o agente de turismo, o pedagogo, o pesquisador e o gerente de pesquisas, o técnico em computação e microfilmagem e até mesmo com o político". E, mais além, tem-se que, nas respostas de pós-teste realizado ao fim do seminário, "todos os alunos incluíram consultoria ou trabalho como autônomo entre as opções viáveis. Se isso se confirmar na realidade será a semente de mudança no mercado bibliotecário a caminho do resgate de nossa condição de profissionais liberais. A este propósito fazemos aqui um parêntese: não seria tempos de as escolas de Biblioteconomia se ocuparem menos da formação de bibliotecário — funcionário-público, uma vez que o mercado se diversifica?" (51)

No XIII CBBB houve vários momentos em que se questionou o mercado de trabalho tradicional, formal que se encontra nas bibliotecas e centros de documentação e arquivos dos órgãos governamentais, empresas, instituições e escolas. E se discutiu os novos e já nem tão novos espaços alternativos, encontrados pelos bibliotecários autônomos registrados nas Prefeituras, recolhendo ISS (Imposto sobre Serviços), os free-lancers que fundam firmas de pesquisas, trabalham em empresas de consultoria e de projetos, em agências de publicidade, que organizam ou documentam eventos, que abrem seus espaços nos núcleos de documentação de TV, de rádio e jornal, de firmas de geologia e cardiolo-



gia, que participam de cooperativas técnico-científicas (reunidos a diferentes tipos de profissionais liberais) ou que respondem pela infra-estrutura, dos catálogos de receitas culinárias em fichas, vendidos nas bancas de jornais e revistas.

Estes bibliotecários precisam conhecer novas alternativas do alternativo e precisam de tabelas de preços básicos para programar a cobrança de seus serviços, de acordo com a média salarial dos seus colegas.

Britto (8) realizou a "Enquete para fixação do piso salarial", entre cerca de 700 participantes do XIII CBBB. No texto explicativo anexo ao questionário está que "o processo de regulamentação do Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo está tramitando no Ministério do Trabalho. Brevemente teremos a Carta Sindical e com isto melhores condições para reinvidicarmos o Piso Salarial que significará um avanço efetivo no fortalecimento da profissão.

No entanto, precisamos fazer uma análise objetiva quanto a fixação do piso salarial, pois sabemos que é na fixação da quantia que ele pode se transformar numa "faca de dois gumes": muito alto implicará em desemprego para a categoria. Outro fato importante que deverá nortear esta análise é o fato de que o piso salarial no Brasil é fixado a nível nacional. Por isto teremos que ver o todo na fixação do Piso, que é estabelecido por Lei Federal". O resultado da enquete, avaliado a partir de cerca de 300 respostas, mostrou que a média salarial dos presentes oscila entre menos de 3 (39 respostas) e de 6 a 7 salá-

rios-mínimos (39 respostas) tomando-se por base o salário-mínimo vigente de Cr\$ 333.120. Sobre a resposta acerca de qual deveria ser o Piso Salarial, se este fosse estabelecido a maioria (123 entre os 300) opinou que ele deveria ser de 10 salários-mínimos. Na discussão em painel foi colocado que esta sugestão do Piso Salarial precisa ser bem estudada, principalmente tendo em vista o nível salarial dos bibliotecários das capitais de menor porte e os que trabalham no interior dos Estados.

Estudos e discussões sobre estes e outros assuntos, como a organização e eficácia dos Bancos de Emprego (que existem em pelo menos 8 das 27 Associações Estaduais) e a validade e necessidade do salário-mínimo regional são urgentes. Pois instituem aspectos que têm influência no mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro e precisam ser coletados, analisados e discutidos para servir de orientação aos responsáveis por formação do profissional e pelo planejamento da ação bibliotecária.

II – PROJETO: MERCADO DE TRABALHO FORMAL E ALTERNATIVO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

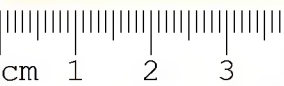
1. Definição do Problema:

1.1. Problema:

- coletar e analisar os dados relativos ao mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro na atualidade.

1.2. Sub-Problemas:

- identificar os ítems que compõem o referencial básico para o estudo do mer-



MERCADO DE TRABALHO - FORMAL E ALTERNATIVO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

cado de trabalho do bibliotecário de acordo com suas áreas de atuação;

- levantar os dados numéricos e qualitativos referentes aos bibliotecários brasileiros, a nível regional e nacional;
- caracterizar os assuntos de interesse dos bibliotecários relativamente a cursos de reciclagem e especialização;
- identificar novos campos de atuação do bibliotecário brasileiro;

1.3. Delimitação do problema (área de abrangência):

- serão coletados dados referentes a bibliotecários de todos os Estados da Federação (por amostra, a nível regional).

2. Objetivos:

2.1. Objetivo Geral:

- fornecer aos bibliotecários empregados em geral, aos autônomos e desempregados e, em particular às Associações de Classe e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) dados atuais sobre aspectos formais e alternativos do mercado de trabalho do bibliotecário, a nível regional e nacional.

2.2. Objetivos Específicos:

2.2.1. – fornecer ao profissional bibliotecário informações sobre a variedade de serviços e atividades que podem ser desenvolvidas por ele, estimulando sua iniciativa e criatividade;

2.2.2. – caracterizar os serviços desenvolvidos pelos profissionais em diferentes áreas de trabalho;

2.2.3. – reunir informações sobre

os profissionais desempregados;

2.2.4. – elaborar tabela-base para cálculo de serviços e preços de serviços autônomos;

2.2.5. – analisar a situação dos Bancos de Empregos existentes, principalmente das Associações, e à disposição dos profissionais, instituições e empresas;

2.2.6. – levantar dados sobre o mercado alternativo de trabalho do bibliotecário, principalmente como profissional liberal, autônomo.

2.2.7. – estudar a possibilidade de congregar os profissionais autônomos, criando Grupos Estaduais, dentro das Associações;

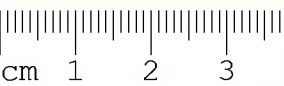
2.2.8. – reunir informações que permitam desvendar pontos positivos e deficiências da formação acadêmica do bibliotecário, em relação à sua maior ou menor capacitação para assumir as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho;

2.2.9. – analisar as tendências atuais e futuras deste mercado visando subsidiar o planejamento do trabalho das Associações e Grupos de Trabalho principalmente no que se refere a cursos e outras formas de atividade que possibilitem a reciclagem e a formação contínua do profissional.

3. Metas/Eventos Previstos:

3.1. Estabelecimento de plano preliminar de ação:

3.1.1. – estudo de dados teóricos, definição dos conceitos que serão usados na pesquisa;



3.1.2. — delimitação dos assuntos específicos que serão abordados, relativos ao Mercado de Trabalho;

3.1.3. — contatos com prováveis colaboradores/Associações e Conselhos;

3.1.4. — delimitação de áreas e níveis de colaboração (plano operacional);

3.2. Estabelecimento de plano preliminar de amostragem:

3.2.1. — contatos com o Conselho Federal de Biblioteconomia (Brasília) para conhecimento da população geral a ser estudada (em nº);

3.2.2. — verificação do nº geral de bibliotecários inscritos por região, junto ao CRBs;

3.2.3. — mapeamento e definição do tamanho da amostra por região (anejos 4 e 5);

3.2.4. — seleção da amostra-extra-tificada — (bibliotecários por áreas de atuação e desempregados (Capital e Interior);

3.3. Levantamento preliminar de salários e tabelas de preços serviços, para orientar na elaboração do questionário:

3.3.1. — consultas a 5 Associações Estaduais para levantamento preliminar;

3.3.2. — elaboração de tabelas parciais com dados relativos a prestação de serviços e níveis salariais.

3.4. Elaboração do questionário:

3.4.1. — elaboração do questionário preliminar e plano de análise;

3.4.2. — consultas a 45 profissionais para colher críticas e novas sugestões;

3.4.3. — contatos com Associações/Entrevistadores;

3.4.4. — reelaboração do questionário preliminar;

3.4.5. — progração do pré-teste do questionário;

3.4.6. — reformulação do questionário;

3.4.7. — elaboração do questionário básico que será utilizado pelas Associações;

3.4.8. — envio dos questionários básicos às Associações de Classe.

3.5. Prestação da Coleta de Dados, nas Associações Estaduais:

3.5.1. — revisão da amostra selecionada por região/estado;

3.5.2. — acréscimos a serem feitos no questionário básico enviado pela FEBAB, visando atender necessidades regionais de informação sobre o assunto;

3.5.3. — preparação dos questionários e da listagem de pessoal a ser entrevistado.

3.6. Coleta de Dados:

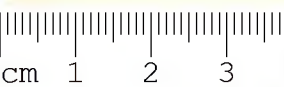
3.6.1. — envio dos questionários com data limite para o retorno das informações;

3.6.2. — controle do retorno das informações;

3.6.3. — preparo dos dados para processamento e análise.

3.7. Processamento de dados a nível estadual sob orientação da coordenação da FEBAB:

3.7.1. — estabelecimento dos códigos



gos, segundo o plano de análise;

3.7.2. — separação das respostas por ítems;

3.7.3. — tabulação de dados;

3.7.4. — montagem de gráficos para análise.

3.8. Análise dos dados:

3.8.1. — identificação das especializações e treinamentos necessários para atender a demanda do mercado atual e futuro;

3.8.2. — identificação dos serviços autônomos, por especializações;

3.8.3. — levantamento de nomes, endereços e especializações dos profissionais.

3.9. Elaboração do relatório "Identificação do perfil básico do bibliotecário a nível regional":

3.9.1. — propostas para melhoria do aperfeiçoamento da atuação profissional;

3.9.2. — sugestões para o planejamento da ação a nível regional e nacional;

3.9.3. — divulgação a nível regional e envio dos relatórios à FEBAB.

3.10. Coleta pela FEBAB dos perfis regionais para estudo visando a ação integrada:

3.10.1. — estudos dos perfis regionais;

3.10.2. — elaboração de padrões, tabelas e gráficos de interesse nacional;

3.11. Análise e divulgação dos dados a nível nacional:

3.11.1. — listagem dos problemas e soluções que dependem da FEBAB e sua estrutura, a nível nacional;

3.11.2. — listagem dos problemas e soluções que dependem de outras instituições, necessitando de uma ação integrada;

3.11.3. — elaboração de relatórios, artigos e resumos;

3.11.4. — divulgação dos resultados regionais, a nível nacional.

4. Metodologia:

4.1. — população estudada e seleção de amostra estratificada. Há cerca de 13.106 bibliotecários no Brasil. Segundo dados fornecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia de Brasília estes 13.106 profissionais estão distribuídos segundo o quadro em anexo (anexo 4).

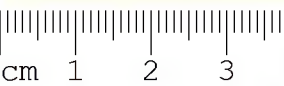
Considerando as tabelas que indicam tamanhos das amostras poderão ser estudados grupos formados pelos bibliotecários inscritos nos Conselhos Regionais, com um coeficiente de confiança equivalente a 95%. Para que a amostra seja significativa o grupo estudado em cada estado deverá ser definido proporcionalmente, a partir da representatividade numérica, de acordo com as categorias, na seguinte previsão, incluindo capital e interior:

— bibliotecários de instituições federais, (universidades e autarquias) — 20%

— bibliotecários de instituições estaduais — 20%

— bibliotecários de empresas particulares — 20%

— bibliotecários de outras bibliotecas ou Centros de Documentação, Centros de



Estudos Sociológicos, Centros de Documentação Ecumênica, por exemplo – 20%

- free-lancer ou autônomos – 10%
- não empregados e desempregados – 10%

A amostra de cada estado será dimensionada sob a orientação das Associações Estaduais e com o apoio dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. (Anexo 5)

4.2. Questionário:

- os questionários serão preparados pela coordenação do projeto e enviadas às Associações Estaduais, como modelo básico, podendo cada Associação acrescentar perguntas que considere relevantes. (Anexo 7)

O modelo básico não deverá ser modificado, para que os dados coletados a nível nacional sejam os mesmos cabendo, portanto, apenas os acréscimos, se julgados necessários.

O questionário deverá ser rodado em stencil a tinta e enviado aos bibliotecários para resposta com prazo de 15 dias para devolução à Associação Estadual. Não será necessário o uso do envelope, para o envio do questionário ao entrevistado.

5. Recursos Necessários:

5.1. – Humanos:

A FEBAB será responsável pela coordenação do trabalho com a indicação de dois elementos coordenadores membros da Diretoria Executiva, podendo haver, se for julgado oportuno, 1 representante da coordenação em cada uma das regiões brasileiras, para agilizar o processo.

5.2. – Materiais:

4 stencil a tinta, para o questionário
folhas de papel chamex ou equivalente (em nº de acordo com o tamanho da amostra, definida a nível regional).

5.3. – Financeiros (responsabilidade da Associação):

Serão necessários para envio da correspondência aos entrevistados e envio dos originais das respostas à FEBAB, após análise regional.

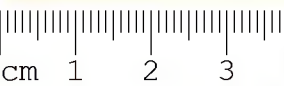
Como sugestão, as Associações poderão enviar o questionário para os bibliotecários junto aos Boletins Informativos das Associações ou dos Conselhos, como Impresso.

6. Mecanismos de Controle e Avaliação:

6.1. – O acompanhamento será feito pelos elementos coordenadores da FEBAB, com o apoio de um pequeno grupo de trabalho formado por elementos de Associações Estaduais, em datas previamente estabelecidas.

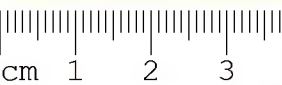
7. Divulgação:

7.1. – A FEBAB e as Associações Estaduais deverão divulgar pela imprensa oficial e nos jornais de maior circulação o projeto e suas metas principais para que haja um retorno significativo, interesse na colaboração dos profissionais e, principalmente para que a própria atividade seja um elemento de valorização e divulgação profissional.



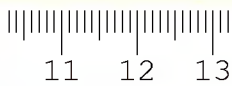
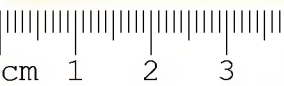
CRONOGRAMA

METAS	1985												1986														
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET												
Estabelecimento do plano preliminar de ação.																											
Estabelecimento do plano preliminar de amostragem.																											
Levantamento preliminar de salários e preços p/ prestação serviços.																											
Elaboração do questionário.																											
Preparação da coleta de dados nas associações.																											
Coleta de dados.																											
Elaboração do relatório a nível Regional.																											
Coleta dos perfis da FEBAB.																											
Análise e divulgação dos dados a nível nacional.																											



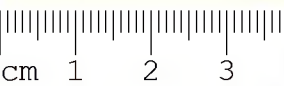
9. Bibliografia:

- AMARANTE, N.T. de S.V. — *Biblioteconomia/ Documentação/Informação/Informática no Brasil: informes às novas gerações configuradas como um perfil*. São Paulo/FEBAB/Comissão Brasileira de Documentação Jurídica, 1979.
- ANDRADE, A. de A. — Considerações sobre o recrutamento de pessoal. *Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, 2 (2): 160/75, set. 1973.
- ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS SÃO CARLENSES — *Aumento de produtividade do Curso de Biblioteconomia e Documentação*. FEBAB/ABS, 4, 1964 (texto mimeografado).
- ATIENZA, C.A. e outros — O bibliotecário: avaliação, crítica e perspectivas, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais* v. 1, pag. 74-85.
- BRASIL, Supremo Tribunal Federal — Concurso Público para Bibliotecário, *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 4 (1/3), 63-72, jul/set 1974.
- BRASIL — Lei nº 7.232 de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e das outras providências. *Informativo APBES*, Vitória, 6 (4): 12-22, out/dez 1984.
- BRITO, J.D. — *Enquete para fixação do piso salarial; texto explicativo e questionário*. Trabalho apresentado no Painel "Piso Salarial, como e quanto", no XIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, 13-19, jul. 1985 (texto mimeografado).
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3, Rio de Janeiro, 17-22, out 1976, Moções e recomendações. *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 9 (1/3): 72-76, jan/mai 1977.
- CUNHA, M.B. — Necessidades atuais de bibliotecários no Brasil. *Rev. de Biblioteconomia de Brasília*, 2 (1): 15-24, jan/jul 1974.
- CUNHA, M.B. — Mercado de trabalho para o bibliotecário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9 — JORNADA SUL RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5, Porto Alegre, 1977. *Anais*. Porto Alegre, 1977, v. 2, p. 139-48.
- CUNHA, M.B. — O bibliotecário brasileiro na atualidade. *Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 5 (2): 178-94, set 1976.
- CUNHA, M.B. — O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 7 (1): 7-26, mar 1978.
- CURSO de atualização de conhecimento para bibliotecários. *Bol. FEBAB*, São Paulo, 9 (3/4): 69-71, mar/abr 1964.
- DELLA FUENTE, M. e AMERENO, M.G. — A Associação Paulista de Bibliotecários e política salarial. In: ASSEMBLÉIA GERAL DAS COMISSÕES PERMANENTES DA FEBAB, 4, São Paulo, 1978. *Anais*. São Paulo, FEBAB, 1978, v. 1., p. 31-76.
- DIAS, A.C. — *O ensino da Biblioteconomia no Brasil*, Rio de Janeiro, IPASE, 1955, 32 p. (Coleção IPASE, 2).
- DIAS, A.C. — Em tempo de balanço — *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 9 (4): 135-8, abr/jun, 1977.
- DISPONIBILIDADE de Bibliotecários no Espírito Santo. *Boletim ABDF*. Nova Série, Brasília, 4 (4): 43-51, out/dez 1981.
- ENTREVISTA com Professor Gaston Litton. *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 14 (3/4): 256-61, jul/dez 1981.
- ENTREVISTA com Laura Garcia Moreira Russo. *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 17 (1/2): 93-7 jan/jul 1984.
- FERRAZ, T.A. — O bibliotecário, a informática e o interrelacionamento dos profissionais que operam as bibliotecas de hoje — *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 14 (3/4), 204-15, jul/dez 1981.
- FERREIRA, M.L.A. de G. — Seminário sobre



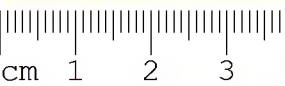
MERCADO DE TRABALHO - FORMAL E ALTERNATIVO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

- "a formação do bibliotecário face as exigências profissionais da atualidade". *Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG*, 2 (2): 257-63, set 1973.
- FONTOURA, M.T. — *Ocupação efetiva do bibliotecário e a relação desta ocupação com as atribuições formais*. Porto Alegre, UFRG Sul, 1980, 109 p. (tese).
- HAVARD, WILLIAMS, P.S.E.O. — A biblioteconomia no Brasil — *Rev. Biblioteconomia de Brasília*, 3 (1): 3-15, jan/jun 1975.
- IFLA, a FEBAB e seus eventos. *Jornal da FEBAB*, São Paulo, (2): 1-4, jun 1985.
- KREMER, J.M. — A formação dos bibliotecários nos Estados Unidos, *Palavra Chave*, São Paulo, (3): 17-9, out 83.
- LEI 4.084/62: Reformulação — *Boletim Informativo*, Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo — CRB-8, 9 (1): 2-8, jan/mar 1985.
- LIMA, L.H.P. e outros — *Mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil: perspectivas*. Projeto de pesquisa, 1980 (texto mimeografado).
- LINK, E.M. — A formação de bibliotecários na Rep. Federal da Alemanha. *Bol. FEBAB*, São Paulo, 21 (5/6): 109-11, mai/jun 1970.
- MACEDO, I.F. e MACHADO, I.C.N. — *Divulgação do profissional bibliotecário e dos serviços biblioteconômicos*; projeto. ARB/Grupo de Trabalho para Valorização e Divulgação profissional, 1985.
- MACHADO, I.C.N. — *Proposta de criação do grupo de trabalho para valorização e divulgação profissional da Associação Rio Grandense de Bibliotecários*. Texto base para discussão em reunião dia 06 de setembro de 1984 (texto mimeografado).
- MARTORANO, M.A.C. — Sindicalismo na profissão do bibliotecário — *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 17 (1/2): 79-92, jan/jul 1984.
- MARTORANO, M.A.C. e OLIVEIRA, H.G. — *Memória Técnica: levantamento da produção bibliográfica do movimento associativo*, São Paulo, FEBAB, 1984 (texto mimeografado).
- MARTUCCI, E.M. — Sobre educação bibliotecária e perfil profissional. *Palavra Chave*, São Paulo, (3): 2, out 1983.
- MATTOS, T.A.T. — Sindicalismo — *Jornal Administradores* — Boletim Informativo do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 3, Jun/Jul 1985.
- MERCADO de trabalho — *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, B (1/3): 82-6, jul/set 1976.
- MILANESI, L. — Forma/Formação/Fôrma do Bibliotecário. *Palavra Chave*, São Paulo, (3): 3-10, out 1983.
- MIRANDA, A. — Recursos humanos bibliotecários no Brasil. In: — *Informação para o desenvolvimento: o planejamento bibliotecário no Brasil*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977, p. 77-91.
- MIRANDA, A. — ABDF: Missão cumprida. *Bol. ABDF*, Nova Série, Brasília, 4 (4): 43-51, out/dez 1981.
- PIROLLA, M.C.G.A. — A formação do bibliotecário. *Palavra Chave*, São Paulo, (3): 2, out 1983.
- POLKE, A.M.A.; ARAÚJO, E.M.B. e CESARINO M.A.N. — Análise do Mercado de Trabalho do Bibliotecário em Belo Horizonte, *Rev. Esc. biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, 5 (2): 165-77, set 1976.
- RABELLO, O.C.P.; CABRAL, A.M.R. e FERREIRA, M.L.A. — *Estágio Extracurricular em biblioteconomia*, Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1981 (texto mimeografado).
- RECOMENDAÇÃO Salarial — *Informativo APBES*, Vitória, 6 (4): 25, out/dez 1984.
- REIS, C.B. e SANTOS, M.F. — Atualização profissional e abertura de mercado de trabalho — Relatório de Laura Garcia Russo, *Bol. FEBAB*, São Paulo, 24 (3/4): 113-23, set/out 1971.
- RUSSO, L.G.M. — Entrevista — *Rev. Bras. de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 17 (1/2): 93-7, jan/jul 1984.
- RUSSO, L.G.M. — *A Biblioteconomia Brasileira*



Maria de Lourdes Côrtes Romanelli

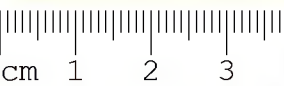
- ra: 1915-1965* — Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966, 357 p (Col. B-2, biblioteconomia, 5).
- SHAPIRO, S.J. — *O marketing e o técnico da informação*. trad. de Maria de Lourdes Richeter-FEBAB/CBDT, 1981.
- SILVA, E.T. — Teoria e prática da Leitura: eis o que falta ao nosso bibliotecário. In: *Leitura e realidade brasileira*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983-p. 67-74.
- SOUZA, H. de M. e MAIA, A.B. — Visão panorâmica do Universo bibliotecário da 7ª Região, RJ. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, 13-19 de julho, 1985 (texto mimeografado).
- SUAIDEN, E.J. — Mercado de Trabalho. *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 14 (3/4): 153-59, jul/dez 1981.
- VIEIRA, A.S. — Mercado de informação: do tradicional ao inexplorado. *Rev. de Biblioteconomia de Brasília*, 11 (2): 177-192, jul/dez 1983.



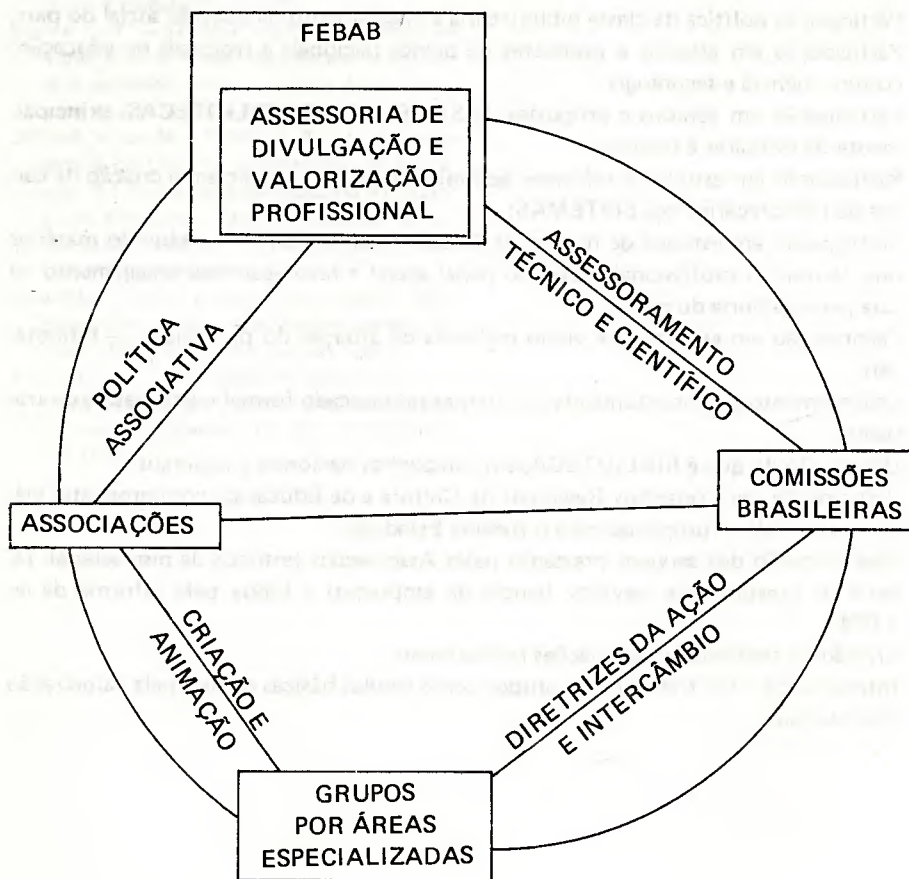
ANEXO 1

“Cordas” para a Ação Bibliotecária

- Participação política da classe bibliotecária e engajamento na questão social do país;
- Participação em estudos e propostas de planos nacionais e regionais de educação, cultura, ciência e tecnologia;
- Participação em estudos e propostas de SISTEMAS DE BIBLIOTECAS, principalmente de escolares e públicas;
- Participação em estudos e reformas administrativas que propiciem a criação de cargos de bibliotecários nos SISTEMAS;
- Participação em estudos de mudanças de currículo das Escolas, incluindo matérias que alertem o profissional sobre seu papel social e favoreçam seu engajamento na luta pela melhoria do povo;
- Participação em estudos que visem melhoria de atuação do profissional – bibliotecário;
- Levantamento das oportunidades existentes no mercado formal e alternativo de trabalho;
- Divulgação do que é BIBLIOTECA, em campanhas nacionais e regionais.
- Participação em Conselhos Regionais de Cultura e de Educação, com propostas viáveis, refletindo as propostas para o sistema Estadual;
- Diversificação dos serviços prestados pelas Associações (estudos de piso salarial, tabelas de prestação de serviços, bancas de empregos) e lobby pela reforma da lei 4.084;
- Criação de sindicatos e associações profissionais;
- Intensificação dos trabalhos de grupos como células básicas da luta pela valorização profissional.



RELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS E AS ASSOCIAÇÕES E OS ÓRGÃOS NACIONAIS

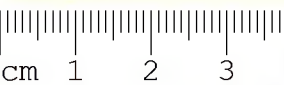


SALÁRIOS PROFISSIONAIS NO BRASIL

PROFISSÕES COM PISO POR LEI	PISO SALARIAL	HORAS DE TRABALHO
Agrônomo	8 6	8 6
Arquiteto	8,5 6	8 6
Engenheiro	8,5 6	8 6
Geólogo	8,5	8
Médico	3	2
Odontologista	3	4
Veterinário	6	6

PROFISSÕES COM PISO SOLICITADO	PISO PROPOSTO	HORAS DE TRABALHO
Assist. Social	10	8
Fisioterapeuta	7	4
Psicólogo	6	4
Terapeuta Ocup.	7	4
Economista	6	6
Contabilista	4	8
Téc. de Adm.	10	4

- Notas: 1) Piso fixado em Salários-Mínimo – SM
 2) Médicos e Veterinários estão reivindicando reajuste do piso para 10 SM por 6 horas e 8 SM por 4 horas, respectivamente.



UNIDADE BIBLIOGRÁFICA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SÃO PAULO – Pesquisa da SUCESU – ABRIL/MAIO 84
207 empresas da grande São Paulo

SALÁRIO MÉDIO – Cr\$ 1.254.598

INTERIOR

SALÁRIO MÉDIO – Cr\$ 838.248

MINAS GERAIS

EMPRESAS BELO HORIZONTE

SALÁRIO MÉDIO – Cr\$ 1.300.000

ESTADO E PREFEITURA BH

SALÁRIO MÉDIO – Cr\$ 800.000

FEDERAL

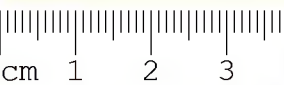
SALÁRIO MÉDIO – Cr\$ 650.000

SALÁRIO MÍNIMO – 166.500 (84)

ASSIM DEVERIA SER

SALÁRIO JULHO/85 – 7/8 SM

Belo Horizonte – entre 2.408,84 e
São Paulo – entre 2.752,96



MERCADO DE TRABALHO - FORMAL E ALTERNATIVO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO ESPÍRITO SANTO – APBES

SALÁRIO-BASE – MÍNIMO MENSAL – PISO

40 h/sem. – 10 Salários mínimos regionais
(em janeiro Cr\$ 1.665.000, ou Cr\$ 10.46 s/hora)

SALÁRIO/HORA

Cr\$ 6.938

POR CATALOGAÇÃO NA FONTE/OBRA

Cr\$ 3.500

POR INDEXAÇÃO DE ARTIGO DE PERIÓDICO

Cr\$ 5.500

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Por ano/pesquisa e fonte consultada
Até 10 (dez) referências Cr\$ 5.500
Cada referência adicional + Cr\$ 350

NOTA: Os valores acima não se aplicam a tratamentc de coleções especiais e obras raras.

TABELA SUJEITA A REAJUSTE AO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL VIGENTE.

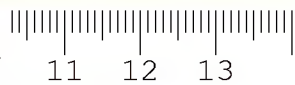
Fonte: Boletim Associativo.



BIBLIOTECÁRIOS BRASILEIROS REGISTRADOS – 1985

Regiões	Estados	Nº de Bi- bliotecários	Tamanho da amostra			
			20%	10%	± (314%)	5%
			Confiança 99% (coeficiente)			
CRB 1	D.F./Goiás/M. Grosso M.G. Sul/Rondônia	1345	270	•	135	70
CRB 2	Pará/Amapá	535	106	•	53	27
CRB 3	Ceará/Piauí	391	80	•	39	20
CRB 4	PE/Alagoas/R.G. Norte /Paraíba/F. Noronha	980	196	•	98	49
CRB 5	Bahia/Sergipe	857	172	•	86	43
CRB 6	Minas Gerais	1330	266	•	133	66
CRB 7	Rio de Janeiro	3462	692	•	346	173
CRB 8	São Paulo	3878	774	•	388	194
CRB 9	Paraná	612	122	•	61	31
CRB 10	R. G. Sul	741	148	•	74	37
CRB 11	Amazonas/Acre Roraima	210	42	•	21	11
CRB 12	Espírito Santo	196	40	•	20	10
CRB 13	Maranhão	182	36	•	18	9
CRB 14	Santa Catarina	167	34	•	17	9
TOTAL:		13106	2620		1310	

Fonte: Com. Federal de Biblioteconomia, Jul/85.



MERCADO DE TRABALHO - FORMAL E ALTERNATIVO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

**RECOMENDAÇÃO SALARIAL
PREÇOS DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS**

RIO GRANDE DO SUL/ARB – JAN/82

SALÁRIO-BASE – MÍNIMO MENSAL

40 h/sem. – 9 salários mínimos regionais

30 h/sem. – 7 salários mínimos regionais

20 h/sem. – 5 salários mínimos regionais

SALÁRIO/HORA

13,5% do Salário Mínimo

CLASSIFICAÇÃO/CATALOGAÇÃO NA FONTE

15% do Salário Mínimo por Obra

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Até 5 referências – 10% salário mínimo regional

Cada referência adicional 3% salário mínimo regional

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Por ano/pesquisa

Até 10 referências – 18% salário mínimo

Cada referência adicional 5% salário mínimo

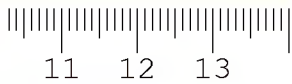
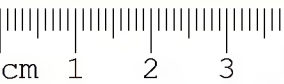
ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ – JULHO/85

SALÁRIO-BASE – MÍNIMO MENSAL

40 h/trabalho – 7,5 salário mínimo

SALÁRIO/HORA

Cr\$ 7.500 por hora



02. Que serviços/atividades você fazia?

03. Por que não está trabalhando agora?

04. A Associação de Classe do seu Estado tem Banco de Emprego?

() SIM () NÃO () NÃO CONHEÇO

Caso afirmativo, se você já o procurou para algum serviço relate sua experiência.

11. Você já trabalhou como autônomo ou free-lancer? Por quanto tempo?

() SIM () NÃO

Em caso afirmativo, conte-nos a sua experiência:

Você conhece alguma tabela para prestação de serviços bibliotecários?

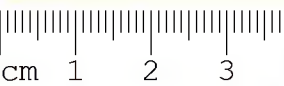
() SIM () NÃO

Quais os preços que você conhece e para que serviços?

12. Você pertence a Associação de Bibliotecários?

() SIM () NÃO

Em caso afirmativo, especifique a Associação e como você tem trabalhado com ela. Em caso negativo, explique o porque desta sua posição.



13. O que você conhece a respeito da atual política de valorização e divulgação profissional da FEBAB e demais órgãos de classe? Você considera válida esta política?

() SIM () NÃO

OUTRAS OPINIÕES

14. Quais as estratégias que você sugere para a ação de defesa e ampliação de mercado de trabalho do bibliotecário? Dê sugestões para que haja maior integração e valorização da classe bibliotecária brasileira.

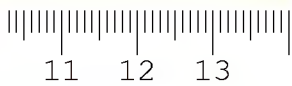
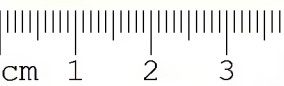
15. DADOS

PESSOAIS.

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa de idade: () 20-30 () 31-40 () 41-50 () mais de 50

OBSERVAÇÃO: Para responder qualquer pergunta use também o verso da folha, se necessário. Agradecemos sua colaboração.



Maria de Lourdes Côrtes Romanelli

MODELO DO QUESTIONÁRIO

COLEGA

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB e as Associações Estaduais de Bibliotecários estão coletando dados relativos do MERCADO DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO.

Esta pesquisa é de abrangência nacional e gostaríamos de contar com sua colaboração preenchendo este questionário e enviando sua resposta – no prazo máximo de 15 dias – para a Associação.

01. Há quanto tempo você se formou?

- menos de 1 ano de 4 a 10 anos de 20 a 30 anos
 de 1 a 3 anos de 10 a 20 anos mais de 30 anos

02. Em que escola/instituição?

03. Tem PÓS-GRADUAÇÃO? SIM NÃO ESPECIALIZ.
Já defendeu tese? SIM NÃO
Está estudando? SIM NÃO

Caso afirmativo, fale sobre o seu curso atual

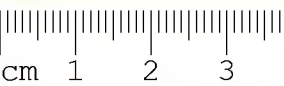
Com que objetivos foi fazer curso de pós-graduação?

Que cursos você acha que poderiam auxiliá-lo em sua atividade?

- 1 – relacionados com sua profissão
2 – não relacionados com sua profissão

04. Está trabalhando? SIM NÃO

- 1 – instituição pública federal empresa para estatal/economia mista
 instituição pública estadual empresa particular
 instituição pública municipal empresa de consultoria
 como autônomo (especificar)
 outros (especificar) tipo de trabalho



2 – Qual o cargo que você ocupa?

05. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?

() SIM () NÃO

Porque?

06. Quais as dificuldades que você sente ou já sentiu em relação ao seu trabalho?

07. Sua Biblioteca/Centro de Documentação é dirigida(o) por bibliotecário?

() SIM () NÃO

Em caso negativo, como você explica esta situação?

08. Qual o seu salário atual em relação ao salário mínimo vigente?

(SM = Cr\$ 333.120)

(Horas p/dia

p/semana

() menos de 2 SM

() de 2/3 SM

() de 3/4 SM

() de 4/5 SM

() de 5/6 SM

() de 6/7 SM

() de 7/8 SM

() de 8/9 SM

() de 9/10 SM

() de 10/11 SM

() de 11/12 SM

() de 12/13 SM

() de 13/14 SM

() de 14/15 SM

() mais de 15 SM

09. Trabalhou anteriormente em outra instituição?

() SIM () NÃO

Por quanto tempo?

10. Se você já trabalhou, mas não está trabalhando agora, responda:

01. Em que tipo de instituição você já trabalhou?



O QUE É PISO SALARIAL *

PISO SALARIAL é o termo mais conhecido para designar **SALÁRIO PROFISSIONAL**, e sobre este não há conceito legal para exprimi-lo, tem apenas sentido técnico. Os autores qualificam-no como uma modalidade do salário mínimo e são unânimes em considerá-lo como a quantia mínima que pode ser paga ao trabalhador integrante da categoria beneficiada.

DIFERENÇAS ENTRE SALÁRIO MÍNIMO E SALÁRIO PROFISSIONAL:

1) QUANTO À AMPLITUDE

O salário mínimo é geral e o salário profissional é restrito a determinada categoria profissional.

2) QUANTO AOS FINS

O salário mínimo visa manter as necessidades vitais do trabalhador e de sua família, enquanto o salário profissional tem por objetivo principal **RESGUARDAR A DIGNIDADE PROFISSIONAL**.

“O salário mínimo é estabelecido tendo em vista as necessidades de qualquer trabalhador sem levar em conta a sua profissão, que condiciona, obviamente, também a sua posição social, fato considerado pelo salário profissional” Cesariano Jr.

“Enquanto o salário mínimo tem caráter vital e visa, em regra, atender as necessidades mínimas referentes a alimentação, habitação, higiene, vestuário e transporte, o profissional é imbuído por nortes diversos. Destina-se principalmente, no caso

das profissões liberais, a resguardar a dignidade dessas mesmas atividades” Hélio de Miranda Guimarães.

3) QUANTO À DISCIPLINA JURÍDICA

O salário mínimo resulta principalmente de intervencionismo estatal e o salário profissional quase sempre de negociação coletiva direta.

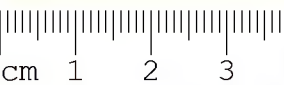
4) QUANTO AO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DAS TAXAS

O salário mínimo preocupa-se com o trabalhador como entidade individual e o salário profissional com o trabalhador como entidade coletiva diante das possibilidades econômicas das empresas.

* Resumo de: Nascimento, A.M. *Manual de salário*. São Paulo, LTR, 1984. p. 122-129.

SALÁRIO PROFISSIONAL E SALÁRIO DA CATEGORIA PROFISSIONAL:

Devido ao fato de a estrutura sindical brasileira estar baseada em categorias profissionais e econômicas, confunde-se “salário profissional” com “salário da categoria profissional”. O primeiro é o valor mínimo pago à alguém que exerce uma profissão; o segundo é o valor a que tem direito alguém, de qualquer profissão, integrante de uma categoria profissional e econômica. Quanto aos fins também há diferenças: o salário profissional fixa um valor mínimo para todos os profissionais; enquanto o salário da categoria destina-se a correção e atualização dos salários dessas mesmas pessoas. Pode existir o salário



da categoria (reajustamento coletivo) e não existir na categoria, salário profissional.

MÉTODOS DE FIXAÇÃO DO SALÁRIO PROFISSIONAL:

1) POR LEI

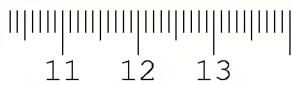
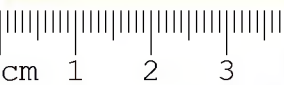
Implica na sua generalização a todo território nacional e se dá de 2 formas: a) fixação direta à todos os profissionais; b) outorga, pela lei, à certos órgãos públicos para fixação. A fixação por lei é a mais comum no Brasil.

2) EM CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

É o método mais usado em outros países. No Brasil, os sindicatos não têm conseguido isto em suas negociações coletivas.

3) POR SENTENÇAS NORMATIVAS DOS TRIBUNAIS DO TRABALHO

A fixação proferida em dissídios coletivos tem sido evitada pela Justiça do Trabalho, devido a uma antiga discussão sobre a inconstitucionalidade do salário profissional. Para a maioria dos juízes, esta polêmica não faz sentido atualmente.



Maria de Lourdes Côrtes Romanelli

NOTA DA REDAÇÃO:

Sobre este trabalho o Dr. Lauro Ribas Zimmer, Superintendente da Fundação Educacional de Santa Catarina recebeu a seguinte carta:

Dear Dr. Zimmer

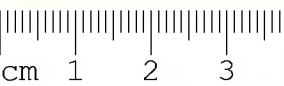
At a recent meeting of the Professional Board of IFLA I reported on the Unesco sponsored seminar on library services in rural areas which was held in Chicago, USA, in August. In my report it gave me great pleasure to refer to the paper given by Mitsi W. Taylor at the seminar. This paper and the accompanying tape-slide presentation were outstanding. They made a great impact on the participants and there were universal expressions of admiration of the important and valuable work being done by the Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina.

The resolutions adopted by the seminar, which are now being considered by IFLA, make specific reference to the Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina as an example of the kind of services which should be developed in rural areas everywhere and which are deserving of all possible support.

May I add my own personal thanks for the permission which you granted for Mitsi Taylor to take part in the seminar? I greatly appreciated the help she provided and I was delighted to have such a worthy protagonist of Brazilian librarianship among the participants.

Yours sincerely

Chairman
Division of Libraries
Serving the General Public



ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

Rosa Maria de Sousa Lanna*
Todêska Badke**

RESUMO

Estudo comparativo entre as Associações de Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG) e do Espírito Santo (APBES), analisando sua atuação em relação a seus objetivos, atividades realizadas para os associados e para a comunidade e, finalmente sua interação mútua, bem como com outras entidades.

Apresenta recomendações para um desempenho mais eficiente da entidade visando seu fortalecimento e, conseqüentemente o fortalecimento da classe.

ween their performance regarding their aims, accomplishments in favor of their associates, the community and finally their mutual interaction as well as with other entities.

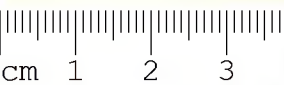
Recommendations for a more efficient functioning of the entities, aiming at their strengthening within their communities and consequently the stimulation of the professional class.

ABSTRACT

A comparative study between Minas Gerais and Espírito Santo Library Associations analyzing the relationship bet-

* Bibliotecária — Assessora da Biblioteca Pública de Minas Gerais.

** Bibliotecária do Instituto Jones dos Santos Neves (Vitória -- ES).



1 – INTRODUÇÃO

A biblioteconomia brasileira tem-se destacado em analisar problemas ligados aos aspectos de ensino, às técnicas de transmissão de informações e, mais recentemente, ao papel de agente social do bibliotecário na comunidade.

A preocupação em apresentar pesquisas para levantar e analisar criticamente seus problemas, enquanto classe, é pequena e, em sua maioria, tratando mais de narrar experiências do que propriamente avaliar situações passadas ou presentes, com o objetivo de aproveitar os dados para planejar ou adequar melhor a união consciente e ativa desse grupo profissional.

O movimento associativo começou a ganhar força no Brasil, depois da criação da FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, em 1959, quando da realização do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Seus objetivos são fundamentados a nível nacional e ela congrega um total de vinte e sete Associações e que, em maior ou menor grau, apresentam realizações ou problemas semelhantes. Essas conquistas ou fracassos – de uma Associação – não devem ser propriedade de um indivíduo ou uma Diretoria. O compromisso de contribuir para o crescimento dessa Entidade, pertence a todos os profissionais da área.

A intenção do trabalho é aperfeiçoar a prática das lideranças biblioteconômicas, através inicialmente do estudo do aspecto histórico-funcional das Associações de Minas Gerais e Espírito Santo. Verificando

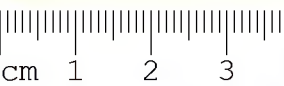
os pontos em comum e os desiguais, nos dois sistemas, busca-se, então, definir a postura dessas entidades, enquanto órgãos de conagração da classe e também, analisando criticamente os aspectos positivos e negativos detectados, contribuindo para uma interpretação de como determinadas variáveis são comuns ou não, bem como possibilitar a visão de uma melhor adequação do movimento associativo à realidade.

2 – O SER COMPROMETIDO

Para Vasconcelos (1) ainda confunde-se o termo ASSOCIAR que quer dizer UNIR, AGREGAR, LUTAR por ideal comum, com FILIAR, que é apenas entrar para uma sociedade, para um clube social desvinculado de objetivos fundamentais de uma categoria profissional.

De acordo com Biasotti (2), Associação de Classe é a reunião de elementos com interesses comuns em uma determinada área, submetendo-se a existência de cooperação, união, integração, estar-junto. Ainda, relacionado ao termo Associação, está o termo movimento – que pode ser conceituado no sentido específico de dinamismo, de atuação envolvendo ação de mover-se. Pode-se considerar portanto, que “o movimento associativo” ou seja, no trabalho de uma associação de classe, está subentendida a intenção de atuar em prol do desenvolvimento de uma classe profissional, buscando a sua afirmação e o seu prestígio dentro da sociedade.

Em 1967, Russo (3) já alertava para o problema das Associações; “entendemos



que uma Associação justifica sua existência pelo que demonstra de dinamismo aos olhos e sensibilidade de seus sócios (. . .) Não há assistência porque não há interesse, devemos, então, procurar as razões do fenômeno e melhor motivar as atividades associativas (. . .) que as Escolas de Biblioteconomia e Documentação, que ainda não o fazem, passem a estimular seus alunos a se interessarem pelos problemas profissionais, orientando-os para o movimento associativo”.

A união, a agregação, a luta por um ideal comum não é nada mais do que o engajamento no trabalho associativo, o comprometimento social e político de cada um e no caso, dos nossos bibliotecários. Freire (4) conceitua muito bem o ser comprometido: “somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para objetivando-o, transformá-lo e transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo o que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isso, de comprometer-se. Além disso, somente este ser é já em si um compromisso. Este ser é o homem (. . .) o verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram controvertidos em coisas (. . .)

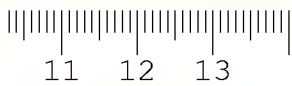
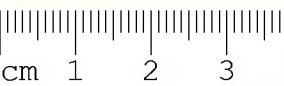
No caso do profissional, é necessário juntar ao compromisso genérico, sem dúvida, que lhe é próprio como homem, o seu compromisso de profissional (. . .) Não é possível o compromisso verdadeiro

com a realidade e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável. Se este olha e percebe a realidade enclausurada em departamentos estanques. Se não a vê e não a capta como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação.

Daí sua ação não pode incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim, transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua meramente “focalista” da realidade não poderia constituir um compromisso”.

3 – A PESQUISA: um compromisso com a classe

A idéia de elaborar um estudo comparativo entre as Associações de Bibliotecários do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo, surgiu do comprometimento das autoras com suas respectivas entidades de classe. Essa experiência serviu para identificação de fenômenos similares ou dessemelhantes que justificavam o estabelecimento de uma base de comparação, baseada em variáveis dos dois sistemas e que seriam analisadas aplicando-se as técnicas de justaposição/interpretação cultural dos dados, colocando a tona os meios de superar as dificuldades.



“A finalidade do estudo comparado é o conhecimento de relações dos fenômenos que observamos e não uma lista ou descrição deles”, diz Miranda (5). Collings (6) sustenta que “o objetivo fundamental da biblioteconomia comparada é procurar alcançar uma compreensão, total, e uma interpretação correta do problema ou de um sistema bibliotecário em estudo e é considerada como um método importante para pesquisar as causas e os efeitos no processo de desenvolvimento bibliotecário e para compreender os problemas bibliotecários”.

A pesquisa, realizada em 1983, focaliza as duas Associações pelo ângulo de visão de sua Diretoria, e de análise da documentação legal, que lhes dá suporte, tendo como referencial suas finalidades e objetivos. Dentro das limitações buscou-se desenvolver uma compreensão a nível regional da realidade de duas entidades que fazendo parte de um sistema nacional, oferecem oportunidade para uma análise crítica, que poderá cooperar para um conhecimento mais amplo da situação das várias Associações no Brasil.

O objetivo do Trabalho é comparar a atuação das Associações de Bibliotecários de Minas Gerais e Espírito Santo, em relação aos objetivos referentes a seus associados e a comunidade, examinando o desempenho da Associação, isto é, verificando a realidade através de informações prestadas pela própria Entidade, comparando, as atividades realizadas pelas entidades, para seus associados; a participação dos associados nas atividades desenvolvidas pelas Associações; o trabalho desen-

volvido na comunidade, pelas Associações.

Com a finalidade de atender aos objetivos, foi realizada, numa fase inicial, um estudo preliminar através de uma revisão de literatura e de uma análise da viabilidade do projeto, em termos do referencial teórico e prático.

A metodologia constou do método descritivo para levantamento dos dados, através de uma entrevista semi-estruturada (modelo em anexo) aplicada ao presidente da Entidade e da análise dos documentos legais. O método utilizado para análise foi o processo reiterativo de análise comparativa, no qual o pesquisador vai e volta, isto é, vai na literatura, nos dados, na realidade. Ele utiliza-se do depoimento, do documento legal e de sua experiência e no resultado procura mostrar uma análise crítica.

4 – FINALIDADE DA ASSOCIAÇÃO, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

A Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG) criada em 17 de junho de 1960, com sede própria em Belo Horizonte, com 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) filiados e a Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo (APBES), criada em 16 de abril de 1979, sediada em Vitória, com 187 (cento e oitenta e sete) filiados, possuem pontos em comum, tais como: congregar bibliotecários, estimular criação de bibliotecas e o aprimoramento técnico e cultural



dos profissionais e defender seus interesses. Notamos que na questão de defesa dos Associados, a APBES se posiciona de maneira mais clara e definitiva, pois de 2 (dois) de seus itens podemos destacar: "representar e defender perante os poderes públicos e privados os interesses dos associados" e "manter serviço de assistência jurídica para os associados visando a proteção da classe". Seu estatuto foi baseado no modelo do Estatuto-Padrão destinado às Associações Profissionais, Sindicatos, Federações e Confederações, adotada a nível nacional, permitindo maior amplitude de objetivos e abrindo caminho para um trabalho sindical.

4.1 – Da Diretoria

A estrutura básica das diretorias, com duração do mandato de 3 anos, é a mesma, constituindo-se de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros e Conselho Fiscal. A ABMG possui ainda um Diretor Social, um Diretor Técnico (para promoção de cursos) e um Assessor para os Grupos Especializados, além de suplentes no Conselho Fiscal. A APBES possui um Coordenador para promoção de cursos. Os profissionais ligados às Diretorias das Associações por vezes enfrentam problemas que Velho (7) sintetizou de forma exemplar: "Alguns colegas reclamam ter as nossas entidades de representação profissional, vida vegetativa. Acusam-nos de peleguismo, de procurarmos vantagens, status, autopromoção e/ou enriquecimento de currículos. Todavia, a

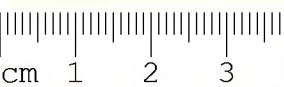
maioria da classe não pertence a quaisquer grupos de trabalho em áreas específicas das nossas Associações (nem solicita créditos ou disciplinas às Universidades, para especializações por áreas, reciclagens e/ou atualização, o que é plenamente garantido pela Reforma Universitária). Na verdade a maioria não é associada".

4.2 – Das Eleições e Assembléia Geral

As eleições nas Associações são um reflexo do comodismo e falta de participação política do bibliotecário. O problema resume-se sempre na falta de profissionais dispostos a assumir as responsabilidades dos cargos de Diretoria, que não são remunerados. A formação da chapa que é sempre única – transcorre num verdadeiro clima de "caça à laço" àqueles profissionais abnegados que se dispõem a trabalhar em prol de sua classe.

Depois do esforço dispendido na formação da chapa, do processo eleitoral e posse da Diretoria, verifica-se que alguns profissionais eleitos não assumem realmente suas atribuições e que a consciência associativa que impulsiona a realização de um trabalho direcionado para integração da classe, está na maioria das vezes, naqueles poucos bibliotecários mais atuantes, mas que se encontram sobrecarregados de compromissos profissionais, além dos compromissos com o trabalho associativo.

A Assembléia Geral é o órgão supremo de uma Associação, que compete deliberar sobre os interesses da mesma. Verifica-se que as Associações convocam um nú-



mero reduzido de Assembléias Gerais ou Extraordinárias, reflexo do desinteresse dos associados em participarem nas deliberações dos assuntos relativos à classe bibliotecária.

Acreditamos que a não participação nas Assembléias pode ser conseqüência da falta de informação e consciência do bibliotecário em relação ao direito que ele possui em usar seu voto e o que esse mecanismo representa, se exercido em conjunto, para o encontro de soluções dos problemas de classe, que numa Assembléia podem ser colocados, discutidos e votados. Se ele não exerce o direito de votar, que é mínimo, então não será um cidadão dentro da comunidade bibliotecária. Este direito representa seu poder de decisão que ele deixa escapar sem perceber a sua importância. Esse mecanismo é a chave para o início de um movimento associativo eficiente.

4.3 – Recursos Financeiros

Ambas Associações não são reconhecidas como entidades de "Utilidade Pública" e este é um recurso que beneficia diversas entidades, permitindo-lhes o recebimento de doações governamentais. Portanto, além de não receberem esta doação, as anuidades cobradas são quantias irrisórias, que no ano de 1983 representou uma média de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais. Destaca-se nesse caso, que muitos associados se encontram em débito com suas entidades, confirmando assim o pensamento de Biasotti (8) quando constata que existe uma dissociação

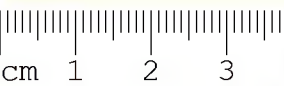
entre a "associação não faz porque não tem apoio e os associados não apoiam porque a associação não faz".

São citadas como fonte de receita, além das anuidades, taxas de inscrições em cursos, arrecadação em promoções sociais, venda de publicações.

A ABMG possui sede própria conseguida com o lucro do 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado pela mesma em 1971. Apesar de ser sede própria, esta por se localizar em edifício comercial, vem lutando com dificuldade para manter as despesas obrigatórias, com o condomínio, telefone, impostos e taxas de manutenção que encarecem sobremaneira o mesmo.

Os cursos tem representado fonte de receita para as Associações, mas atualmente, constata-se que, apesar de um levantamento prévio de interesse dos profissionais, de uma divulgação eficiente, e do baixo custo dos cursos, o retorno financeiro não corresponde ao esperado, por falta de participantes para a realização dos mesmos. Este tipo de situação algumas vezes têm provocado prejuízo para as Entidades que já vivem em dificuldades.

As duas Associações mantiveram permanente preocupação em oferecer cursos durante estes anos. Consideramos os cursos, como única opção para que os profissionais possam reciclar seus conhecimentos, tendo em vista a dificuldade dos bibliotecários em realizarem cursos de especialização de longa duração. Porém apesar de toda a divulgação realizada, o número de participantes vem diminuindo de maneira a merecer uma análise mais profunda.



5 – CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, ETC.

A atuação da ABMG relativa a Encontros, resumiu-se na realização do 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação no ano de 1971. São 12 (doze) anos que não se realizam nem mesmo Encontros Regionais necessários para se discutirem os problemas enfrentados pela classe em seu Estado.

Em 4 (quatro) anos de existência, a APBES realizou 3 (três) Encontros Regionais, demonstrando um certo dinamismo, pois apesar de ser uma instituição pequena, e de não apresentar um número suficiente de autores capixabas com trabalhos na área de biblioteconomia, tem procurado levar aos bibliotecários temas de interesse discutidos no país. Os eventos realizados foram 1º e 2º Encontros Espírito-Santense de Bibliotecários, respectivamente em março de 1980 e março de 1983, e a 1ª Jornada Espírito-Santense de Biblioteconomia, em junho de 1982.

Verificando a literatura biblioteconômica nacional, destacam-se grande número de trabalhos elaborados por bibliotecários mineiros, o que prova a capacidade da produção científica destes profissionais. Acreditamos que a falta de mobilização da classe mineira como um todo, impede a realização de eventos que possam divulgar estes trabalhos.

Não são só reuniões técnico-culturais as atividades realizadas pelas Associações. Foram citadas atividades sociais tais co-

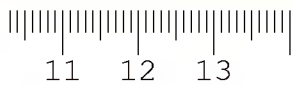
mo: caravanas para congressos, realização de festa junina, churrascos, jantar de conagraçamento, entre outros, sendo a maioria promovida pela APBES.

6 – GRUPOS ESPECIALIZADOS

Os principais objetivos dos Grupos Especializados, de acordo com Romanelli (9), são: "Comunicação entre os membros; intercâmbio de trabalhos; discussão de problemas comuns tentando alcançar soluções práticas; promoção de cursos de atualização profissional; produção de trabalhos de pesquisa no campo da biblioteconomia, divulgando esses trabalhos entre colegas e o público que atende e, principalmente, ser veículo por excelência de melhor qualificação profissional e, estando os membros do Grupo bem conscientes de suas possibilidades, levar ao público uma imagem dinâmica do bibliotecário, que possa corresponder ativamente as exigências cada vez maiores e mais variadas da sociedade atual".

Os grupos de bibliotecários surgiram em 1950, e tomaram vulto em 1963. Em consequência da expansão desses Grupos, a FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – sentiu necessidade de coordená-los e criou por isso, as primeiras Comissões Brasileiras de Documentação, que são em número de dez, atualmente.

A ABMG possui Grupos Especializados nas áreas Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas, Agrícola, Tecnológica, Biomédica, de Bibliotecas Públicas e de Valorização Profissional. O Grupo de Ciências Sociais



e Humanas e o Grupo Agrícola são os que apresentam melhor desempenho. No Estado do Espírito Santo, encontramos quatro Grupos: Tecnológico, Valorização Profissional e Divulgação e Promoção e Agrícola. Os três primeiros têm tido uma excelente atuação dentro de seus propósitos e o Agrícola foi extinto por falta de realizações.

A principal e maior dificuldade encontrada para formação e manutenção de tais Grupos, é, sem dúvida, a ausência de profissionais interessados no trabalho associativo. Um estudo apresentado por Brunetti (10) nos mostra que o bibliotecário é ainda um profissional que, em sua grande maioria, se preocupa apenas com a Instituição onde trabalha e mostra o desinteresse de alguns em relação a: carreira profissional dos colegas bibliotecários; caminhos das entidades de classe; problemas biblioteconômicos nacionais.

7 – DIVULGAÇÃO

A APBES publica trimestralmente o Informativo APBES, que foi lançado em setembro de 1979, contando com a colaboração de um grupo de bibliotecários que o elaboram quase artesanalmente. Também procura divulgar suas propostas e trabalhos nos veículos de comunicação de massa do Estado.

Atualmente a ABMG divulga suas notícias através do Boletim do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região, por falta de verba. Anteriormente publicava o informativo Contato, com periodicidade irregular.

Consideramos que a publicação de uma entidade é seu "cartão-de-visitas" às outras entidades do Estado e do País, além do que o ideal é termos publicações editadas mensalmente mantendo assim, maior contato com os profissionais e com a comunidade.

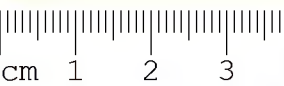
8 – ATIVIDADES NA COMUNIDADE E REPRESENTAÇÃO NO INTERIOR

As Associações procuram realizar atividades para a comunidade, tais como: palestras sobre as bibliotecas, exposição de carro-biblioteca, hora do conto. São contatos frágeis que se dão normalmente durante a Semana do Livro e da Biblioteca, ou do Dia do Bibliotecário. Sendo eventos que se dão de maneira tão esparsa, nota-se que a população não sente falta e não cobra a sua não realização. Estas atividades poderiam se bem direcionadas, oferecer à comunidade serviços de interesse da mesma e abrir espaço para que se começasse uma interação entre elas.

As associações não possuem representações no Interior de seus Estados. A ABMG justifica que seus objetivos propostos para a Capital ainda não foram satisfeitos e a APBES considera desnecessário ter representações no Interior, devido ao pequeno número de profissionais existentes.

9 – DESEMPENHO POLÍTICO

O nível de envolvimento político das Associações é pequeno. As tentativas de um trabalho que podermos considerar co-



mo político nem sempre vingaram. Em 1977, A ABMG esforçou-se para que Belo Horizonte pudesse ter a sua primeira biblioteca pública infanto-juvenil. Criada pela lei municipal nº 2.746/77 (11) esta idéia ficou, por motivos políticos, só no papel, apesar de todo o apoio da ABMG. Foi criada uma Comissão de alto nível, composta por especialistas, para orientar a redação do decreto que regimentaria essa lei e a elaboração do planejamento da biblioteca. Nada foi concretizado.

Também para a Prefeitura Municipal, a ABMG apresentou em 1978, para inclusão de bibliotecários em seu novo plano de classificação de cargos, sugestão parcialmente atendida. A ABMG, juntamente com o CRB-6 e a Escola de Biblioteconomia lutou durante 5 anos para a preservação do caráter da Biblioteca Pública, que em 1978, transformou-se no Centro de Educação Permanente, atendendo aos objetivos pedagógicos da Secretaria de Educação, sendo dirigida por uma pedagoga. Só agora, com a criação da Secretaria da Cultura, houve a volta do nome da instituição para Biblioteca Pública, mas sua valorização ainda é uma incógnita, pois as verbas para essa Instituição são mínimas.

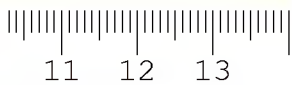
Um dos pontos a ressaltar nesse trabalho político da ABMG, foi sua participação no estudo realizado por uma comissão dirigida e coordenada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região, entregue ao Governador Tancredo Neves, intitulado: Política Estadual de Bibliotecas, proposta de ação cultural através das Bibliotecas do Estado de Minas Gerais (12). Como resultado, pela primeira vez

na história dos Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social, ressaltasse como uma das diretrizes da política de cultura do Estado no IV PMDES: "fortalecer a política biblioteconômica do Estado, de forma a considerar a força catalizadora das bibliotecas como agências capazes de promover efetiva democratização da cultura". (13) Entretanto, a implantação dessa diretriz, vai depender muito das entidades biblioteconômicas e dos profissionais bibliotecários do Estado, promovendo uma ação conjunta de mobilização, cobrança e avaliação dessa política cultural em Minas Gerais.

Os bibliotecários capixabas lutaram por cargos na administração pública estadual e municipal. Conseguiram a abertura do mercado de trabalho através da realização de concursos públicos, com uma média de 45 colocações. A abertura e preservação do lugar do bibliotecário é um posicionamento político, que requer um grande esforço por parte dos profissionais que encampam tal proposta, pois significa brigar pelo que é de direito de uma classe profissional. Ainda que frágil, tentaram um envolvimento a nível prósindical no ano de 1981, quando participaram da Frente Sindical do Espírito Santo e do Encontro das Classes Trabalhadoras do Estado. A validade da experiência se deve ao fato de a Associação ter buscado um amadurecimento perante outras Entidades profissionais.

10 – SINDICALIZAÇÃO

O problema do sindicalismo foi pouco



discutido por ambas as Associações, e seus posicionamentos se parecem: consideram a classe desmobilizada e pouco consciente ou ciente sobre o assunto em questão.

Também se posicionam de maneira pouco elucidativa, pois acreditam que a maior dificuldade na transformação das Associações em Sindicatos é o fato de sermos em grande maioria funcionários públicos. Mas, em artigo publicado no Boletim do CBR-7, Velho (14) esclarece que "até há pouco tempo, pensávamos estar os bibliotecários documentalistas do Serviço Público (empresas estatais e paraestatais) impedidos de se sindicalizar ou isentos de efetuar a contribuição sindical, devido a uma interpretação equívoca do art. 566 da CLT. Sendo a Biblioteconomia e a Documentação em qualquer dos seus ramos, os objetos da nossa profissão liberal, todos os bibliotecários documentalistas autônomos, estatutários e celetistas, são profissionais liberais. Outro equívoco, refere-se à correta opção facultada no art. 585, da CLT e seu parágrafo único, que acreditávamos atingir somente os profissionais autônomos".

Realmente, os bibliotecários, mesmo funcionários públicos, podem pagar sua contribuição sindical ou se sindicalizarem. O problema é que, sendo funcionários públicos, estão impedidos de participar de administração sindical. Esse é o maior impasse.

A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (15) distribuiu um texto onde observa que "como entidade representativa, o sindicato tem um maior campo de

atuação, com investidura legal, que protege suas ações. Podem também ser suas atividades atribuídas às Associações, enquanto que o inverso não é verdadeiro. A diferença é que a Associação representa os interesses de seus sócios enquanto que o sindicato representa oficialmente os interesses de toda a categoria profissional, sendo que os benefícios obtidos por esta, estendem-se a todos os integrantes da classe, sejam sindicalizados ou não, concordem ou não com as medidas pleiteadas. Esse poder de atuação traz também uma série de obrigações, fiscalizadas diretamente pelo Ministério do Trabalho, e o não cumprimento destas, pode trazer sérias conseqüências com multas, suspensão dos direitos, intervenção, cassação de carta de reconhecimento etc. Portanto, para o funcionamento de um sindicato, é necessário ter uma infra-estrutura que exige uma grande participação dos profissionais, principalmente, numa classe pequena como a dos bibliotecários.

11 – CONCLUSÕES

Para compararmos a atuação das duas Associações pesquisadas, nos propusemos a examinar seus desempenhos internos e externos ao meio em que atuam. Verificamos que, apesar dos Estados de Minas e Espírito Santo apresentarem realidades díspares em termos sócio-político-econômicos, as suas respectivas Associações, que também apresentam características diversas, praticamente enrrentam o mesmo problema: poucos profissionais são conscientes do trabalho associativo.



Notas principalmente que nos falta este "ser comprometido" que encontramos no discurso de Paulo Freire, que possibilita a formação de um grupo coeso e forte, que possa trabalhar pela classe e influir os destinos da mesma.

Constatamos, pois, que as Associações atuam pouco em realizações que envolvem a comunidade local, isto porque ainda estão trabalhando na tentativa de congregar e envolver associados na participação de seus trabalhos.

O texto de Pimentel (16) descreve perfeitamente o momento e a situação vivenciada por estas Associações, quando diz que "as nossas Associações foram criadas para acionarem os instrumentos de luta ao seu alcance e obter resultados compensadores que justifiquem sua existência como órgão de classe. Isto, significa dizer que torna-se necessário atuar de forma compatível com a realidade sócio-econômica em que vivemos; que os problemas sejam identificados, qualificados e quantificados, estabelecendo critérios de estratégia e ação (. . .) Mas para isso é necessário cooperação por parte dos bibliotecários, para que as associações — e finalmente a FEBAB — sejam um instrumento de desenvolvimento da classe".

Posteriormente, a metodologia utilizada neste trabalho poderá ser estendida a uma pesquisa a nível nacional, aprofundando a discussão sobre o seu papel no país, em seus diferentes contextos sócio-culturais, possibilitando o entendimento dos problemas existentes e despertando interesse por parte dos bibliotecários no encontro de soluções cabíveis. Em outras

fases, poder-se-á realizar uma pesquisa a nível internacional, buscando conseguir uma perspectiva do trabalho associativo, em nível mais amplo, tentando desenvolver mecanismos para a troca de experiências de realidades diferentes ampliando o conhecimento do fenômeno do comprometimento do profissional com sua própria classe.

12 — RECOMENDAÇÕES ÀS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

- **Maior entrosamento entre as Associações e as Escolas de Biblioteconomia (Corpo Docente e Discente)**

Há, nesse caso, uma integração que possibilita o fortalecimento das duas Entidades, visando trabalhos conjuntos, pois verifica-se uma dissociação do corpo docente com o trabalho da Associação. É visível a dicotomia existente entre o bibliotecário exercendo sua profissão e o docente bibliotecário.

Nota-se que existe um descompromisso por parte das Escolas, com o trabalho associativo. As duas Entidades, além de realizar programações conjuntas da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca e convênios para cursos de extensão, devem buscar uma união intensa na discussão e resolução dos problemas bibliotecômicos.

Através da conscientização do aluno, a Associação pode despertar nos estudantes a importância do "participar coletivo",



além de detectar e/ou motivar a existência de novos líderes, que podem futuramente atuar no trabalho associativo.

– **Maior entrosamento das Associações com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia**

A relação Associação e Conselho também deve ser mais estreita. A maior integração entre as duas Instituições é necessária, principalmente no sentido de discutir os problemas da classe, buscando adequar suas resoluções, de acordo com o objetivo de cada Entidade e essa integração formaria um elo forte, entre as duas Entidades representativas da classe. Um exemplo é o envolvimento dos dois órgãos com a problemática do mercado de trabalho. Um relacionamento mais profundo é vantajoso para a valorização e aprimoramento da biblioteconomia e dos bibliotecários dos dois Estados.

– **Cobrança sistemática da presença e da realização de tarefas dos participantes da Diretoria e Grupos Especializados**

Buscando criar, também, comissões de trabalho entre os outros associados, para tentar inculcar-lhes a responsabilidade do "ser comprometido" e tornar mais ativa a ligação entre os representantes da classe e os associados.

Normalmente encontramos 3 (três) tipos de comportamento de nosso profissional:

– O que apenas se registra como mem-

bro, mas não tem uma ação participativa, ele espera que a Associação realize tudo sozinha. Sua relação com a Entidade é de mera expectativa; o que faz parte da Diretoria, mas que na maioria das vezes fica apenas na boa intenção; e, finalmente, aquele que não se registra, não procura informar-se sobre o trabalho desenvolvido pela Associação, e que na maioria das vezes, é o que mais critica.

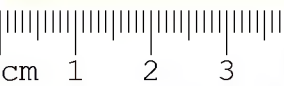
– **Maior divulgação e reflexão sobre o trabalho sindical**

A questão sindical e o problema da atuação política da classe é frágil. O respaldo político e jurídico das Associações é praticamente nulo. Tentativas mais ousadas de uma atuação neste campo esbarram na falta de uma legislação que possa sustentar/resolver problemas da classe, junto ao empregador, ou no caso de fazer valer um piso salarial ou outros direitos do profissional. As informações que os bibliotecários possuem sobre a atuação ou mesmo o que é um sindicato é vaga, por isso se faz necessário uma maior divulgação e discussão sobre sindicalismo.

É desejável a criação de um maior envolvimento político com Entidades ligadas aos movimentos sindicais e comunitários.

– **Maior divulgação dos trabalhos realizados pelas Associações**

Obtenção de verba para patrocinar a edição do Boletim Informativo que divulgará os trabalhos realizados, criando-se



através desse veículo, um canal de comunicação entre os dirigentes e os associados, e oferecendo a essa comunidade e aos outros setores ligados ou de interesse da Biblioteconomia, uma "imagem" correta da atuação da Diretoria da Associação, atuação essa que poderá ser avaliada, questionada e/ou participada.

– **Fornecimento de serviços para a comunidade**

A responsabilidade da Associação em coordenar Grupos de Trabalho que possibilitem trabalho técnico cooperativo entre as bibliotecas, buscando uma racionalização do trabalho e maior aproveitamento e utilização dos acervos, deve ser merecedor de maior reflexão.

Como não existe um sistema de bibliotecas, nem nenhum órgão que faça a união de bibliotecas da área de empresas públicas e privadas, ela pode fazer este trabalho. É uma força que a Associação ainda não percebeu, pois este tipo de trabalho é um elo de ligação para a realização do trabalho cooperativo das bibliotecas destas Instituições, que podem resultar em produtos, como: rede de informação, catálogo coletivo de periódicos, indexação de legislação, etc. Neste caso a Associação estaria cobrindo um enorme espaço que não está sendo ocupado por nenhuma outra entidade, e cumpriria desta forma, um serviço imprescindível à comunidade científica e reforçaria sua atuação entre os associados e a comunidade em geral.

Poderia, também, coordenar trabalhos

de utilidade pública, como informação utilitária, cursos de extensão, cooperação no planejamento de bibliotecas alternativas para as comunidades carentes ou minoritárias.

– **Organização do acervo existente nas Associações para uso dos bibliotecários**

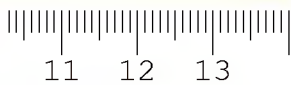
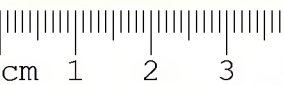
As Associações devem manter uma biblioteca especializada em biblioteconomia e ciência da informação, que possa oferecer serviços à classe bibliotecária, contribuindo para o aprimoramento do nível de informação dos profissionais.

– **FEBAB e movimento associativo**

A FEBAB, como órgão máximo do movimento associativo, no Brasil, deve estudar uma forma de maior integração entre suas Entidades filiadas.

13 – BIBLIOGRAFIA CITADA

- (1) VASCONCELOS, Maria Lúcia Chagas Ribeiro. Movimento associativo ascensão ou desintegração. *Caderno Brasileiro de Biblioteconomia*, 1 (1): 3-5, set. 1980.
- (2) BIASOTTI, Míriam Mara Dantur de la Rocha. A atuação das Associações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. Porto Alegre, 3-8 jul. 1977. *Anais*. . . Porto Alegre, Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977. v. 2, p. 136.
- (3) RUSSO, Laura G.M. A FEBAB e suas realizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5. São Paulo, 8-15 jan. 1967. *Anais*. . . São Paulo, 1967. p. 391.



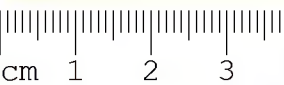
ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

- (4) FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p. 19-21.
- (5) MIRANDA, Antônio. Anotações em aula da disciplina Biblioteconomia Comparada, ministrada no Curso de Mestrado de Biblioteconomia da UFMG em 1982.
- (6) COLLINS, Dorothy G. Comparative librarianship. In: KENT, Allen & LANCOUR, Harold, ed. *Encyclopedia of library and information science*. New York, Marcel Dekker, 1971. v. 5, p. 492-502.
- (7) VELHO, Sérgio da Costa. Sindicalização do bibliotecário e do documentalista. *Boletim do CRB-7*, Rio de Janeiro, 11(1): 1,2, jan./abr. 1983.
- (8) BIASOTTI, Miriam M.D. de la Rocha. op. cit. p. 136.
- (9) ROMANELLI, Maria de Lourdes Cortês. Os grupos especializados das associações estaduais de bibliotecários. *Caderno Brasileiro de Biblioteconomia*, 1 (1): 6-14, set. 1980.
- (10) BRUNETTI, Maria Isabel. Biblioteconomia brasileira — um problema dos bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 22-27 jul. 1979. *Anais*. . . Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. v. 1, p. 11-26.
- (11) BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Leis, decretos, etc. Lei nº 2.746, de 14/06/1977. Minas Gerais, Belo Horizonte, 14 jun. 1977. Publicação de Terceiros — Prefeitura Municipal, p. 15. Cria Biblioteca Pública Infanto-Juvenil e dá outras providências.
- (12) COMISSÃO PRÓ-BIBLIOTECAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Política Estadual de Bibliotecas*: proposta de ação cultural através das Bibliotecas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, CRB-6ª Região, 1983. 37p.
- (13) MINAS GERAIS. Governo Tancredo Neves. *IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social*; diretrizes. Belo Horizonte, SEPLAN/MG, 1983. p. 13B.
- (14) VELHO, Sérgio da Costa. op. cit. p. 1-2.
- (15) ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECÁRIOS. *Sindicato: sim ou não?* Porto Alegre, 1983. p. 1-2 mimeografado.
- (16) PIMENTEL, Cléa Dubeux. O bibliotecário e sua atuação profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 22-27 jul. 1979. *Anais*. . . Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. v. 1, p. 67.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ESTRUTURA E DESEMPENHO DA DIRETORIA

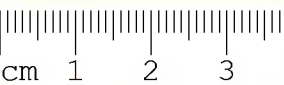
1. Identificação da Associação:
2. Quantos bibliotecários estão registrados até a presente data (32 de dezembro de 1983)?
3. Em caso de eleições, quantas chapas geralmente concorrem?
4. Como é de modo geral, a atuação dos membros da Diretoria em relação às funções a ele delegados?
5. Existe por parte de toda Diretoria uma "consciência associativa" que impulsiona a realização de um trabalho direcionado para a integração da classe? Justifique a resposta.
6. Citar as Assembléias Gerais e Extraordinárias realizadas em 1982 e seu principal objetivo.



7. Como se dá a participação dos associados quando convocados para as Assembléias?
8. A Associação é reconhecida como utilidade pública?
Sim () Não ()
Se recebe doações citar fonte(s).
9. Quanto foi a anuidade cobrada em 1982?
10. Quais as fontes de receita, além das anuidades?
11. Quais os problemas enfrentados pela Associação para obtenção dessas receitas citadas.
12. A Associação tem sede própria?
17. A Associação possui algum meio de divulgação de suas atividades? (Se não, justificar).
18. A Associação realiza atividades para a comunidade? Citar. (Em caso negativo, justificar).
19. Existe trabalho cooperativo da Associação com:
(Citar. Em caso negativo, justificar)
a) Escola de Biblioteconomia
b) Conselho Regional de Biblioteconomia
c) Bibliotecas
d) Outras instituições ligadas ao livro
20. Quantos e quais são os Grupos Especializados formados na Associação?

ATIVIDADES E ATUAÇÃO

13. São oferecidos cursos? Citar os 5 últimos.
14. A Entidade realizou Congressos, Seminários ou Encontros? Citar os 5 mais importantes.
15. Relacione as atividades realizadas no "Dia do Bibliotecário" e ou "Semana Nacional do Livro e da Biblioteca", no ano de 1982.
16. Citar as atividades sociais promovidas para os associados (congraçamentos, viagens, etc.)
21. Quais são as realizações mais importantes destes Grupos e as dificuldades encontradas para o seu desempenho?
22. Os Grupos de Trabalho participam das Comissões Brasileiras da FEBAB? Quais?
23. Quais as principais contribuições que a FEBAB dá a Associação?
24. Já foi discutido em sua Entidade, o problema de transformar a Associação em Sindicato? Como a Associação se posiciona diante do problema de transformar as Associações em Sindicatos?
25. A Associação tem representações no



ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

- interior do Estado? (Em caso negativo, justificar)
26. Que vantagens a Entidade oferece ao associado?
27. Como se dá a participação dos profissionais nas atividades de Associação? Quais as dificuldades encontradas?
28. Qual foi a atuação política da Associação nestes últimos dois anos?
29. Qual a participação da Associação no mercado de trabalho do bibliotecário?
30. Gostaria de destacar algum ítem não incluído nesta entrevista?



ACESSO COOPERATIVO A INFORMAÇÃO

CLETO JOÃO STIVAL*

1. INFORMAÇÃO

O formidável avanço da tecnologia, principalmente a aplicada nas comunicações, que ao propiciar a aproximação das diversas culturas, fez surgir, nas mais diversas áreas do conhecimento humano, uma crescente preocupação com a **INFORMAÇÃO**.

A grande massa de conhecimentos acumulada no decorrer do tempo, cujo crescimento foi acelerado pelo alargamento das áreas de ação do homem, passou a exigir um tratamento sistemático de informações de modo a permitir a absorção das experiências (conhecimento) gerados pela capacidade criativa do ser humano.

As facilidades de transmissão das informações geradas com apoio na tecnologia moderna, propiciou uma verdadeira

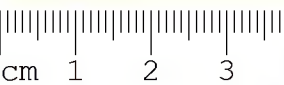
EXPLOÇÃO DE INFORMAÇÕES para cujo tratamento faz-se necessário, de igual modo, a utilização de técnicas mais apuradas de tratamento e divulgação.

Aqui talvez se faça necessário chamar a atenção para a diferença existente entre Informação e Dado:

– **INFORMAÇÃO** representa conhecimento seja qual for a forma pelo qual ele é comunicado, isto é, pode assumir qualquer formato ou meio de transmissão.

Tudo o que é percebido pelos nossos sentidos é informação.

– **DADO** "refere-se a informação estruturada em categorias predeterminadas, que podem ser correlacionadas, tabuladas ou manipuladas de maneira independente".



ACESSO COOPERATIVO À INFORMAÇÃO

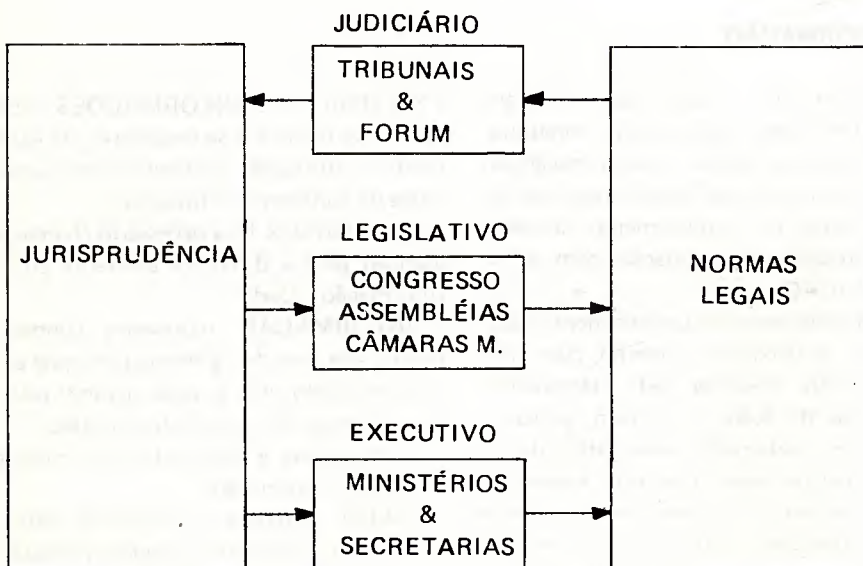
Ou seja: o dado, freqüentemente se presta a OPERACIONALIZAÇÃO de um determinado processo – insumo necessário a atividade fim da entidade que o processa, enquanto que a informação fornece o suporte, em termos experiência ou conhecimento técnico necessário a realização daquelas atividades.

2. A INFORMAÇÃO NA ÁREA JURÍDICA

Tomemos como parâmetro de análise o tipo de informação inerente a área de atuação da maioria dos participantes deste encontro – a informação JURÍDICA.

Na figura abaixo, tentamos mostrar de forma simples, as principais ramificações dos fatos geradores de informação, que a similaridade de um ciclo industrial onde, para uma determinada entidade uma informação é o produto final, que serve de insumo a entidade seguinte onde, convenientemente tratada, sairá da “linha de produção” como produto final a ser transformado em insumo para uma nova entidade.

Dessa forma, podemos facilmente imaginar a amplitude e a dificuldade para tratar, de forma isolada, todo o conjunto de informações de cunho jurídico, mesmo considerando apenas os diplomas legais e a jurisprudência dos tribunais.



Em função do volume crescente de informações produzidas, e muito difícil que uma única instituição tenha condições de tratar e disseminar, de forma consolidada, rápida e sistemática, todo o conjunto de informações necessário a uma determinada área de atuação.

Alguma coisa deve ser feita no sentido de tornar disponível essa massa de informações, tão necessária a aqueles que tem a seu cargo a interpretação e aplicação dos diplomas jurídicos. É pois necessário que lhes seja facilitada a árdua tarefa de distribuir a justiça suprindo-os, de forma eficiente, com as informações de que necessitam.

Para viabilizar a guarda e facilitar o acesso a totalidade das informações necessárias é imprescindível o uso de uma ferramenta ágil e rápida como o COMPUTADOR.

Porém, apenas a máquina, por si só não pode resolver tudo. Existem dois problemas básicos a resolver:

- Definição de um padrão de coleta e armazenamento de dados;
- Criação de um sistema para o tratamento da informação coletada.

3. PADRONIZAÇÃO

Um sistema de informações para a área jurídica, seja ele manual ou automatizado, deverá envolver, de alguma forma, três poderes distintos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Além das características próprias a cada uma dessas áreas de atuação deve-se levar em conta os aspectos pessoais dos en-

carregados de montar e manter os "sistemas de informação" nos seus respectivos órgãos. Portanto, qualquer iniciativa no sentido de integrar essas diversas fontes de informação jurídica deve ser precedida pela elaboração de normas e padrões claros e objetivos quanto a maneira de coletar, preparar, armazenar, tratar e, principalmente, recuperar as informações.

4. SISTEMA

Paralelamente à definição dos padrões e normas para a coleta e o tratamento das informações pertinentes a cada área de atuação, deve ser escolhido um sistema para o processamento dessas informações.

Um sistema de processamento de dados nada mais é do que um conjunto de instruções que, processadas muito rapidamente dão um tratamento homogêneo a uma massa de dados, podendo eliminar parte da subjetividade inerente as pessoas envolvidas. Outra característica é a de permitir homogeneidade de tratamento qualquer que seja a quantidade de documentos processados.

O primeiro passo na escolha ou definição de um sistema, deve ser o levantamento de tudo o que está sendo feito nessa área a nível de Brasil, pois não tem sentido dispender grandes recursos reinventando a roda.

No que se refere a sistemas de recuperação de informações na área jurídica, não podemos deixar de considerar os sistemas desenvolvidos e operados pelo PRODASEN. A nosso ver, um ponto de partida seguro para qualquer trabalho que



ACESSO COOPERATIVO À INFORMAÇÃO

visar o armazenamento e disseminação de informações da área jurídica de forma racional e integrada. Isto porque, entre os objetivos do PRODASEN está a criação de uma Rede Nacional de Informações.

Para tanto, o PRODASEN facilita a absorção pelos estados, através das Assembleias Legislativas e das empresas estaduais de processamento de dados, da sua experiência e se dispõe a ceder os sistemas de processamento de dados, bem como prestar assistência técnica para adaptação dos mesmos a esfera estadual e até mesmo municipal.

Dois dos sistemas operados pelo PRODASEN, pelas suas características devem ser objeto de uma maior atenção:

- O Sistema de Informações do Congresso — SICON, e
- O Sistema de Projetos e Comissões.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CONGRESSO — SICON.

SICON é o sistema básico de informações jurídicas e legislativas para o atendimento ao Poder Legislativo e outros usuários. Este sistema, que possibilita a recuperação de informações através de terminais de vídeo, divide-se nos seguintes subsistemas ou banco de dados:

- NJUR — (Normas Jurídicas) Armazena informações pertinentes às normas jurídicas editadas no País desde 1946. Além da Constituição, Leis Complementares, Decretos-lei e Decreto, o NJUR contém normas oriundas de outros órgãos que mantêm convênios com o PRODASEN. Algumas normas, pelo seu grau de importân-

cia, estão arquivadas com seus textos completos, tais como: a Constituição, a CLT, o Código Tributário, o Código de Processo Civil e outras.

Alimentação: Subsecretaria de Análise da Secretaria de Informação do Senado Federal e órgãos convenientes alimentadores.

— JURI — (Jurisprudência) contém informações sobre os acórdãos e as decisões adotadas pelos Tribunais superiores do País. Seus documentos se originam do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar, desde 1961.

Além do NJUR e do JURI, do SICON ainda fazem parte os sistemas:

- DISC — Discurso de Senadores
- BIBR — Biblioteca
- PERI — Periódicos
- THES — Tesouro ou Índice de Termos Controlados

6. SISTEMA DE PROJETOS E COMISSÕES

Contém dados referenciais sobre as matérias e respectiva tramitação no Congresso Nacional desde 1972. A recuperação de documentos é feita através de terminal, por assunto, autor, origem, data, número e situação em que se encontra no Congresso Nacional.

MATE — (Matérias em tramitação) — arquivo geral de dados básicos de matérias legislativas e a correspondente tramitação nas casas do Congresso. O MATE se subdivide em:



– PROJ – Dados básicos dos projetos que tramitam no Congresso Nacional, subdivididos em:

- PRJ1 – Projetos com tramitação iniciada no Senado Federal.
- PRJ2 – Projetos com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.
- REMI – Dados básicos dos projetos que já tramitaram no Congresso Nacional, subdivididos em:

- REM1 – Informações sobre a tramitação no Senado Federal.
- REM2 – Informações sobre a tramitação na Câmara dos Deputados.

O PRODASEN dispõe ainda dos sistemas:

- MEMO – Estrutura do Governo Federal.
- ACOR – Acompanhamento Orçamentário da União.
- ORCA – Informações Orçamentárias.
- ELEIÇÕES – resultados das eleições de 1978 e 1982.

Esses Bancos de Dados já estão disponíveis para consultas no Estado do Paraná, na Assembléia Legislativa, na CELEPAR, na Procuradoria Geral do Estado e na Casa Civil. Estando em fase de ligação terminais no BADEP e na OAB.

Acordos prévios entre a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, o PRODASEN e a CELEPAR, já se encontram em fase de oficialização visando a transferência para a CELEPAR, dos sistemas de processamento de dados bem como o suporte técnico operacional necessário.

Já estamos em condições de realizar testes do NJUR e do MATE em nosso CPD.

7. CONCLUSÃO

Não é nosso desejo dar a entender que a possível formação de uma Rede Integrada de Informações seja uma tarefa simples. É bastante complexa. Porém, temos uma solução ao alcance das mãos, ou seja:

– Sistemas de processamento de dados já desenvolvidos pelo PRODASEN.

– Critérios de tratamento e alimentação de bancos de dados já definidos.

– Possibilidade de usufruir da experiência do PRODASEN e da Subsecretaria de Análise da Secretaria de Informação do Senado Federal na implantação desse tipo de sistema.

– Existência, na CELEPAR, de equipamentos e do suporte técnico necessário a operacionalização dos sistemas.

– Possibilidade da assembléia Legislativa agilizar o processo de transferência dos sistemas e da experiência do PRODASEN para a CELEPAR.

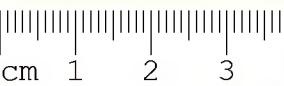
– Possibilidade de reavaliar a metodologia operacional, com base na experiência do PRODASEN e de outros Estados que estão seguindo seus passos, tais como: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *CALCO*: manual de referência versão 2.0 / s.n.t. / 88 p.

FURTADO, João Salvador. *Informação e Organização. Ciência da Informação*. Brasília, 11(1): 27-33, 1982.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. Políticas e pro-



ACESSO COOPERATIVO À INFORMAÇÃO

gramas nacionais de informação científica e tecnológica. *Ciência da Informação*, Brasília, 9 (1/2): 5-39, 1980.

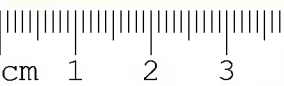
GONICK, Larry. *Introdução ilustrada a compu-*

tação: com muito humor. São Paulo, Harbra, 1984. 241 p.

POLÍTICO brasileiro já descobriu o computador. *Tema*, Brasília, (55): 28-29, Ago. 1984.

* Técnico da CELEPAR.

** Palestra proferida no I ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA. Curitiba, 12 e 13 de novembro de 1984. CLETO JOÃO STIVAL/CELEPAR.



LEGISLAÇÃO ESTADUAL – SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA*

MARÍLIA M. DAMIANI COSTA KNOLL

* Palestra proferida no I Encontro Sul Brasileiro de Documentação e Informação Jurídica – Florianópolis, 1984.

1. INTRODUÇÃO

Não existe, até o momento, no Estado de Santa Catarina, um único sistema de referência legislativa capaz de recuperar toda a legislação estadual sobre os assuntos por ela abordados. E igualmente, qualquer procedimento de acompanhamento sistemático e atualizações da mesma.

O que encontramos são fichários de referência legislativa, via de regra, organizados por não-especialistas, voltados a atender, exclusivamente, os setores aos quais estão vinculados. (Situação característica da Administração Direta)

Não há critérios rígidos para a seleção das normas legais que constam nos fichários. Em geral, o funcionário responsável pelo serviço seleciona os correspondentes aos assuntos que *ele* considera de interesse para o órgão.

Dentro desta realidade, encontramos diversos problemas oriundos da superpo-

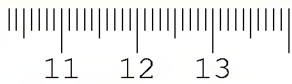
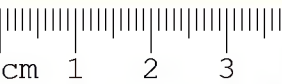
sição de áreas de interesse, gerando:

- duplicidade de catalogação de dispositivos legais;
- assuntos pertinentes ao conjunto de normas legais do Estado não abordados nos fichários existentes;
- dificuldades na localização de normas legais de assuntos generalizados, não tratados especificamente em nenhum órgão.

Outro problema grave, é que geralmente tais fichários são de "propriedade" do funcionário responsável pelo acompanhamento da legislação.

Como inexistente padronização entre os diversos órgãos no cadastramento das normas legais, torna-se difícil estabelecer um sistema de recuperação legislativa, manualmente.

Sendo assim, em julho/83, a Secretaria da Administração elaborou um projeto para a formação de Banco de Dados de



LEGISLAÇÃO ESTADUAL – SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA

Legislação Estadual, visando recuperar de forma rápida e precisa todo o conjunto de dispositivos legais do Estado de Santa Catarina, envolvendo toda a Administração Pública Estadual num sistema cooperativo.

DASC – Cia. Processamento de Dados de S.C.)

– “Software”: STAIRS/CMS – da IBM.

3. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

O Sistema de Recuperação Legislativa é composto de 2 (duas) partes distintas, porém interligadas entre si: instrumental de referência e coletânea de disposições legais publicadas no Diário Oficial, microfilmada.

2. SITUAÇÃO PROPOSTA

SISTEMA DE RECUPERAÇÃO LEGISLATIVA DE S.C.

– Banco de Dados sobre legislação estadual;

– Conteúdo: Dados referenciais e/ou Textos Integrais (Consolidados).

– Constituição estadual

– Emendas Constitucionais

– Leis

– Decretos

– Ordens de Serviço do Governador

E se houver interesse por órgão:

– Resoluções

– Portarias

– Atos

– Acessível “on-line” por todos os órgãos da Administração Estadual, organismos associados, pessoas físicas e jurídicas;

– Atualização e entrada de dados “on-line”;

– Alimentação dos dados compartilhada com os diversos órgãos integrantes do Organograma do Estado de S.C., através dos grupos de analistas de legislação já existentes em cada órgão devidamente treinados e sob a coordenação da SEA. (Cadastro cooperativo);

– “Hardware”: IBM – 4341 n-12 (PRO-

3.1 – ESTRUTURA (FORMATO)

Atendendo às recomendações do IBICT para padronização na formatação das bases de dados nacionais, levantamos os seguintes itens para cadastramento e recuperação:

– *Formatos*

– ORIGEM

– NORMA LEGAL (NL)

– TIPO

– NÚMERO

– DATA

– ARTIGO

– PARÁGRAFO

– ITEM

– VIGÊNCIA

– FONTE:

– PUBLICAÇÃO (ÓRGÃO/DATA /PÁGINA/COLUNA)

– REPUBLICAÇÃO (“)

– RETIFICAÇÃO (“)

– *Não Formatados*

– EMENTA

– TEXTO



- OBSERVAÇÕES
- VIDE (ATUALIZAÇÃO)
- INDEXAÇÃO
- CATÁLOGO

Todos os campos são recuperados, com exceção de "OBSERVAÇÕES".

3.2 – SISTEMA DE RECUPERAÇÃO

A recuperação do sistema é feita segundo as funções específicas do Programa "STAIRS", permitindo que se obtenha diferentes tipos de informações, entre os campos definidos.

As principais funções são:

- SELECT – permite selecionar as informações contidas nos campos formatados;
- SEARCH – usada para pesquisa por assuntos nos campos livres.

Esta função possui quatro operadores: ADJ, WITH, SAME, AND.

A ADJ B – A e B são adjacentes

A WITH B – A e B estão na mesma sentença

A SAME B – A e B estão no mesmo parágrafo

A AND B – A e B estão no mesmo documento.

- BROWSE – usado após as funções "SELECT" ou "SEARCH" para ver as referências selecionadas.

- SORT – permite ordenar de forma ascendente ou descendente as pesquisas realizadas nos campos formatados;

- PRINT – usado após a função "BROWSE" para imprimir.

3.3 – BENEFÍCIOS DO SISTEMA

Dentre os inúmeros benefícios trazidos pelo Sistema de Referência Legislativa, podemos destacar:

- rapidez e segurança na recuperação;
- cruzamento de informações;
- automatização das alterações e revogações;
- democratização do acesso à legislação (órgão e usuário);
- possibilidade de consolidação imediata;
- ganhos significativos no tempo análise dos processos;
- eliminação da superposição de dispositivos legais;
- desburocratização.

4. POR QUE A SEA?

Vários motivos levaram a SEA a assumir um sistema desta natureza, entre os quais:

- A SEA é órgão meio, por excelência, da administração direta, e sua função principal é dar suporte aos demais órgãos para terem um bom desempenho;

- A SEA vem desenvolvendo em Santa Catarina um grande esforço na área de informática, visando a modernização dos instrumentos de controle e informação do Estado;

- Programa Estadual de Desburocratização;

- A SEA dispõe na sua estrutura organizacional de uma Unidade responsável pelo Controle de Publicações e Atos Administrativos sendo da competência desta a pu-



blicação da “Coletânea de Leis e Decretos” de Santa Catarina.

5. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO:

O modelo escolhido para implantação do sistema foi a alimentação compartilhada, isto é, cadastramento cooperativo.

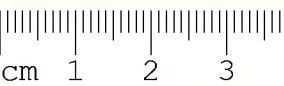
Definimos que:

- Cada órgão gerador de legislação se responsabiliza pela entrada e atualização das suas informações;
- Legislação intersecretarial é de competência da Casa Civil – Subsecretaria para Assuntos Legislativos.
- A Secretaria da Administração (SEA)

coordena e supervisiona a sistemática de alimentação do Banco e gerencia o mesmo.

Várias razões levaram a SEA optar pela alimentação compartilhada, dentre estas:

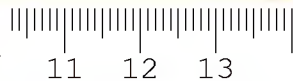
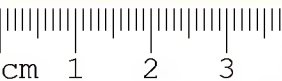
- Falta a SEA conhecimento profundo das diferentes áreas legais de forma a garantir uma indexação precisa;
- Limitação quantitativa da equipe técnica;
- Velocidade na geração do Banco;
- Envolvimento imediato do maior número de órgãos possível de forma a garantir ao Banco de Dados Legislativo respaldo não só técnico mas também político para assegurar a sua efetiva concretização.



ANEXO

Proposta para tratamento da legislação:

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
<ul style="list-style-type: none">- Fichários isolados.- Duplicidade de cadastramento.- Assuntos não cadastrados.- Formas inadequadas de registro.- Dificuldades de atualização.- Propriedade privada do fichário.	<ul style="list-style-type: none">- Sistema de recuperação legislativa.- Conteúdo: Toda a legislação de S.C. (Referencial/Texto Integral).- Acesso "on-line"- Entrada de dados e atualização "on-line".- Alimentação compartilhada (Cadastramento cooperativo).- Equipamento: IBM - 4341 N-12 (PRODASC).- Programa: STAIRS/CMS da IBM.



RLSC

SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

CAMPO	PARÁGRAFO	NOME
F O R M A T A D O	001	ORIGEM TIPO NÚMERO DATA ARTIGO PARÁGRAFO ITEM VIGEN-DE VIGEM-A
	002	PUB-FONT PUB-DATA PUB-PAG REP-FONT REP-DATA REP-PAG RETIFIC
L I V R E	100 150 400 600 800 899	EMENTA TEXTO OBSERV VIDE INDEXAÇÃO CATÁLOGO



REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISA AGROPECUÁRIA: USO DO MIMÉOGRAFO

MARILENE REGINA OLIVEIRA¹
RITA DE CÁSSIA GASPARINO DA SILVA BECKER²
AFONSO BUSS³

RESUMO

Apresenta os veículos de comunicação da EMPASC. Descreve e caracteriza a publicação Pesquisa em Andamento, apresentando informações sobre aspectos editoriais e reprodução em mimeógrafo eletrônico.

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC, em seus oito anos de atividades, como empresa voltada para a pesquisa agropecuária, tem procurado levar à comunidade, através da divulgação imediata, o resultado destas pesquisas.

Como meio de informação aos interessados no desenvolvimento científico e tecnológico, a EMPASC criou diferentes veículos de comunicação, diretos e indiretos, publicações mais ou menos complexas, com dados definitivos ou ainda em andamento, cada qual dirigida a um público específico e diferenciado.

Para criar uma política que desse ordenamento à forma de execução dos trabalhos técnicos utilizou-se como base principal o Manual de Publicações da EMBRAPA (1979), além de subsídios como: consultas de materiais bibliográficos especializados na área de pesquisa agropecuária, visitas a centros de pesquisas e entrevistas com técnicos da área de comunicação, da

- 1 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Coordenadora de Editoração do Departamento de Informação e Documentação da EMPASC. Sede, C.P. D 20, 88.000 – Florianópolis, SC.
- 2 Bacharel em Ciências e Letras. Revisora do Departamento de Informação e Documentação da EMPASC. Sede, C.P. D 20, 88.000 – Florianópolis, SC.
- 3 Engenheiro Agrônomo, Mestre em Solos e Nutrição de Plantas. Chefe do Departamento de Informação e Documentação da EMPASC. Sede, C.P. D 20, 88.000 – Florianópolis, SC.



pesquisa e da extensão.

Como versão preliminar a Política Editorial da EMPASC, voltada para a pesquisa agropecuária catarinense, adotou como *Veículos Diretos de Comunicação*:

- Comunicado Técnico
- Boletim Técnico
- Livro
- Anais, Atas e Resumos de Congressos
- Teses
- Relatório Técnico Anual
- Relatório Anual
- Resenha diária
- Divulgação de Periódicos da EMPASC
- Literatura Informativa Corrente da EMPASC – LINCE
- Documentos
- Pesquisa em Andamento

e como *Veículos Indiretos de Comunicação*:

- Revistas Técnico-Científicas (PAB e outras)
- Anais, Atas e Resumos de Congressos
- Jornais, Rádio, TV (Serviço Noticioso e Artigos Técnicos)

Considerando fatores surgidos na demora em informar a comunidade, deu-se um enfoque especial a tipos de publicações rápidas, que pudessem atingir a comunidade científica no momento preciso e que a informassem sobre o que se estava pesquisando em prol do desenvolvimento e melhoramento tecnológico.

Foram estudadas técnicas de como informar o público usando-se dois dos princípios básicos de comunicação atual, quais sejam, menor tempo de execução e maior rapidez na distribuição.

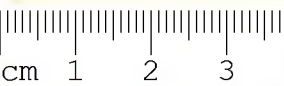
Segundo BITTAR (1981) “. . . a tecnologia vem, de há muito, introduzindo novas formas de comunicação e de difusão das obras intelectuais e novos mecanismos para a reprodução. . .”

A PESQUISA EM ANDAMENTO, como publicação impressa em mimeógrafo, surgiu como forma útil e necessária, tanto no sentido de resolver problemas científicos, como de ordem editoriais. As publicações já existentes na EMPASC apresentavam dados definitivos das pesquisas, enquanto que esta levaria ao público os resultados preliminares, isto é, resultados de um ano de pesquisa aproximadamente. Facilitaria, além do processo editorial (composição, revisão e arte-final), também o processo de impressão, devido a tiragem de 4.000 exemplares e o reduzido número de páginas, quatro em média.

Elaborou-se, em papel branco próprio para reprodução em mimeógrafo, nas medidas 215 x 315 mm, dois modelos de matrizes para impressão dos resultados preliminares da PESQUISA EM ANDAMENTO. Foi feito um “lay-out” contendo:

Primeira folha:

- No cabeçalho: logotipo e nome da Empresa, órgãos vinculados, editor, dados para endereçamento, número, mês/ano e tiragem da publicação.
- À direita, ao alto, o nome da publicação com o respectivo ISSN.
- Urn gabarito para a impressão da informação.
- Ao pé da página, fora da linha do gabarito, o logotipo do Estado.
- Nas laterais esquerda e direita, fora das



linhas do gabarito, a seguinte chamada: "ATENÇÃO: resultados preliminares, sujeitos a confirmação".

Folhas subseqüentes:

À esquerda, ao alto, na linha do gabarito, número e mês/ano.

- À direita, ao alto, nome da publicação.
- Nas laterais idem à primeira folha.

Todo o processo editorial da PESQUISA EM ANDAMENTO é realizado no Departamento de Informação e Documentação (DID) e compõe-se de revisão técnica e científica, revisão-de-texto, programação visual, composição, arte-final e, finalmente, reprodução através de mimeógrafo ou xerox com subseqüente montagem e distribuição.

Após a revisão técnico-científica, feita por assessores especializados no assunto abordado pela PESQUISA EM ANDAMENTO em questão, o material sofre um planejamento editorial. Em seguida, é submetido à composição em máquina

IBM comum, em papel branco, usando como espelho as matrizes acima especificadas. A esfera utilizada para a datilografia do texto é "Delegate" e, para os nomes científicos, "Light italic". Feita a composição, o trabalho sofre revisão de datilografia e passa pelo processo de finalização (arte-final).

Completada a fase editorial inicia-se o processo de impressão, em mimeógrafo eletrônico. O conteúdo é gravado em estêncil e, em seguida, impresso e multiplicado nas matrizes anteriormente descritas. Logo após, é montado, grampeado (um grampo no alto, à esquerda, para facilitar o processo de arquivamento por parte do usuário), envelopado em sacos plásticos conforme modelo determinado pela Empresa de Correios e Telégrafos e distribuído via correio ou malote.

Após dois anos de experiência, com o material em questão, constatou-se a eficácia do processo. Desde setembro de 1982, até a presente data, foram reprografados 25 trabalhos (TABELA 1).

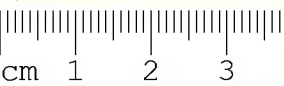


TABELA 1 – Número de publicações de PESQUISA EM ANDAMENTO desde a sua implantação. EMPASC, junho de 1984.

MESES	ANOS			TOTAL
	1982	1983	1984	
Janeiro	—	01	—	01
Fevereiro	—	—	—	—
Março	—	—	—	—
Abril	—	01	04	05
Maiο	—	01	02	03
Junho	—	02	—	02
Julho	—	02	—	02
Agosto	—	07	—	07
Setembro	02	—	—	02
Outubro	01	02	—	03
Novembro	—	—	—	—
Dezembro	—	—	—	—
TOTAL	03	16	06	25

Fonte: Produção técnico-científica do DID/EMPASC.

Os dados da tabela apresentam o resultado da experiência dentro de uma empresa de pesquisa agropecuária, o que nos dá a pretensão de sugerir a todos os que trabalham em comunicação, senão toda a forma aqui representada e descrita, pelo menos alguns aspectos do que realizamos dentro do vasto campo editorial.

LITERATURA CITADA

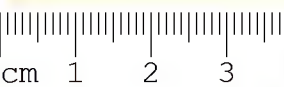
1. BITTAR, C.A. A regulamentação legal da "reprografia no direito de autor". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 5 a 10 de julho de 1981. Anais. São Paulo, FEBAB, 1981. p.

233-55.

2. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Departamento de Informação e Documentação. *Manual de publicações*, por R.C. Rosinha e outros. Brasília, 1979. lv.

ABSTRACT

This paper presents all kind of work published by EMPASC. The publication "Pesquisa em Andamento" (Research in Progress) is especially focused. Information on its editorial aspects and copies obtained by means of electronic mimeograph is also presented.



Documento

RELATÓRIO DE VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS

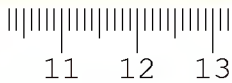
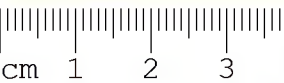
May Brooking Negrão*

A FEBAB PRESENTE NA 51ª CONFERÊNCIA GERAL DA "IFLA"

De 19 a 25 de agosto último realizou-se em Chicago, a 51ª Conferência Geral da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA). A presença da Presidente da FEBAB ao evento, tornou-se possível graças ao auxílio financeiro do CNPq, através do Programa do PADCT/85, a ser acompanhado pelo IBICT. Este órgão foi o proponente do auxílio da FEBAB.

Durante a Conferência foi também realizado o 51º Conselho da Instituição, que elegeu o novo Presidente da IFLA, Hans Peter Geh.

* Presidente da FEBAB.



DOCUMENTOS

A reunião da IFLA que teve 2.114 inscrições, das quais 523 referentes a expositores, com representação de 84 países, refletiu em sua organização, a estrutura geral da entidade com sua Diretoria Executiva, Diretoria Profissional, 7 Divisões; estas estão divididas em 31 Seções e 11 Grupos de Trabalho (anexo 1). Foram realizados vários seminário pré e pós-conferência, sendo que três brasileiros participaram como convidados dos mesmos: Maria Alice Barroso, compareceu à Pré-Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais, realizada em Washington, e Emir José Suaiden e Mitzi Westphal Taylor ao Pré-Seminário "Serviços da biblioteca pública em áreas rurais", aonde apresentaram trabalhos.

A delegação do Brasil foi significativa; além da presidente da FEBAB, e dos acima indicados, estavam presentes Paulo Henrique Santana, do IBICT, e Ana Flávia M. da Fonseca, ex-presidente da CBDA, morando atualmente em Washington, onde está realizando um trabalho de avaliação das instituições americanas de nossa área. Como pessoa integrada e sensível ao movimento associativo, nossa colega tem enviado regularmente material coletado sobre a biblioteconomia americana, acompanhado de observações e sugestões.

Durante a reunião da IFLA, foram realizados 270 Eventos, a partir do dia 16 até o dia 24, quando foram feitas as visitas profissionais. Isto significa uma simultaneidade de reuniões, sessões e de apresentações de trabalhos de difícil acompanhamento. Às vezes o interesse é para um

mesmo público que dificulta a escolha; exemplificando, ao mesmo tempo em que realizava uma reunião da Seção da América Latina e Caribe, estava sendo realizada uma reunião conjunta das Seções de Biblioteca Pública e de Tecnologia da Informação sobre o micro-computador. Os trabalhos só foram distribuídos nas salas onde são apresentados, o que torna impossível sua coleta; houve dias em que a apresentação de trabalhos foi feita em nove locais diferentes, os trabalhos coletados ficarão na FEBAB e serão listados no Jornal da FEBAB.

Os trabalhos apresentados pelos bibliotecários brasileiros: Maria Alice Barroso (em plenário), May Brooking Negrão e Emir José Suaiden — (Seção de Bibliotecas Públicas) e Mitzi Taylor (Pré Conferência), serão publicados na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. O trabalho da Diretora da Biblioteca Nacional em Seção plenária, foi o mais apreciado de todos, o mais aplaudido e o que despertou maior interesse de todos presentes. Sem ufanismos na nova lista, a Presidente da FEBAB invoca o testemunho dos demais bibliotecários brasileiros presentes à sessão para confirmar seu depoimento.

- 1) Controle bibliográfico universal (UBC);
- 2) Disponibilidade universal de Publicações (USP);
- 3) Programa Marc Internacional (IMP);
- 4) Preservação e Conservação (PAC);
- 5) Fluxo de Dados Transfronteiras, ou "transborder data flow" (IDF);
- 6) Avanços da Biblioteconomia no 3º



mundo, destinado a promover a melhoria dos serviços bibliotecários nos países em desenvolvimento.

Em relação a este último, temos a dizer que o mesmo é suportado por um fundo: o IFLA Regional Development Fund que subvenciona projetos aos países do 3º mundo; caberia as associações membros da IFLA submeterem projetos regionais a IFLA para sua utilização.

O BRASIL E A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE IFLA/LAC

A presidente da FEBAB pertence à Seção da América Latina e do Caribe, juntamente com 20 outros bibliotecários. Durante a Conferência da IFLA foram realizadas reuniões administrativas (fechadas) e plenárias (abertas) dessa seção a mesma está dividida em 5 subseções: Cone Sul, Brasil, Países Andinos, Caribe e América do Norte. Cada subseção tem 2 membros, obrigatoriamente, na seção. As 10 vagas restantes são distribuídas pelos países que não foram representados nas 10 vagas reservadas.

Várias reuniões dos bibliotecários da região estão sendo programadas: 1) a própria reunião dos 20 membros da seção e de sua diretoria (Presidente: Rosário Gasol de Horowitz, Venezuela) e 2) o 2º Seminário de Administração de Associações de Bibliotecários.

Seria de todo conveniente que o Brasil sediasse uma das reuniões em função de uma postura que os bibliotecários brasileiros deveriam adotar, a de interagir cada vez mais com os outros países do conti-

nente, que se não estão a nós ligados por uma língua comum, o estão por fatores sócio-culturais e econômicos.

A Reunião da SALALM Seminary on Acquisition of Latin America Library Material, poderia também ser realizada no Brasil conforme proposta por bibliotecários da Hispanic Division, da Library of Congress.

As três seções regionais da IFLA revezam-se à direção da Divisão de Atividades Regionais, sendo que em 1987 caberá a LAC dirigir a Divisão.

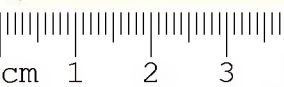
OS BIBLIOTECÁRIOS BRASILEIROS E DEMAIS SEÇÕES DA IFLA

Os componentes das seções e seus coordenadores são pessoas de grande relevo e de importância nas áreas; o coordenador ou chairman da Seção de Ciência e Tecnologia é J. Price, da Biblioteca do Congresso em Washington.

A atualização nas áreas de especialidade das seções é uma das vantagens em pertencer às mesmas. Por exemplo, J. Price é um especialista em utilização do disco óptico; as seções publicam documentos de grande relevância para suas áreas de atuação.

Todas as decisões na área de catalogação partem da seção respectiva, o que reforça a proposição do Brasil se fazer representar num maior número de Seções. Seria vantagem para o desenvolvimento da biblioteconomia do país se nós nos envolvessemos cada vez mais com as seções e seus trabalhos.

Para pertencer às seções é necessário a



DOCUMENTOS

indicação de 2 membros da IFLA e também que a pessoa conheça outra língua oficial da IFLA e tenha disponibilidade em viajar para as reuniões, das quais as mais importantes são realizadas durante a Conferência Anual.

BIBLIOTECÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Durante a Conferência houve a oportunidade de se tratar de um seminário para bibliotecários de língua portuguesa, com Maria José de Moura, presidente da Associação dos Bibliotecários Portugueses e com representantes de Angola e de Guiné Bissau. Tal seminário, proporcionaria a troca de experiência entre os profissionais do Brasil, Portugal e países africanos nas áreas de educação, educação contínua, desenvolvimento de bibliotecas e de sistemas de informação, etc.

Em princípio, ficou decidido que o mesmo seria realizado no início de agosto de 1987, antes da reunião da IFLA, que será em Brighton, na Inglaterra.

O Sr. Wolfgang Lohner, do PGI que era a mais alta autoridade da Unesco na Conferência, manifestou-se favorável a idéia do seminário, afirmando ter sido sempre uma preocupação da Unesco do isolamento dos bibliotecários africanos de língua portuguesa em função do nosso idioma ser minoritário na África.

O encontro Luso Afro Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, ou Encontro dos Bibliotecários de Língua Portuguesa, poderá contar com subvenção da Unesco através do Participation Program

"PP" (os países membros pedem a subvenção a Unesco) ou por projetos apresentados por entidades aos órgãos da Unesco. Existe o que se chama Multi-country Program que é o "PP" para vários países, que poderia ser acionado para a realização do evento.

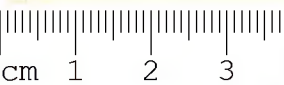
FEBAB E AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA)

A FEBAB já terminou seu contrato com a ALA em função da tradução e publicação do AACR-2, 2ª edição.

Tendo sido o trabalho da FEBAB muito apreciado pela Seção de Publicações da ALA, e tendo a mesma sido informada de que a 1ª parte está esgotada, foi aventada a possibilidade da ALA patrocinar a reimpressão do 1º volume.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

A Divisão de Educação está com um brasileiro à sua direção, Luiz Navarro de Brito, divisão a qual está subordinada Martha Thome a bem conhecida especialista em biblioteconomia da OEA. Esta, tomando conhecimento dos problemas que afligem a biblioteca escolar no país, sugeriu que o Brasil apresentasse dois projetos a OEA (os projetos só podem ser apresentados através do país e não diretamente pelas instituições como a Unesco; no Brasil, os Ministérios apresentam os projetos, que são analisados pela SUBIM e enviados a OEA pelo Ministério das Relações Exteriores); apesar do prazo ter expi-



rado, existe ainda um saldo financeiro a ser utilizado para tanto.

O primeiro projeto teria como finalidade de sensibilizar os dirigentes da educação do país, quanto ao papel da biblioteca escolar. A OEA teria especialistas a indicar para esse trabalho.

O segundo, trataria da implantação de bibliotecas escolares, como experiência piloto em escolas oficiais que tivessem sala de leitura e o Projeto RDUCOM/MEC implantado.

EXPOSIÇÃO DURANTE A CONFERÊNCIA

Foi realizada uma exposição de equipamentos e materiais para bibliotecas com grande ênfase na automação e também uma exposição de "posters" selecionados que divulgassem o livro, a biblioteca, a informação. Apesar de não premiado, o cartaz da Associação Riograndense de Bibliotecários com o dístico "Quem não lê não tem muito a dizer", foi selecionado para ser exposto.

Um dos grandes expositores era a National Commission Libraries and Information Service", órgão federal subordinado à Presidência da República, funcionando sob a tutela do Ministério da Educação e que coordena a política nacional de bibliotecas e sistemas de informação. Mantivemos entendimentos com a gerente Toni Bearman e obtivemos material sobre essa Comissão, de grande interesse para os bibliotecários brasileiros que ainda trabalham pelo seu Conselho Nacional de Bibliotecas (CONABI).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O estágio de desenvolvimento da biblioteconomia brasileira permite o intercâmbio de experiência e conhecimentos de nossos profissionais o mesmo nível que o de profissionais dos países desenvolvidos. Entretanto, estes países têm a possibilidade de desenvolver e utilizar novas tecnologias, de realizar pesquisas avançadas em determinadas áreas e de manter bibliotecas e sistemas de informação num elevado índice de qualidade o que torna importante a interação com os mesmos.

Ao mesmo tempo, a discussão de problemas nossos que são comuns a outros países em desenvolvimento possibilita uma troca de experiências, principalmente a adoção de soluções práticas e de baixo custo para os problemas enfrentados.

O comparecimento dos bibliotecários brasileiros a reuniões internacionais deve ser portanto, uma preocupação dos dirigentes do movimento associativo, que tem como uma de suas finalidades o desenvolvimento das bibliotecas, da biblioteconomia e dos bibliotecários.

A própria situação do Brasil no contexto mundial e em relação aos países do 3º mundo, torna imprescindível sua representação em eventos internacionais.

A IFLA, cujos membros mais importantes são as associações nacionais de bibliotecários, permite que em suas reuniões haja o intercâmbio profissional cujos frutos são a atualização de conhecimentos e disseminação de informações sobre a biblioteconomia.

O contato pessoal com bibliotecários



de várias especialidades e das mais diversas partes do mundo, traz resultados inesperados como a proposição do Encontro de Bibliotecários de Língua Portuguesa.

Uma das conclusões tiradas de todos os contatos feitos e do que se discutiu na Conferência é que os bibliotecários dos países desenvolvidos não trabalham sozinhos, convencidos que os bibliotecários sozinhos não formam um grupo de pressão na sociedade. A interação com a comunidade de usuários, seja através dos "Amigos da Biblioteca", tão comuns nos Estados Unidos na área da biblioteca pública, ou nas comissões de bibliotecas das bibliotecas universitárias deve se tornar uma rotina. A interação com outros profissionais, em suas associações de classe, e nos trabalhos e serviços de bibliotecas. Nossa força admirará da interação e não do isolamento.

Outro fato importante é que cada vez mais os países em desenvolvimento devem expor seus trabalhos a sua ação ante os países desenvolvidos. O fato de Maria Alice Barroso ter demonstrado por sua palestra o alto nível profissional e intelectual a que pode atingir um bibliotecário do 3º mundo, espero venha a provocar algum resultado positivo na europeizada IFLA.

Esta começa, através de seus dirigentes a se preocupar pela biblioteconomia do 3º mundo, um dos seus programas básicos. Entretanto, a maioria de seus membros ainda adota uma atitude de indiferença para com, especialmente, os latinos americanos.

A alta representatividade de bibliotecários da América Latina e do Caribe à

51ª Conferência da IFLA (5 brasileiros, 1 uruguaio, 1 peruano, 1 boliviano, 2 chilenos, 5 cubanos, 3 portorriquenhos, 4 venezuelanos e outros) e o fato de a American Library Association ter organizado o evento, fez com que o espanhol fosse notado como língua de trabalho da IFLA, mas ainda não foi considerada como língua oficial. Pouco a pouco nós brasileiros, como os demais latino americanos, passaremos a influir no organismo internacional dos bibliotecários, conquistando até em 1987, quando haverá eleições para a Diretoria Executiva da IFLA, uma das tão almeçadas e disputadas posições neste órgão.

GRUPOS PROFISSIONAIS DA IFLA

1. Bibliotecas gerais de pesquisa (D)

- 1.1 Bibliotecas Nacionais (S)
- 1.2 Bibliotecas universitárias e outras (S)
- 1.3 Bibliotecas gerais de pesquisa (S)
- 1.4 Bibliotecas parlamentares (S)

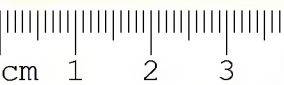
2. Bibliotecas especializadas (D)

- 2.1 Bibliotecas administrativas (S)
- 2.2 Bibliotecas de C. Sociais (S)
- 2.3 Bibliotecas de Geografia e de mapas (S)
- 2.4 Bibliotecas de Ciência e tecnologia (S)
- 2.5 Bibliotecas médicas e biomédicas (S)
- 2.6 Bibliotecas de artes (S)

3. Bibliotecas servindo o público geral (D)

- 3.1 Bibliotecas Públicas (S)
- 3.2 Bibliotecas Infantis (S)

A Bibliotecários de centros de docu-



DOCUMENTOS

- mentação em literatura infantil (MR)
- 3.3 Bibliotecas escolares (S)
- 3.4 Bibliotecas servindo os deficientes e minorias (S)
- 3.5 Bibliotecas para cegos (S)
 - B – ROTNAC (MR)
 - C – INTAMEL (MR)
 - D – Carros – bibliotecas (MR)
 - E – Serviços da biblioteca para minorias lingüísticas e étnicas
- 4. **Controle Bibliográfico (D)**
 - 4.1 Catalogação (S)
 - 4.2 Bibliografia (S)
 - 4.3 Classificação e Catalogação de Assunto (S)
- 5. **Coleções e Serviços (D)**
 - 5.1 Aquisição e Permuta (S)
 - 5.2 Empréstimo interbibliotecas (S)
 - 5.3 Publicações seriadas (S)
 - 5.4 Publicações oficiais (S)
 - 5.5 Livros e documentos raros e preciosos
- 6. **Gerenciamento e tecnologia (D)**
 - 6.1 Conservação (S)
 - 6.2 Tecnologia da informação (S)
 - 6.3 Prédios e equipamentos de bibliotecas (S)
 - 6.4 Estatística (S)
 - A – Meios audiovisuais (MR)
 - B – Gerenciamento de Associações de bibliotecários (MR)
- 7. **Educação e Pesquisa (D)**
 - 7.1 Escolas de biblioteconomia e outros aspectos de treinamento (S)
 - 7.2 Teoria e pesquisa em biblioteconomia (S)
 - A – História da biblioteconomia (MR)
 - B – Pesquisa sobre leitura (MR)
 - C – Editores de revistas de biblioteconomia (MR)
- 8. **Atividades regionais (D)**
 - 8.1 África (S)
 - 8.2 Ásia e Oceania (S)
 - 8.3 América Latina e Caribe (S)



DOCUMENTOS

A escritora e bibliotecária MARIA ALICE BARROSO, Diretora-Geral da Biblioteca Nacional, a convite do Comitê Organizador do 51º Congresso da IFLA, pronunciou a palestra na sessão de encerramento do referido Congresso, que se realizou em Chicago, Estados Unidos da América, de 18 a 21 de agosto de 1985.

O tema abordado foi "A preservação das raízes culturais e o crescente acesso à informação".

Na Sessão do dia 21 falaram os representantes da União Soviética, Índia e México.

A seguir transcrevemos a tradução da palestra que Maria Alice Barroso pronunciou em inglês.

BRASIL: A PRESERVAÇÃO DA CULTURA ATRAVÉS DA TECNOLOGIA

MARIA ALICE BARROSO
Diretora Geral da Biblioteca Nacional

O país de onde eu venho pertence ao chamado "terceiro mundo". Como todos aqui já sabem, "terceiro mundo" significa renda *per capita* baixa, fortunas concentradas em poucas mãos e legiões de famintos (somente na última seca em 1983, foi levantado o óbito de 5 milhões de pessoas, no Nordeste. Causa: fome). É bom lembrar que nosso sub-desenvolvimento também se caracteriza, como em quase todas as partes do mundo, por vastos latifúndios improdutivos. E convém não esquecer que nossa matéria-prima é exportada a preços realmente muito baixos e

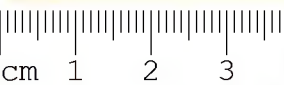
nos volta, sob a forma de produtos manufaturados, a preços realmente altos.

Sem recorrer a estatísticas, sem manipulação de números, estou tentando lhes dar uma breve visão de um país que ocupa boa parte de terra deste planeta: sem este panorama que não é pessimista, mas tão somente realista, destituído de qualquer cunho político-partidário, acho que falar apenas sobre os problemas e soluções para a biblioteconomia no Brasil seria como lançar um texto sem contexto, fantasiar sobre uma área específica sem que se analise devidamente o geral: e é do geral que partimos em direção ao particular, nesta palestra que os organizadores do 51º Congresso da IFLA me convidaram para fazer sobre o meu país, — o Brasil — nesta sessão plenária de encerramento.

Pediram-me que falasse sobre outros países de minha região, ou seja, da América Latina. Acho que a análise que será feita poderá ser estendida aos nossos vizinhos do continente latinoamericano, sem desdouro para nenhum deles.

Tentarei estabelecer uma conceituação de educação. Aliás, considero a cultura como o todo, a educação como um segmento dela, apenas uma parte.

Podemos enumerar como metas da educação a preparação para a cidadania, a capacidade profissional, a plena auto-realização e a fruição da saúde física. E indicamos os problemas educacionais que derivaram da indiferença com que sempre se lidou com os mesmos: indiferença em relação às classes superlotadas, edifícios escolares em ruínas e muitos outros problemas que se originaram de algo mais: a fal-



ta de prioridade, durante décadas seguidas, prioridade essa que deveria ter sido conferida a educação, em nossos orçamentos governamentais. Escolas pobres e professores carentes constituem uma norma no país. E tudo isso constitui o triste espetáculo da ignorância comprometida na estúpida fraude da auto-perpetuação às custas do orçamento governamental. Resumindo: de cada 1.000 jovens brasileiros que iniciam o antigo primário, somente 180 chegam à oitava série, 120 terminam o segundo grau e apenas 60 alcançam o nível universitário. A evasão escolar, no primeiro grau, foi de 45,65% no período de 1976/1982.

Nesse contexto, que tem de mais desalentador a possibilidade de um país aceitá-lo passivamente, qual o lugar ocupado pela Cultura?

O que entendo por Cultura?

Na verdade, para mim, Cultura é inseparável da própria vida do povo. É a cultura que lhe define a dignidade, suas raízes na história e o dinamismo com que possa enfrentar o futuro. Encontra-se na base de toda a doutrina de desenvolvimento. A política cultural é o equilíbrio que garante o crescimento da sociedade, tornando-a capaz de auto-expressão, auto-análise, auto-crítica e auto-reforma.

É nesse tipo de política cultural que nós, bibliotecários da Biblioteca Nacional do Brasil, estamos empenhados.

Com apenas 0,2% do orçamento do governo atribuído à Cultura, pode-se imaginar que espécie de ginástica e artifícios mágicos os administradores e promotores culturais brasileiros têm que realizar para

levar adiante sua tarefa.

No tocante à Ciência e Tecnologia, no dizer do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Professor Clodowaldo Pavan, "... o Governo poderia reservar um décimo do que foi pago à Alemanha pelo programa nuclear ao financiamento dos próprios físicos brasileiros. Os nove décimos restantes, seriam empregados em Educação, alimentação e saúde para a população carente. Mais bem educado e alimentado, nosso povo acabaria produzindo naturalmente, e em poucos anos, uma ciência muito mais responsável do que a que gera atualmente".

Quanto ao analfabetismo, podemos afirmar que entre 1970 e 1978 a percentagem de analfabetos aumentou acima de 5/6 anos, o que praticamente perpetua o problema.

Como eu afirmei ao começar a leitura destas palavras, pertenço a uma nação que pelos recursos e extensão de seu território poderia ser colocada entre as mais ricas da terra, mas que devido a muitos fatores — e agora não é o momento de enumerá-los — se encontra entre os mais pobres.

Porém de modo algum desistiremos. Estou falando em nome dos bibliotecários e escritores brasileiros, pois sou também romancista. Estou falando do intelectual como escritor ou crítico, professor ou cientista, editor, jornalista, advogado, sacerdote, ou o que for. Estou falando de pessoas que podem viver por idéias, embora esperamos não viver por uma só idéia, o que nos tornaria obsessivos ou grotescos. Não podemos deixar de lembrar que, antes, o intelectual era ridícula-



rizado porque não era necessário; agora clama-se de sua ausência porque é ele por demais necessário. Não é sua distração, futilidade ou desamparo que o torna proeminente bastante para inspirar ataques virulentos, mas suas realizações, sua influência, seu real conforto e luxo imaginário, bem como a dependência da comunidade quanto às suas habilidades. O intelectual, hoje, é considerado como detentor do poder ou fruidor de privilégio.

O que realmente temos em mente não é tanto o intelectual como o técnico-especialista, já que muitos intelectuais não são especialistas, desempenhando um papel importante na vida pública. A questão é descobrir até que ponto a posição de intelectual, como especialista, não destrói de fato sua função intelectual, reduzindo-o a um semi-técnico.

Este problema, que é individual, pode ser estendido ao tema de nosso ensaio: de que modo uma instituição, como a Biblioteca Nacional, está desempenhando seu papel de preservadora das tradições culturais ao mesmo tempo em que desenvolve um maior acesso à informação.

Não vejo contradição entre estes dois tipos de atuação. Realmente, o primeiro papel — a proteção das tradições culturais — é hoje realizado com o auxílio de computadores e microfimes.

Por conseguinte, deixem-me falar um pouco sobre o que está acontecendo na Biblioteca Nacional do Brasil.

O prédio da entidade foi construído para receber 450 mil livros. Agora possuímos cerca de 5 milhões de peças armazenadas na Biblioteca Nacional, e o que po-

demos considerar como aumento de espaço foi limitado a mais três andares no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro.

Deste modo, espaço é realmente um *problema* em nossa Biblioteca Nacional. Estamos lutando para conseguir um espaço do Governo Federal, não importa a sua localização geográfica, para que possamos transferir as divisões operacionais da Biblioteca Nacional. Porém ainda mais importante do que essa espécie de expansão, estamos microfilmando os nossos mais antigos periódicos, bem como os nossos livros raros. Até o final de 1984 já microfilmamos 523.000 páginas e 115 periódicos. O Plano Nacional de Microfilmagem está ligado a cada Estado Brasileiro e recuperamos 1.908.000 páginas de jornais inteiramente esgotados. Este é um meio de se criar espaço para armazenar nossos livros, em microfilme, preservando não só periódicos raros mas também os livros mais preciosos, principalmente aqueles armazenados nas Bibliotecas Públicas dos Estados, a maioria deles em estado precário de conservação.

Nosso Laboratório de Restauração começou a operar nos últimos meses de 1984. Na Biblioteca Nacional possuímos cerca de um milhão de livros e jornais antigos necessitando de restauração.

E o acúmulo de material que está esperando ser restaurado nesse Laboratório, proveniente de cada canto do Brasil, é realmente um desafio para a Biblioteca Nacional. Um desafio que estamos determinados a enfrentar. E a vencer.

Na área de processamento de dados e automação, a Biblioteca Nacional possui



6 micro-computadores e estamos catalogando e classificando material em *diskettes* que remetemos para o Centro de Processamento de Dados da Fundação Getúlio Vargas, integrando o sistema *Bibliodata*.

A Biblioteca Nacional tem a responsabilidade de publicar a *Bibliografia Brasileira* que, em sua última edição, relacionou 10.000 ítems. Esse Centro de Processamento de Dados serve a outras bibliotecas, faltando apenas que estas estejam ligadas ao Centro pelo sistema *on-line*.

Cooperação é uma lição que as bibliotecas brasileiras estão aprendendo lentamente.

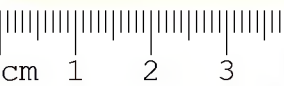
Talvez não fosse de todo inoportuno, antes de apresentarmos números, estatísticas biblioteconômicas que qualquer compêndio especializado pode enumerar tentar compreender, mesmo que em breves linhas, um pouco da maneira de ser do brasileiro: sinto-me na obrigação de fazê-lo neste Congresso, em que estão reunidos técnicos que são também humanistas.

É um engano ver, no ar de indiferença e despreocupação do brasileiro, uma fraqueza, quando a indolência nele representa antes uma *economia* de forças, uma *reação de defesa* contra o clima e as condições físicas e sociais do meio. Essa capacidade de resposta aos estímulos exteriores, essa capacidade de grandes esforços, ainda que com intervalos, é tão forte no brasileiro que a um abalo emocional, suas forças são logo mobilizadas, surpreendendo até o espanto, pela violência do poder combativo, economizado sob a ação descuidada em que parece se comprazer. Daí

talvez o caráter marcadamente popular e a grande força de expansão do carnaval brasileiro, que no fundo é uma rebeldia delirante contra a rigidez da ordem social, um inconsciente desejo de igualdade que se expressa através da dança e do grito.

Esse sentimento democrático do brasileiro, agora fruindo um regime de liberdade, tem uma acentuada característica individualista. Por isso os partidos políticos têm mais força pelas pessoas que os lideram do que propriamente pelas idéias que os distinguem.

Vivemos um momento de grande importância para o nosso país: é exatamente agora que a Cultura surge com Ministério próprio, separada da Educação, o que nos leva a pressupor que verbas mais generosas sejam dedicadas às bibliotecas, aos museus, às instituições culturais enfim. Tão ou mais importante do que as verbas generosas, é a criatividade, o sentido de partilhar, cooperando. Quando planejamos um programa, possivelmente induzidos pelo tamanho do território e pela expansão populacional — somos, atualmente, 130 milhões de brasileiros — dificilmente podemos realizar testes para prever, o máximo possível, os resultados: o projeto apoiado por empresas particulares, visando a dar às crianças o gosto pela leitura, já distribuiu, nestes 4 anos, 120 mil bibliotecas infantis com livros de autores brasileiros para 30 mil escolas carentes, o que significa atingir 4 milhões e 500 mil crianças. O Governo, através da Fundação Nacional do Livro Infantil, também exerce sua ação doando às Escolas, no ano de 1984, cerca de 30 mil salas



de leitura. São, sem a menor dúvida, números expressivos embora não se deva esquecer que 84% das crianças, na zona rural, não freqüentam escolas.

Por outro lado, as Bibliotecas Públicas, fator expressivo para a disseminação, no povo, do gosto pela leitura, ainda não ultrapassam o número modesto de cerca de duas mil, principalmente se levarmos em conta que o Brasil possui cerca de 4 mil municípios. Mesmo o Rio de Janeiro, considerado como a capital cultural do país, não possui uma biblioteca pública de dimensões capazes de atender à população de 6 milhões de habitantes. Valem-se os estudantes dos serviços da Biblioteca Nacional, o que não deixa de ser prejudicial para o acervo desta última, nitidamente uma biblioteca que visa a atender aos pesquisadores de 3º grau e de doutorado, para não mencionarmos o desgaste que o seu acervo mais precioso sofre com o manuseio diário.

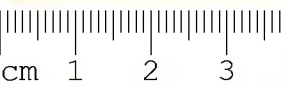
70% das bibliotecas públicas brasileiras não ocupam área superior a 3 mil metros quadrados, o que é absolutamente irrisório. As bibliotecas universitárias, em pesquisa publicada pela bibliotecária Maria Carmem de Carvalho, registram uma média de 6 livros por usuário nas bibliotecas centrais e nove livros por usuário nas bibliotecas setoriais.

Nessa área, que se ressent de uma atuação coordenada, pode-se assinalar o trabalho da BIREME, que já consegue acessar a informação de bases de dados no Exterior, bem como o excelente trabalho do Serviço de Comutação Bibliográfica do Ministério da Educação (COMUT), que

conseguiu com um bem montado esquema de trabalho, acessar a informação, na área de periódicos brasileiros e estrangeiros, entre bibliotecas bases e bibliotecas solicitantes.

Se é que consegui, até agora, meus caros colegas, entre impressões pessoais e expressões numéricas, dar-lhes uma remota idéia, que seja, do que se passa no Brasil em termos de uma biblioteconomia que reflete — como não poderia deixar de refletir — o subdesenvolvimento do país, certamente poderão compreender a diferença no tipo de patriotismo, bem outro daquele existente nos povos europeus ou, mesmo, no povo dos Estados Unidos: na verdade nós, latino-americanos, não somente amamos nossos países como um antepassado venerável, mas estamos formando nossas pátrias a cada dia, sob nossos olhos, como que as modelando com as nossas mãos. Não recorreremos tanto às tradições do passado, porque a perspectiva do nosso futuro — se boa ou má — vai depender de nossa luta, do nosso esforço, de nossa consciência política neste presente — que é hoje, aqui e agora.

Neste momento, quando se convoca uma nova Constituinte para o Brasil, em que as forças democráticas se mobilizam para que tenhamos eleições diretas para o próximo mandato presidencial, não será por acaso que os Ministérios da Cultura, da Educação e da Ciência e Tecnologia se mobilizam para desenvolver uma ação coordenada, principalmente através do Conselho Nacional de Bibliotecas (CONABI), entidade recém-criada, que reunirá órgãos representativos de bibliotecas uni-



DOCUMENTOS

versitárias, bibliotecas públicas, bibliotecas escolares e bibliotecas especiais.

Nesse Conselho depositamos a esperança de uma possibilidade de coordenação das várias e esparsas ações que se fazem de forma isolada, às vezes de forma redundante, senão incoerente.

Será através de uma aquisição planejada, de uma catalogação cooperativa, com bibliografias correntes nas várias áreas de Ciências Humanas e Tecnológicas, objetivando atingir um grau cada vez mais intenso na automação de nossas bibliotecas que ampliaremos o horizonte do acesso à informação. Estamos de olhos postos — como de resto o mundo inteiro está — na experiência extraordinária que está sendo posta em prática neste momento pela Library of Congress: evidentemente eu me refiro ao *Optical Disk Pilot Program*. Vejo na preservação de nossa cultura letrada, de nossas artes plásticas, de nossa literatura de cordel, no estímulo à manutenção das nossas tradições populares, na chamada cultura popular que está indissolivelmente ligada à cultura erudita a ponto de não haver áreas estanques, vejo na tecnologia hoje existente a melhor forma de preservar, estimulando, a impedir o seu desaparecimento. Se, por um lado, a predominância da imagem através da TV tende a nos homogeneizar, por outro a guarda — e, portanto, a preservação — documentada de nossas tradições culturais irão garantir-lhes a sobrevivência, no tempo, ensejando que a pesquisa redescubra esses ricos veios e os transformem nos temas artísticos que dão eternidade à arte de um país. Trata-se de fluir e refluir

constante: se pela civilização o ser humano se apossou da tecnologia, é pela cultura que ele pode evitar que a tecnologia obtenha uma desforra e venha a dominá-lo.

Particularizando o meu país, o Brasil, ao abordarmos o tema *Cultura*, será imprescindível que nos perguntemos também: para onde caminha a Educação no Brasil?

O que impressiona a todos nós, que trabalhamos com projetos envolvendo Educação & Cultura & Ciência & Tecnologia é que nossas previsões não podem nunca ficar aquém da casa dos milhões. Seja quando estivermos lidando com extensões territoriais a serem cobertas, seja quando quantificamos números de estudantes, seja em relação ao material de ensino ou mesmo no tocante à remuneração, nem sempre justa, a ser paga aos professores dos vários níveis. Todas essas previsões, pela sua ordem de grandeza, terminam por nos dar um senso de irrealidade, principalmente se tivermos em conta que 35 milhões de habitantes se situam na faixa entre 0 a 9 anos de idade! . . .

Anima-nos ver em exercício a chamada Lei João Calmon, que determina que 12% do orçamento federal sejam efetivamente aplicados em Educação. Paralelamente, projeto de lei apresentado no Congresso pelo então Senador José Sarney, hoje Presidente da República, prevê o desconto no imposto de renda de pessoas jurídicas e física de quantias aplicadas na área cultural: tal anteprojeto, prestes a se transformar em lei, prevê a dedução do impos-



to de renda de quantias aplicadas seja na compra de livros a serem doados às bibliotecas públicas como na aquisição de quadros para a constituição de novos museus, ou no financiamento de filmes, peças de teatro, na Cultura, enfim.

Já se pode afirmar que a *decisão política*, pelo menos no que tange à Educação foi assumida ao decidir-se por aplicar a taxa de 12% do orçamento do governo na área educacional. Romber a tradução de escassez equivale a criar-se uma cidadania consciente, com uma visão humanística do desenvolvimento econômico.

Os novos rumos da Educação e Cultura que hoje são traçados, coincidentemente, com o retorno da democracia ao Brasil deverão consolidar nossas raízes latino-americanas: não somente os vultos históricos de nosso continente, tais como O'Higgins, San Martín, Bolívar devem ser conhecidos pelos estudantes brasileiros assim como os grandes escritores de nossa América, como o imortal poeta chileno Pablo Neruda, o extraordinário romancista colombiano Gabriel Garcia Marques, o peruano Vargas Llosa, o argentino Jorge Luiz Borges. Temos aí um punhado de heróis e intelectuais que representam não apenas seus países de origem, mas toda a América Latina, tanto quanto Tiradentes, Zumbi dos Palmares — o grande líder negro, que se insurgiu contra a escravidão — assim como o poeta Carlos Drummond de Andrade, nosso romancista Jorge Amado, internacionalmente famoso e o grande pensador da Teologia da Libertação, Frei Leonardo Boff, brasileiros de origem, latino-americanos de sentimento.

Dizia eu, que nós, brasileiros, vivemos um momento a ser bastante sublinhado a fim de que ele não se dissipe de nossa memória: no dia 29 de julho de 1985, em sessão presidida pelo Ministro da Justiça de meu país e contando com a presença do Ministro da Cultura, foi abolida a censura indiscriminada, no Brasil, passando a vigor, com ênfase para as "mass media", a censura classificatória por faixa etária. Sem as peias medievais da censura já podemos visualizar, num futuro não muito distante, um ensino humanista bem como o ensino técnico, em todos os níveis, a "media" desenvolvendo as mentes, sem que se deixe de lado os meios tradicionais dos livros, artes plásticas, dramáticas e musicais. Bibliotecas em centros culturais urbanos, suburbanos e rurais, bibliotecas mesmo nas igrejas, nas empresas, dotadas de aparelhos de leitura de microfílm, projetores de "slides", cinemas, galerias de arte com a reprodução de quadros brasileiros e estrangeiros mais famosos, propiciando o surgimento de uma criação artística local, sistemas de consulta bibliográfica acessando a informação através de banco de dados compartilhados, a microfilmagem fixando no tempo e difundindo pelas bibliotecas e centros de pesquisa um catálogo nacional de periódicos. Serviço de permuta de livros, videocassetes, videotextos, palestras, cursos de extensão: a memória preservada alimentando a consciência em progressão.

Eis como vejo a maneira de manter nossas tradições culturais — que nos distinguem enquanto povo — ao mesmo tempo que intensificamos o acesso à informa-



DOCUMENTOS

ção.

Permitam-me que termine esta fala expressando minha confiança e meu amor à América Latina com este trecho do grande Neruda, que em sua *Ode a las Americas* diz:

Que tu voz y tus hechos,
América
Se desprendan
de tu cintura verde,
termine tu amor encarcerado,
restaures el decoro
que te dió nacimiento
y eleves tus espigas sosteniendo
con otros pueblos
la irresistible aurora.

Obrigada,

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. 1984.
2. Biblioteca Nacional. Plano Diretor 1985/86.
3. Girard, Augustin. Cultural development: experiment and policies. Paris, UNESCO, 1972.
4. "O poder da ciência", entrevista à Veja, São Paulo, 30 de junho de 1982.
5. Chacon, Vamireh — A cultura democrática (Educação como prioridade nacional). Brasília, DF, Rio de Janeiro, Revista de Estudos e Debates, 1983.
6. Biblioteca Nacional. Anais. . . nº 103. Relatório da Direção Geral.
7. Suaiden, Emir José. Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas. São Paulo: LISA. Brasília: INL 1980.
8. Carvalho, Maria Carmem Romoy de — Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias. Fortaleza, Edições UFC, Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1981 (Coleção Biblioteconomia, 1).
9. MEC 84 — Ensino de 1º e 2º graus — Brasília, 1984.
10. Neruda, Pablo. Odes elementales. Buenos Aires, Editorial Losada, 1954.



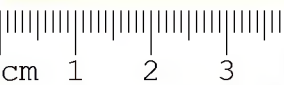
BIBLIOTECONOMIA URGENTE

ITÁLIA MARIA FALCETA DA SILVEIRA*
INÉS ROSITO PINTO KRUEL**

RESUMO

Estratégias programadas por alguns professores do Departamento de Bibliote-

- * Professora Assistente III do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): CRB-10/321. Professora do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul exercendo a função de bibliotecária escolar.
- ** Professora Assistente III e Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – CRB-10/445. Bibliotecária da Secretaria de Administração do Estado do Rio Grande do Sul.



conomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, com vistas ao atendimento dos objetivos do Projeto 1º Semestre, adaptando o calouro à Universidade e aumentando seu nível de motivação através da valorização profissional.

Biblioteconomia: Mercado do Trabalho: Valorização

Valorização profissional

ABSTRACT

Strategies devised by part of the teaching staff of the Department of Librarianship and Documentation of the school Library Science and Journalism (FABICO) of the Federal University of Rio Grande do Sul (FRGS). These strategies have been devised to meet the requirements of the PROJETO 1º SEMESTRE (a first semester plan) that aims at adaptivity the freshman to the University increasing his appreciation of the chosen course.

Librarianship: Job Market: Valuation Professional valuation

1. INTRODUÇÃO

Os mais recentes trabalhos que tratam da problemática educacional brasileira, inferem que a intenção da maioria dos jovens, ao concluírem o 2º grau, é passar no vestibular, não interessando se a sua escolha foi a mais acertada ou não.

Essa questão tem merecido atenção especial de diversos educadores, entre eles destacamos Souza (1985) que aponta como principal determinante deste compor-

tamento, o fato do jovem, geralmente, ingressar na Universidade em plena adolescência. Grande número deles encontram-se na faixa etária dos 16 a 17 anos, alguns imaturos tanto física como psicologicamente.

Outro fator, que ocorre com frequência, é o desconhecimento dos alunos a respeito do curso que irão realizar e para o qual tornar-se-ão habilitados. Isso, indiretamente, provoca uma grande angústia no indivíduo, que aliada aos tempos recessivos que vivemos, poderá desencadear frustrações e perda de motivação. Como decorrência é possível surgir atitudes, tais como: transferência, trancamento de matrícula ou até mesmo desistência.

Existe, também, os casos dos que permanecem, porém com pouco interesse, demonstrando baixo desempenho e agressividade, pois não encontram a correspondência, entre as suas aspirações e idéias próprias, a respeito do curso e a realidade encontrada, especialmente, em profissões pouco conhecidas e com baixo status profissional, caso específico a Biblioteconomia.

Baseados nestes fatos, nos resultados obtidos através de um instrumento de pesquisa aplicado aos alunos de 1984 e acolhendo a proposta do "Projeto 1º Semestre", sugerida pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof. Luiz Francisco dos Santos Ferraz, junto à Pró-Reitoria de Graduação; a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, através dos professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, planejou as atividades:



- de PROGRAMAÇÃO GERAL DA UFRGS (realizadas na primeira semana das atividades acadêmicas);
- do PROJETO DA BIBLIOTECONOMIA (realizadas no decorrer do primeiro semestre de 1985) com o objetivo específico de otimizar o nível de motivação dos nossos alunos, através de um programa de valorização profissional.

2. ABORDAGEM DO ASSUNTO

Através de dados obtidos de levantamento realizado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, por ocasião da matrícula, no primeiro semestre de 1984, constatou-se que:

- 17% da clientela desconhecia as atividades básicas de um bibliotecário.
- 55% responderam que tinham uma vaga idéia.
- 28% somente conheciam as referidas atividades.

O número total de questionários distribuídos foi de 196, porém, obtivemos respostas de 133, ou seja 67%.

Conclui-se, portanto, que as atividades profissionais do bibliotecário são bastante desconhecidas, uma vez que 72% dos jovens que ingressam no Curso de Biblioteconomia não demonstram maior conhecimento da profissão na qual irão atuar.

Esta constatação não é nova, pois a literatura tem mostrado que existe um movimento universal que pretende mudar a imagem da BIBLIOTECA, preparando-a

para atividades mais dinâmicas.

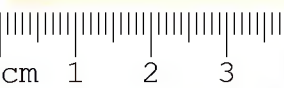
Reforça esta posição Vieira (1983) quando diz que é "a Biblioteconomia, área ainda não consolidada e cujo valor no mercado de trabalho não foi, ainda, inteiramente demonstrado. . ."

Somos de opinião que as mudanças devem direcionar-se, inicialmente, às bibliotecas escolares, que constituem a base dos sistemas bibliotecários nacionais.

Neste sentido, parecem esclarecedoras as palavras de Miranda (1978) quando diz:

"... se a biblioteca for útil, ela será estimada, apoiada e prestigiada e que se ao contrário, ela for uma "avis rara" alienada dos interesses locais, existir ou não existir, não fará a menor diferença para o cidadão comum (grande parte da nossa população)" e Ortega y Gasset, citado por Miranda completa dizendo que "a sociedade pune com o abandono os que não a servem devidamente. . ."

Em encontros realizados entre bacharéis de biblioteconomia, chegou-se a conclusão de que esse novo papel da biblioteca escolar deve ser desempenhado mesmo em Instituições que não contem com pessoal graduado. Por esse motivo, antes de qualquer treinamento de pessoal ou de reciclagem de professores que atuam em bibliotecas escolares é condição essencial e urgente que a imagem da biblioteca que se pretende oferecer seja apresentada sob novos prismas. Em atendimento ao exposto, um grupo de professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, que ao longo



DOCUMENTOS

de suas vidas profissionais tem atuado junto aos usuários infanto-juvenis, no final de 1984, propuseram à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, através do PRAI (Programa Regional de Ação Integrada) – UFRGS/SEC, cinco projetos a serem desenvolvidos durante o ano de 1985, buscando atender esses objetivos.

O Setor educacional público oferece muito pouco às bibliotecas, embora exalte sua importância.

Receamos que nossos jovens ainda desconhecem por algum tempo o verdadeiro valor da biblioteca. Apesar dos esforços de alguns profissionais, as bibliotecas existentes, na maioria das escolas públicas brasileiras, estão longe de alcançar os modernos objetivos a que se propõem. Em sua maioria, continuam sendo o depósito de livros que complementam as instalações da escola, quando seu verdadeiro espírito deveria estar na sua dinamização e nos serviços que presta aos usuários.

Neste sentido, Shera (1972) salienta que "... a função de informar tem sido negligenciada em favor de uma preocupação excessiva pela conservação."

Acreditamos que é nas primeiras séries do 1º grau que deverão ser planejadas atividades para que a biblioteca faça parte integrante do dia-a-dia da criança, buscando a formação do hábito de frequentá-las.

Neste sentido, salienta Lopes (1981): "... o número irrisório e a deficiência de serviços bibliotecários para o público infantil no Brasil, tem protelado as possibilidades de aprendizagem do conceito de biblioteca, para as crianças que, via de re-

gra, passam a ter contato com tal instituição apenas na idade escolar, e muitas vezes apenas no curso do 2º grau, ou nem aí."

É necessário que a criança vá a biblioteca escolar com espontaneidade e que esta atividade esteja relacionada com o prazer e não somente como forma de punição, ou seja, quando a criança é expulsa da classe ou quando está chovendo e não dá para realizar outras atividades.

São muito significativos os relatos de crianças entrevistadas, por ocasião de um trabalho realizado por Targino (1984) quando uma delas afirma: "... quando tivemos apertado para fazer trabalhos, procuramos a biblioteca".

Segundo a mesma autora, "poucas foram os pesquisados que enfatizaram a recreação na biblioteca escolar. "Ela (a biblioteca) para mim é um passatempo maravilhoso (que) também me ajuda muito nas pesquisas escolares, disse um escolar".

A utilização das bibliotecas escolares como verdadeiro centro de informação e lazer facilitará às crianças e jovens a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades para que sejam capazes de aplicar, em situações novas, os conhecimentos que foram adquiridos.

Sentimos a necessidade de oportunizar um curso deste tipo, porque temos observado ultimamente em nossos calouros atitudes significativas de insatisfação, ocasionando baixo rendimento escolar.

É bastante conhecida a atitude de alguns vestibulandos que se valem do Curso de Biblioteconomia, garantindo uma vaga na UFRGS, para posteriormente solicitar



transferência para cursos que julgam ser de maior prestígio social.

Este aspecto de ordem de preferências nas escolhas profissionais não se constitui em um caso regional, como podemos constatar através da reportagem de Camargo (1985) "... o vestibular da CESGRANRIO de 1985 foi o que demonstrou maior decréscimo na procura de profissões como arquitetura, educação e biblioteconomia".

É muito importante, portanto, que algumas estratégias, sejam programadas para trabalhar esse grupo de jovens, que ingressem no nosso curso, com as mais variadas intenções.

Nosso objetivo é que os alunos sintam-se felizes e integrados, ou então que tenham a coragem de decidir-se por outras profissões mais adequadas às suas aptidões ou aspirações.

Este é o caso de um ex-aluno do curso que expressou-se da seguinte maneira: "Fui para Biblioteconomia por ERRO DE COMPUTADOR, pois minha primeira opção era Medicina." Hoje é um bibliotecário muito atuante e bastante preocupado com a valorização profissional".

2 – Biblioteconomia; Perspectivas de Novos Espaços

Seminário, que será desenvolvido durante o mês de abril.

Será oferecido não só aos calouros, mas estendido a todos os alunos do curso.

3. PROGRAMAÇÃO GERAL DA UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul elaborou uma programação especial para todos os seus estudantes ingressos em 1985 denominada "Projeto 1º Semestre", o qual envolveu desde melhorias nas dependências e equipamentos da Universidade, até um trabalho de melhor relacionamento entre alunos e professores, com a finalidade básica de elevar a qualidade do ensino.

"Queremos que os alunos que ingressem em 1985 sintam este esforço, esta vontade de oferecer um ensino mais estimulante, intelectualmente mais provocador e mais relevante para o seu futuro", Ferraz (1985).

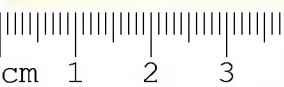
A programação das atividades do "Projeto 1º Semestre", nas Unidades, ficou a cargo das "Comissões Setoriais", que trabalharam durante os meses de férias.

Essa comissão, em nossa Unidade, foi formada por professores dos Cursos de Biblioteconomia, Comunicação e pela bibliotecária chefe de nossa Biblioteca.

No Salão de Atos da Reitoria reuniram-se, no primeiro dia do calendário escolar, todos os calouros, ocasião em que o Magnífico Reitor fez uma exposição sobre os objetivos deste Projeto e informações sobre a Universidade.

Após, os alunos dirigiram-se às suas Unidades, ocasião em que foram recepcionados pelas Direções e Comissões Setoriais.

Nesta oportunidade os calouros tiveram o primeiro contato com professores,



DOCUMENTOS

funcionários e instalações da Unidade.

Seguindo a programação das atividades foi realizada uma visita orientada a Biblioteca da Faculdade com treinamento do uso do material bibliográfico e seus serviços, ocasião em que foi apresentado um audiovisual sobre o Sistema de Bibliotecas da UFRGS.

Para o terceiro dia ficou reservado um Ciclo Informativo, no Auditório da Faculdade, com a participação do Corpo docente, onde foram apresentados os setores administrativos e os projetos em andamento no Departamento de Biblioteconomia e Documentação.

Foi proferida uma aula inaugural pela colega Maria Rita Webster, que relatou sua experiência inovadora como bibliotecária e empresária.

Ao final da primeira semana a Direção da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação ofereceu um coquetel de confraternização aos calouros, contando com a participação, inclusive do Reitor da nossa Universidade.

4. BIBLIOTECONOMIA URGENTE

As atividades previstas para se desenvolverem durante o decorrer do semestre, 85/1, são:

1 – Curso de Desenvolvimento Inter-Pessoal

Cujo objetivo é possibilitar aos alunos de primeira matrícula um auto-conhecimento, uma satisfação intra e inter-pessoal, visando um melhor desempenho aca-

dêmico. Terá a duração de 15 horas/aula sendo ministrado pela psicóloga MARIA DO CARMO BELAN, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Especialista em treinamentos de desenvolvimento inter pessoal nas áreas de administração, vendas, ensino e higiene. Atua, também, em todas as áreas do SENAC, como: desenvolvimento gerencial, técnica de chefia, sistemática e desenvolvimento de reuniões, chefia-liderança, bem como técnicas de comunicação.

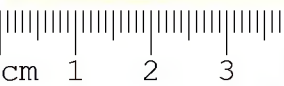
O objetivo deste seminário é proporcionar uma visão mais ampla do mercado de trabalho e a conseqüente valorização profissional.

Contará com a participação de bibliotecários com sucesso em suas atuações profissionais, levando-se em consideração, principalmente, aqueles que conseguiram criar seus "próprios espaços".

São eles:

ZAYRA DE ALBUQUERQUE PETRY. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Professora titular do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Licenciada em Letras com especialização em Literatura de Língua Portuguesa. Autora consagrada de quatro livros juvenis, um infantil e dois para adultos. Desempenhou trabalho pioneiro junto ao Carro-Biblioteca da UFRGS, exercendo a coordenação do mesmo por vários anos.

KÁTIA COUTINHO. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Atua na área de bibliotecas escolares no Instituto Edu-



cacional João XXIII, escola de 1º e 2º graus da Rede Particular de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Com o êxito de seu trabalho conseguiu impor modernas técnicas de atendimento aos alunos. Já conseguiu aumentar o espaço físico da biblioteca, contando atualmente, com um prédio próprio para seu funcionamento.

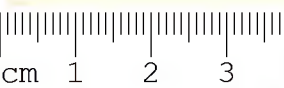
YVETE ZIETLOW DURO. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Concluiu o Curso de Especialização em Avaliação na PUC/RS e Metodologia do Ensino Superior na UFRGS. É mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela PUC/RS. Dirigiu a Biblioteca Infantil Lucília Minissen durante 14 anos. Coordenou as Bibliotecas Infantis do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, implantando uma rede de bibliotecas, em funcionamento até hoje. Representante da Unidade na Associação dos Ex-alunos da UFRGS. Dirigiu e implantou a Casa de Cultura Mário Quintana. É professora adjunto do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, como também coordenou o Centro Referencial de Literatura Infantil e Juvenil, uma atividade de extensão do mesmo Departamento.

GLADIS FERRÃO BARCELLOS. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS e professora do ensino de 1º grau. Implantou e organizou o Setor de Extensão da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo o Carro-Biblioteca, caixas estantes, atendendo em vilas populares, hospitais, creches, asilos e

ilhas do estuário do Rio Guaíba na grande Porto Alegre, ocasião em que desenvolveu brilhante trabalho. Estas atividades lhe serviram para transmitir sua experiência em inúmeros encontros de bibliotecários em todo o país. Atualmente desenvolve sua atividade em uma Escola da Rede Estadual de Ensino, num bairro de Porto Alegre, onde tem conseguido junto à Associação de Pais e Mestres carrear verbas para a manutenção desta biblioteca.

HELOISA BENETTI SCHREINER. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS, Master of Arts, pela Emory University, Atlanta, Georgia, Estados Unidos. Bibliotecária Chefe da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS de 1968 a 1974. Diretora da Biblioteca Central da UFRGS e coordenadora do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, desde 1975. Membro da Comissão Especial do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia, com sede em Brasília. Presidente do 9º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Porto Alegre, em 1977.

LEONARDO DE OLIVEIRA POLIDORI. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Bibliotecário do Instituto de Biociências da UFRGS, participa como indexador na preparação da Bibliografia Brasileira de Ciências Ambientais. Presta assessoria técnica ao Banco de Dados sobre Sindicalismo no Rio Grande do Sul no Instituto de Estudos Sociais Políticos e Econômicos da PUC/RS. Coordenador da Comissão de Mercado de Trabalho da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, gestão 1983-1985.



DOCUMENTOS

HELEN BEATRIZ FROTA ROZADOS. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Concluiu o Curso de Especialização em Administração de Sistemas de Bibliotecas da UFRGS em 1983. Dirige o Sistema de Documentação da Administração Municipal de Porto Alegre, que reúne o Protocolo Central, parte administrativa do Arquivo Municipal, a Unidade de Micro-filmagem e a Biblioteca que serve a Secretaria Municipal de Administração.

VERÔNICA MARIA SANTOS DA ROSA. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Concluiu o Curso de Especialização em Administração de Sistemas de Bibliotecas da UFRGS, em 1983. Bibliotecária da COPESUL (Companhia Petroquímica do Sul) com sede em Triunfo, Rio Grande do Sul. Desempenha atividades altamente especializadas na área de informação científica e tecnológica, onde trabalha com documentos convencionais e não convencionais, notadamente na área de engenharia e química.

RILDENOR BARBOSA CÂMARA. Bacharel em Biblioteconomia pela UFSC em 1981. Bibliotecário chefe da Biblioteca Dr. Ciro Martins, inaugurada em outubro de 1984, do Hospital de Clínicas Dr. Lazzarotto em Porto Alegre. Organizou a biblioteca tornando-a peça indispensável no contexto da empresa. Seu trabalho profissional é grandemente valorizado contando, atualmente, com um sub-centro da BIREME.

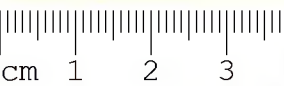
IRENA WILIN. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Bibliotecária chefe da Biblioteca da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul em Porto Ale-

gre. Iniciou seu trabalho, em pequena sala, contando com a colaboração de um funcionário da empresa. Organizou a biblioteca e gradativamente conseguiu formar uma equipe de colaboradores altamente qualificados. Presta assessoria técnica bibliográfica aos pesquisadores da Instituição. Colabora e assessora a publicação *Natureza em Revista*, Heringia e demais publicações da Fundação. Por sua experiência, interesse e responsabilidade profissionais tem se destacado na área bibliotecônica gaúcha.

MARIA RITA WEBESTER. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Bibliotecária da Livraria do Globo em Porto Alegre durante 10 anos, onde organizou arquivos de fotografias e documentos que representa valioso testemunho histórico da cultura gaúcha. Usou sua atividade bibliotecária para abrir sua própria empresa com a criação da Distribuidora Diálogo. Atualmente, canalizou toda a sua criatividade e capacidade profissional num novo empreendimento, a Livraria Bicho Carpinteiro, voltada ao público infanto-juvenil.

SONIA HOLDERBAUM VIEIRA. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Bibliotecária da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Coordena o Departamento de Processamento Técnico e a elaboração do BIC PUC, boletim da Biblioteca Central. Presta assessoria técnica à Clínica Mulher, de ginecologia e obstetrícia.

A escolha dos participantes deste seminário foi difícil, pois há muitos outros profissionais que também são admirados pelo excelente trabalho que realizam. De-



cidimos, então, pela realização no segundo semestre de 1985 de outro evento desta natureza.

5. CONCLUSÃO

Considerando que os objetivos expostos no Projeto 1º Semestre, não poderiam ser totalmente atingidos nas atividades desenvolvidas durante a semana inicial do ano letivo; considerando a importância de um programa de conscientização profissional; considerando a relevância de um posicionamento efetivo do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, assumido o compromisso de desenvolver as atividades do Projeto BIBLIOTECONOMIA URGENTE.

Nosso objetivo é proporcionar aos alunos situações que os conduzam a um posicionamento profissional mais consciente, percebendo que o mercado de trabalho existe, na razão direta da competência, criatividade, bom senso e dinamismo profissional.

Conforme afirma Targino (1984):

“É essencial que o bibliotecário brasileiro tenha capacidade para compreender, de modo rápido e elucidativo, a verdadeira natureza de uma situação. Algumas vezes necessitará agir como o incentivador do uso dos livros como fontes de informação, diante da falta de hábito de leitura. Poderá ser o organizador de bibliotecas, empenhado no preparo técnico das seleções para sua melhor utilização. Será o documentalista ou atuará como o técnico de informática, que, usando processos complexos, fornecerá a informação preci-

sa ao pesquisador no momento exato.”

A avaliação dessas atividades obtemos através dos resultados do pré e pós-testes que serão aplicados aos alunos, quando da realização dos eventos.

Por ocasião da apresentação deste trabalho teremos a oportunidade de relatá-los.

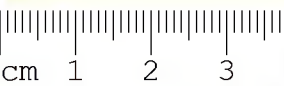
À colega Anna da Soledade Vieira, cujo trabalho publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, muito nos entusiasmou para a presente realização.

Às professoras do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, que com suas colaborações, além de fortalecer nosso espírito de luta acreditaram na validade deste evento.

Gratas

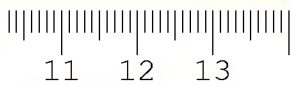
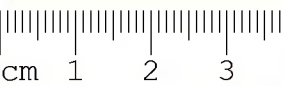
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATIENZA, Cecília Andreotti. Registro de pós-graduados nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, sem graduação em biblioteconomia. In: SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL, 2., Brasília, Conselho Federal de Biblioteconomia, 10-12 jan. 1984. 57p. (Datilografado).
- CAMARGO, Maria Sílvia. O que os universitários esperam do novo Brasil. *Manchete*, Rio de Janeiro, 33 (1713): 26-7, 16 fev. 1985.
- CONROY, Barbosa. Megatrend marketing creating the Library's future. *Journal of Library Administration*, New York, 4 (4): 7-18, Winter. 1983.
- CUNHA, Murilo Bastos. O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 (1): 7-26, mar. 1978.



DOCUMENTOS

- DURO, Ivette Zietlow. Experiências inovadoras da biblioteca Lucília Minssen. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. *Anais*. . . João Pessoa, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, 1982, v. 1, p. 367-78.
- KRUEL, Inês Rosito Pinto & SILVEIRA, Itália Maria Falceta da. Biblioteca como laboratório do processo ensino aprendizagem; uma experiência em Cursos de Extensão Universitária em Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 12, Camboriu, 1983. Florianópolis, Associação Catarinense de Bibliotecários, 1983. 13p.
- LANDHEER, B. *Social functions of libraries*. New York, Scarecrow Press, 1957. 287p.
- LINDENBAUM, Isara. Ferraz lança o Projeto Primeiro Semestre. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17. mar. 1985.
- LOPES, M.M.L. *O hábito de leitura em escolares de 2º grau: freqüentadores e não freqüentadores da Biblioteca Pública*. João Pessoa, 1982. 244p.
- MIRANDA, Antonio. *A missão da biblioteca pública no Brasil*. Brasília, CAPES, 1978, 7p.
- PIMENTEL, Cléa Dubeaux Pinto. Biblioteca pública e biblioteca escolar; uma integração necessária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. *Anais*. . . João Pessoa, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, 1982, v. 1, p. 1-16.
- SHERA, Tesse H. *Foundations of Education for Librarianship*. New York, Becker & Haues, 1972.
- SOUZA, Ronald Pagnoncelli de. O adolescente e a vocação profissional. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 fev. 1985, p. 13.
- TARGINO, Maria da Graça. *Conceito de biblioteca*. Brasília, ABDF, 1984. 117p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pro-Reitoria de Graduação. *Projeto 1º Semestre*. Porto Alegre, 4p. (Datilografado).
- VIANNA, Herbert. O sucesso atrás das lentes. *Veja*, São Paulo (85B): 3-6, 13 fev. 1985.
- VIEIRA, Anna da Soledade. Mercado de informação: do tradicional ao inexplorado. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, 11 (2): 177-87, jul./dez. 1983.



**1º CICLO DE ESTUDOS DA COMISSÃO BRASILEIRA
DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES**

**Tema: BIBLIOTECA, HÁBITO DE LEI-
TURA, SISTEMA DE ENSINO**

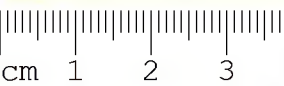
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LEITURA

CONCLUSÕES

**PAPEL DA LEITURA NA DEMOCRATI-
ZAÇÃO SOCIAL**

A leitura, sendo instrumento de acesso à informação e de questionamento, permite que o indivíduo tome consciência de seu lugar no contexto social e, reconhecendo seus deveres e direitos, possa atuar no processo de democratização da sociedade.



LEITURA COMO NECESSIDADE BÁSICA

A leitura é um instrumento de sobrevivência e de integração do indivíduo nas sociedades letradas. Por isso mesmo, ela deve ser tomada como uma necessidade natural e básica.

INTEGRAÇÃO PROFESSOR-BIBLIOTECÁRIO-ALUNO

Constata-se que o bibliotecário não participa do processo de planejamento escolar e das programações da escola. Assim, coloca-se a necessidade de recuperar e fazer valer a função de agente educacional do bibliotecário, que trabalha junto ou integradamente com os professores no sentido de contribuir para a formação cultural dos alunos.

RELAÇÃO BIBLIOTECA ESCOLAR E COMUNIDADE

A biblioteca escolar deve atuar como centro de animação cultural através de debates, cursos, entrevistas e palestras, cativando o leitor e o não-leitor. Só assim ela estará integrada no processo educacional, em sentido amplo.

LEITURA COM PRAZER

A leitura como fonte de prazer deve ser descoberta primeiro pelos próprios bibliotecários e professores. O prazer decorre do envolvimento pessoal do leitor com a leitura e a transferência da nova visão de

mundo para sua experiência de vida. Só abandonando a postura rígida de cobrança e excessiva proteção do livro como objeto, professores e bibliotecários podem estimular a leitura.

RECOMENDAÇÕES

- que o acesso aos bens culturais, entre eles predominantemente o livro, seja considerado, ao lado da educação, uma das *necessidades básicas*; que a sociedade, através dos governos, supra as deficiências de capacidade própria das famílias e que a União cubra, através de transferências suficientes e compensatórias, os déficits de capacidade da economia local para o atendimento dessa necessidade básica, através da rede de bibliotecas públicas e escolares descentralizadas;
- que seja estudado pelos Ministérios da Cultura e da Educação, para que conste de legislação ordinária, qual o padrão de bibliotecas e serviços de acesso ao livro e bens culturais que deve ser difundido a todo o País, levando em conta as possibilidades da economia nacional e uma política de redistribuição e descentralização, com o apoio dessas transferências do Governo Federal;
- que o princípio seja introduzido na Constituição;
- que se promovam seminários com a participação conjunta de professores e bibliotecários;
- que se intensifique o recolhimento da cota exigida pela Lei do Depósito Le-



DOCUMENTOS

gal, seja a lei de caráter estadual ou nacional, como forma de se ter a nível estadual e nacional o controle e a divulgação da produção bibliográfica;

- quanto ao acervo das bibliotecas, que a União destine recursos financeiros em caráter compensatório, de acordo com a demanda afetiva de coletividades desprovidas de poder aquisitivo; e que proceda à formulação de demanda, (bibliografia estimuladora) quando esta não existe no âmbito familiar, mas baseada no princípio de que a educação é uma demanda da sociedade como um todo.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS

CONCLUSÕES

1. Autonomia: nível de autonomia no ato de gerir – Escalões, hierarquia, etc.
 - A autonomia das bibliotecas tem sido limitada variando de acordo com as gestões políticas. Tem comprometido essa autonomia a inter-posição de vários órgãos entre elas e o poder decisório.
 - Cabe ao chefe da biblioteca lutar pela autonomia da instituição procurando se impor ante os superiores hierárquicos, para obter respaldo a todas as suas reivindicações.
 - O bibliotecário deve ter consciência crítica de sua responsabilidade social, tomando iniciativas adequadas no momento preciso, para tornar a biblioteca um espaço dinâmico, servindo de comunicação dos objetivos e realizações

da biblioteca perante a hierarquia a que está subordinada.

2. A Biblioteca é um instrumento? Por que?

- A biblioteca é um instrumento político, educacional e cultural cabendo-lhe possibilitar à comunidade uma visão crítica dos direitos e deveres do cidadão, despertando nela o seu real poder de pressão junto ao poder constituído, vez que as bibliotecas existem em função dos impostos por ela pagos.
- A biblioteca é um instrumento de mudanças sociais. Não um fim em si mesma, mas um meio dinâmico e aberto à ressonância social e cultural da comunidade, com a qual deve o bibliotecário interagir mais incisivamente.
- Sua função de levar a informação ao público deve ser a mais democrática possível. *Toda a informação a todos*, cabendo a nós resgatar a real função da biblioteca pública atualmente distorcida como escolar.
- É inadiável uma mudança na postura profissional em prol de uma maior ênfase aos serviços de atendimento ao usuário e animação cultural, em função dos interesses da comunidade a que a biblioteca serve, assegurando aos processos técnicos sua condição de serviço-meio.

3. Como o público pode ser aliado do bibliotecário? Que troca se estabelece?

- É possível e indispensável que o público seja um aliado do bibliotecário. Para isso este deverá assumir seu papel



social realizando um estudo sócio-cultural da comunidade, para que seus interesses sejam ajustados aos planos de trabalho, o que inclui a incorporação da preservação da cultura local.

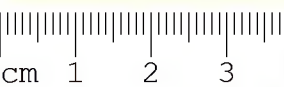
- Deverá ser mantida ampla e sistemática divulgação dos objetivos, funções e serviços da biblioteca.
- O usuário além de utilizar os serviços deve se tornar um colaborador, recomendando-se que sejam criadas Associações de Amigos da Biblioteca ou Comissões Municipais integrando-as à instituição.

RECOMENDAÇÕES

- que o poder legislativo local seja mantido bem informado quanto à estrutura e funções da biblioteca, seus planos de trabalho e propostas orçamentárias;
- que as bibliotecas que ainda não elaboraram propostas orçamentárias o façam e incluam no orçamento do órgão a que são subordinadas. Recomenda-se que as bibliotecas sejam Unidade Orçamentária;
- que se realize um trabalho contínuo de entrosamento com a comunidade fortalecendo o diálogo com seus líderes;
- que os dirigentes de bibliotecas, cuja nomeação seja prerrogativa do Poder Público, sejam legitimados através de consultas abertas às associações profissionais, representando, assim os anseios da categoria.

CONCLUSÕES

1. São expectativas do professor em relação aos bibliotecários:
 - a existência de um acervo disponível e compatível às necessidades de sua disciplina, do desenvolvimento desta pelo professor e das atividades extra-classe dos alunos;
 - a competência profissional do bibliotecário, quais sejam: conhecimento de seu acervo; disposição para aumentá-lo e aos alunos nas atividades extra-classe;
 - que o bibliotecário colabore na realização das atividades complementares da escola;
 - que o bibliotecário não intimide o leitor com técnicas rigorosas que bloqueiem o acesso ao livro;
 - que o bibliotecário seja também leitor;
 - que, enfim, haja interação de alunos no que se refere a conteúdos e ação conjunta.
2. São expectativas do bibliotecário em relação ao professor:
 - que a integração entre o trabalho de ambos seja real e progressiva, através da informação dos programas a serem desenvolvidos com antecedência para que o bibliotecário possa providenciar na seleção do material necessário;
 - que o professor providencie na orientação prévia e básica ao aluno, em vez de integrar-lhe o livro, abandonando-o à sua própria sorte;
 - que o professor não veja a leitura como um fim, mas como meio para ou-



tras culturas, sem fichas de avaliação, sem títulos obrigatórios, aceitando que o aluno goste ou não de um livro e que ele se disponha a dinamizar a leitura e seja também um leitor;

- que ele aceite as sugestões do bibliotecário ao ser procurado e colabore efetivamente na interação dos seus respectivos trabalhos.

3. São expectativas do bibliotecário em relação ao sistema educacional;

- que ele faculte, nos níveis federal, estadual e municipal, a realização do trabalho integrado dos professores e bibliotecários;
- que ele respeite e apóie a ação conjunta e o trabalho mútuo de professores e bibliotecários;
- a integração do bibliotecário às comissões de ensino no planejamento da educação;

Enfim, a expectativa é a de que ocorra uma mudança no sistema educacional, de maneira a tornar a biblioteca uma necessidade básica para o desenvolvimento do indivíduo. E que haja maior valorização do trabalho profissional do bibliotecário por parte dos poderes constituídos e da sociedade como um todo.

RECOMENDAÇÕES

- O professor tem uma expectativa muito pequena do trabalho do bibliotecário porque desconhece o que o mesmo pode oferecer para colaborar e complementar o trabalho do professor. Recomenda-se, pois, que seja introduzida nos currículos dos cursos de formação de professores, principalmente a nível de 1º grau, mas também nos cursos de nível universitário, uma disciplina sobre biblioteca, seu uso, recursos, etc. a ser ministrada por bibliotecários;
- que sejam desenvolvidos cursos a nível de aperfeiçoamento na área de bibliotecas escolares, para bibliotecários e professores;
- que a Associação representativa de cada Estado se articule com os órgãos municipais no sentido de garantir a interação e participação do bibliotecário no planejamento e execução da política educacional.
- que se promova a reciclagem dos bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares, com vistas a sua efetiva participação na formação do aluno;
- que se dê ênfase a criação de bibliotecas escolares, por iniciativa dos órgãos governamentais;



DOCUMENTOS

APBES — XIII CBBB — Recomendações Finais.

A Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo, que realizou o XIII CBBB de 14 a 19 de julho de 1985 em Vitória, ES, sob o tema oficial "Informação e Sociedade", publicou um folheto contendo a Síntese final do evento, relatada por Maria Angélica Carneiro Martorano.

Desse folheto transcrevem-se as RECOMENDAÇÕES FINAIS.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, que:

- seja imediatamente instalado o Conselho Nacional de Bibliotecas, CONABI, sob jurisdição do Ministério da Educação, como agente estimulador da existência de bibliotecas nas escolas, mantendo o vínculo indestrutível educação/bibliotecas;
- Os bibliotecários sejam integrados às Comissões de Ensino no planejamento da Educação;
- Sejam desenvolvidas campanhas de melhoria de ensino em todos os níveis através de cursos de aperfeiçoamento de docentes.

AO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, que:

- Seja incluída a disciplina Orientação Bibliográfica em todos os cursos universitários ministrada por Mestres ou Doutores em Biblioteconomia;
- Sejam criados cursos de Pós-graduação

em Documentação Jurídica.

AO MINISTRO DA AGRICULTURA, que:

- seja estabelecida uma política nacional para a área da informação agrícola, definindo diretrizes, estratégias e prioridades, elaborando e aprovando legislação básica que discipline e defina a competência dos diversos componentes da área de informação e documentação agrícola, e implantando nova estrutura nacional de coordenação capaz de executar a política nacional do setor e promover a integração de seus diversos componentes;
- o Ministério da Agricultura institucionalize e incremente apoio, especialmente em termos de recursos financeiros, para que o Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola, SNIDA, possa cumprir seus objetivos globais;
- os bibliotecários continuem apoiando o desenvolvimento do SNIDA;
- as informações sobre tecnologias apropriadas, arquivadas na Base de Dados de Tecnologias Apropriadas-BDTA do CENAGRI, sejam transferidas aos técnicos produtores rurais principalmente pela EMBRATER;
- os textos das publicações editadas pelas entidades de pesquisa, dirigidas à extensão rural, sejam redigidos de forma menos complexa, visando maior receptividade entre os técnicos da extensão rural, de forma a canalizar a informação a diferentes níveis de usuários;
- a pesquisa agrícola no Brasil seja de-



DOCUMENTOS

envolvida de acordo com a realidade do país e vise, prioritariamente o atendimento de toda a população e não apenas da elite dominante e de grandes grupos econômicos, inclusive estrangeiros;

- os projetos na área de documentação/informação sejam implantados a curto e médio prazos para que não sofram efeitos ou prejuízos de mudanças políticas;
- sejam criadas unidades estaduais de formação agrícola, integrando técnicos e bibliotecários, de acordo com a realidade de cada Estado.

AO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, que:

- as Instituições Governamentais apliquem recursos visando a preservação dos arquivos de rádio, jornal e TV, através de convênios com as Empresas privadas, visando o uso desses acervos pelo público, sua divulgação e preservação a nível nacional.

À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT, que:

- junto às Associações de Classe, assumam uma postura mais agressiva no sentido de divulgar a importância das Normas;
- haja participação dos bibliotecários junto ao CB-14 visando a interferência profissional na atualização e aplicação das Normas.

À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, ABEED, que:

- haja reavaliação da formação acadêmica do bibliotecário através da busca de conhecimentos multidisciplinares pelos quais se intensifique a dinâmica do serviço de informação combatendo dessa forma a antiga imagem de abnegação feita de expectativa e passividade do profissional;
- considerando a implantação do novo currículo de Biblioteconomia e Documentação, sejam implantados ou reforçados nas cadeiras de Organização e Administração de Bibliotecas os trabalhos de bibliotecas populares e/ou comunitárias, bem como os de animação cultural e de informação utilitária, definindo previamente seus conceitos;
- a disciplina Automação, Informática, faça parte de todos os currículos, a nível nacional, encarada com seriedade;
- haja inclusão, nos currículos de graduação, não somente de métodos e manuais de trabalho com sistemas automatizados, mas principalmente, de ensino aos alunos sobre a projeção e operação de sistemas racionalizados e integrados de informação técnico-científico, automatizados ou não;
- as Escolas ministrem com regularidade/freqüência cursos de Ética Profissional e de Legislação Biblioteconômica;
- haja organização de cursos de curta duração, mas de nível avançado, para profissionais da área de informação, visando reciclar a visão atual do profes-



DOCUMENTOS

- haja estabelecimento de projetos-piloto para o treinamento compatibilizado de profissionais da área de informação;
- reúna professores de matérias afins para discutirem conteúdo programático, metodologia de ensino e avaliação curricular;
- tenha um Delegado Professor e um Estudante, eleitos por seus pares, em cada Escola de Biblioteconomia.

AO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, CFB, que:

- sejam enviados a todos os Estados, aos Governadores e Secretários da Cultura, recomendações para colocarem representantes bibliotecários nos Conselhos Estaduais de Cultura, em que são estabelecidas as diretrizes e projetos culturais dos Estados, e também nos de Educação.

AOS CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA, CRB, que:

- promovam reuniões com os representantes de Associações, Centros e Diretórios Acadêmicos para elaborarem um documento a ser enviado ao Conselho Federal de Biblioteconomia, contendo reivindicações da classe a serem propostas na Assembléia Nacional Constituinte.

À FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, FEBAB, que:

- trace um plano de divulgação junto aos

- responsáveis pelas áreas de educação e cultura acerca de retorno à comunidade do trabalho do bibliotecário;
- haja preparo de uma proposição básica visando a compatibilidade das áreas de informação, elaborando diretrizes das atribuições consideradas compatíveis, após reuniões conjuntas com profissionais das áreas de informação, visando a elaboração de um código deontológico comum;
- sejam reunidas, a nível nacional, publicações como Catálogos Coletivos de Periódicos, Guias de Bibliotecas e Listagem de Termos controlados realizados pelos Grupos de profissionais individualmente;
- haja orientação no sentido de que as Comissões Brasileiras de Documentação especializada elaborem seus planos de trabalho e haja cobrança de execução dos mesmos;
- as Comissões Brasileiras de Documentação especializadas integrem membros individuais profissionais bibliotecários, que trabalhem em Estados onde não haja Grupos de Bibliotecários, e profissionais não bibliotecários que trabalhem na área de especialização das Comissões;
- A Associação Brasileira de Informática Jurídica e demais Associações congêneres sejam informadas da existência da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica, CBDJ, e dos Grupos que a compõem;
- Seja divulgada às Assembléias, Câmaras Municipais, Sessões da Ordem dos Advogados, Empresas estaduais de Proces-



DOCUMENTOS

- samento de Dados e aos bibliotecários da área jurídica, a criação e instalação da Subcomissão interdisciplinares de profissionais para viabilização da Rede de Informações Jurídicas;
- a arrecadação de fundos para a CBDJ através da contribuição das Instituições aos Grupos de Bibliotecários em Informação e Documentação Jurídica, GBIDJ, seja extensiva a outros Estados, acompanhando o exemplo do Paraná;
- após seleção dos trabalhos apresentados nos Encontros Regionais dos GBIDJ sejam encaminhados os melhores para serem publicados na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação;
- os Encontros Regionais das diferentes áreas aconteçam a cada dois anos, intercalados com os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação;
- em relação à criação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias sejam enviados questionários às Associações, cabendo a esta fazer a distribuição às instituições de ensino superior e encaminhar à FEBAB;
- em relação à eleição de nova diretoria da Comissão Brasileira de Processos Técnicos, em virtude de não haver membros presentes de outros Estados que não os do Paraná e Rio de Janeiro, para se proceder a eleição, sejam convocados os Estados a se pronunciarem;
- os Congressos de Biblioteconomia e Documentação continuem a ser organizados por áreas;

- os Presidentes das Comissões Brasileiras de Documentação especializada sejam eleitos nos Congressos;
- as reuniões do Conselho Diretor da FEBAB sejam realizadas no fim de semana que antecede o Congresso;
- divulgue e acompanhe o cumprimento das recomendações aprovadas nos Congressos, a nível nacional.

ÀS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, que:

- entrem em contato com órgãos de publicidade e propaganda de seu Estado para divulgar conceitos sobre bibliotecas e a sua relação com a sociedade e com os cidadãos;
- proponham representantes para participarem dos Encontros Nacionais de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação, ENSBD;
- envidem esforços no sentido de criar Grupos de Bibliotecários nas diferentes áreas das Comissões Brasileiras de Documentação especializada da FEBAB;
- promovam a integração entre as Instituições: Associações, Escola e Conselho, buscando discutir e adequar soluções para os problemas da classe, visando seu fortalecimento;
- sejam estabelecidas normas básicas para descarte de materiais gravados em fitas magnéticas, em rádio e televisão e para preservação de materiais audiovisuais;
- seja formado um banco de informações de som e imagem de obras produzidas por emissoras de radiofusão conjugando esforços das Emissoras Regio-



DOCUMENTOS

- nais de Rádio, TV e Jornal para preservação das memórias de seus Estados;
- incluam em seus boletins colunas contendo assuntos de natureza política e social, como movimentos sociais e trabalhistas urbanos e rurais, mercado de trabalho, sindicalização, Constituinte dentre outros;
 - promovam Encontros Estaduais, incluindo em seus temários, discussões sobre as questões relativas à problemática da mulher;
 - haja engajamento aos movimentos políticos existentes no país, em especial nas lutas das minorias sociais, sobretudo as relativas à mulher;
 - Elaborem Tabelas Salariais, formalizando de modo relativo um primeiro passo para o estabelecimento de piso salarial;
 - executem estudos e levantamento na sua jurisdição, baseados nas argumentações e conclusões da Seção Exercício Profissional e mercado de Trabalho do 13º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação para posterior estabelecimento do piso salarial único;

AOS BIBLIOTECÁRIOS, que:

- em relação à Política Nacional de Informática, haja alteração na postura profissional, mais leitura crítica, e luta política organizada em defesa de conquistas legais à alteração da profissão no sentido da manutenção do profissional bibliotecário como participante ativo das decisões nessa Política;
- junto a usuários, pesquisadores e técnicos, continuem debatendo integradamente as formas possíveis de conquistas a democratização da informação;
- façam divulgação de seu trabalho junto à comunidade para que cada vez mais garantam sua participação social;
- discutam e elaborem propostas a serem enviadas à Assembléia Nacional Constituinte via políticos locais e, acima de tudo, via um candidato Bibliotecário;
- envidem esforços no sentido de fazerem parte nos grupos ou equipes de trabalho que tiverem a responsabilidade de elaborar ou desenvolver projetos relacionados a sistemas de informações técnico-científicas;
- garantam um melhor visual de suas bibliotecas e/ou centros de documentação, visando uma maior frequência e utilização por parte dos usuários na aquisição de informação;
- tracem políticas de seleção nas redes de bibliotecas e/ou centros de documentação sujeitando-as à apreciação dos dirigentes dos órgãos em que trabalham;
- os centros de documentação e bibliotecas generalizem a disseminação de informações a amplas camadas de usuários de setor primário, e não apenas para a minoria de pesquisadores e estudiosos;
- registrem suas experiências e apresentem trabalhos em eventos de biblioteconomia e demais eventos de diversas áreas do conhecimento;
- sejam desenvolvidos estudos de vocabulários apropriados para os diversos públicos dos setores especializados



DOCUMENTOS

- contando com a participação de profissionais do assunto;
- na qualidade de servidores públicos federais não restrinjam sua luta à categoria de bibliotecários ampliando-a à categoria dos servidores públicos federais;
- prestigiem as Associações da Classe dando-lhes seu apoio, sua contribuição, seu tempo disponível, afim de que através de sua representatividade, a nível de Federação, FEBAB, possam exercer pressão política junto às autoridades no sentido de reivindicar suas necessidades;
- ousem buscar novas contribuições ao acesso à disseminação da informação e do conhecimento científico e tecnoló-

gico, sabendo que, nesta tarefa, estarão ajudando a promover o desenvolvimento que signifique a afirmação da soberania nacional e de plena justiça social do povo brasileiro.

MOÇÃO DE APOIO

A classe bibliotecária reunida no 13º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação apóia as reivindicações dos Bibliotecários de todos os Estados no sentido de que profissionais legalmente habilitados e de reconhecida competência ocupem os lugares que lhes serão atribuídos pela Lei 4.084/62.



AOS PARTICIPANTES DO 5º COLE

Vimos assistindo passivamente, como é esperado tradicionalmente de um bibliotecário, a questão da leitura, neste 5º COLE (5º CONGRESSO DE LEITURA), ser discutida sob um enfoque capenga, num discurso unívoco, Capenga porque, nas mesas oficiais, representantes das esferas federal e estaduais apresentaram projetos assistencialistas de distribuição de livros, utilizando recursos públicos e soluções postizas para que esses livros tenham o destino que deles se espera e que sabemos, na maior parte das vezes, acabam não sendo utilizados, pois lhes falta suporte técnico e administrativo para que cumpram sua finalidade.

Unívoco o discurso porque assistiu-se a professores falando sobre professores e para professores, sem envolver a preocupação com o assunto — a leitura.

A nós, bibliotecários, a questão da leitura extrapola a sala de aula, e assustanos que a ótica oficial tenha conseguido dominar não só seus representantes oficiais neste 5º COLE, mas também a audiência que se esperava ser capaz de criticar o enfoque dado. Apavora-nos que os professores restrinjam a discussão apenas com autores e teóricos da leitura e/ou literatura e não estejam buscando discutir com outros profissionais essa questão, que não está sendo resolvida enquanto atividade de sala de aula.

Os bibliotecários presentes manifestam seu assombro diante do silêncio dos professores sobre a questão da biblioteca na escola como recurso didático e sobre o bi-

bliotecário como elemento colaborador do professor e também incentivador da leitura.

Nós, bibliotecários, estamos preocupados com a questão da leitura, com o leitor, com o acesso ao livro, mas, nos parece, com uma abrangência que o professor não está vendo ou, o que seria lamentável, não quer ver.

A nós interessa que o leitor seja leitor para sempre, independente de estar vinculado ao sistema de ensino, lendo, como apropriadamente usou o 5º COLE, por PRAZER ou por NECESSIDADE.

O que temos assistido como profissionais preocupados é a falência da escola como entidade capaz de estimular o gosto e criar o hábito de leitura. O que encontramos nas universidades são alunos que desconhecem uma biblioteca e não têm o mínimo de habilidade para desenvolver trabalhos que envolvam leitura em idioma nacional, quando neste nível as exige muitas vezes textos em língua estrangeira.

Deparamo-nos com massas de semi-analfabetos que cursaram escolas de primeiro grau e nunca mais leram porque ou lhes foi desenvolvido o desgosto pela leitura ou porque acostumaram-se a somente executar, mecanicamente, tarefas exigidas pelo professor.

Não temos a pretensão de ter a solução para esses problemas, mas acima de tudo queremos ver discutidas conosco essas questões para que possamos interagir como interface que somos do problema da leitura. Queremos ver discutidas as práticas bibliotecárias enquanto incentivadoras ou desmotivadoras da leitura para que



DOCUMENTOS

o fazer do bibliotecário possa colaborar com o professor e a escola. Nós, bibliotecários, participantes do 5º COLE, manifestamos nosso repúdio às soluções paliativas e/ou postiças que estão sendo propostas oficialmente, como as eufemisticamente denominadas "salas de leitura", às distribuições assistencialistas de livros feitas por órgãos oficiais sem suporte técnico e administrativo para que sejam de fato utilizados, à política do sistema educacional de colocar como encarregados de bibliotecas escolares, quando elas existem, professores, ditos readaptados, assim denominados por não estarem aptos, por problemas de incapacidade física ou mental, a regerem classes.

Nós, bibliotecários, conclamamos os professores a abandonarem a postura submissa de aceitar que se ignore porque conveniente às autoridades governamentais, um aspecto fundamental da questão — as

bibliotecas.

Convidamos os professores a refletir com enfoque multifacetado, com outros profissionais, outros ângulos da questão da leitura e da responsabilidade e capacidade de cada um desses profissionais para um trabalho articulado.

Nós, bibliotecários, acreditamos que enquanto a questão da leitura omitir a discussão da biblioteca e o papel do bibliotecário como parceiro dos professores na luta pela democratização da leitura, teremos apenas debates estéreis e soluções postiças para um problema de tamanha abrangência.

Campinas, SP, 3 de setembro de 1985.

Documento elaborado por um Grupo de Bibliotecários que participaram do 5º COLE, realizado em Campinas, de 31 de agosto a 3 de setembro de 1985.



Movimento associativo

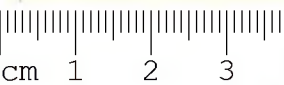
SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO E.S.P.

Agora que o Sindicato dos Bibliotecários do E.S.P. obteve o alvará do Ministério do Trabalho, os profissionais já podem contar com um órgão de defesa junto ao poder público e privado e de representação da profissão nas relações de trabalho.

O novo Sindicato apresentou uma plataforma de trabalho sobre nove itens prioritários:

1. FIXAÇÃO DO PISO SALARIAL

A necessidade do piso salarial para a profissão já foi discutida no XIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – Vitória, ES (jul. 85). Lá foi votado um piso de dez (10) salários mínimos. Precisamos retificar essa decisão em Assembléia Geral e encaminhar o pedido do piso através do Poder Legislativo.



2. DEFESA DAS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS

O número de profissionais e novas profissões que surgem para trabalhar no tratamento da informação cresce na mesma medida do desenvolvimento tecnológico. Hoje se trava uma "briga" no mercado de trabalho desta grande área, que ameaça de acirrar ainda mais. Qual o lugar do bibliotecário nesta grande área? Estamos convictos de que o bibliotecário é o profissional mais credenciado para obter, organizar, preservar e difundir informações técnicas, científicas e culturais. Este é o nosso espaço principal. Sabemos que há muitos profissionais atuando como bibliotecários. Na tarefa de se corrigirem estas irregularidades, estaremos colaborando com o trabalho do CRB/8 na fiscalização das empresas e órgãos públicos que não empregam bibliotecários em suas bibliotecas.

3. REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 4084

Intervir na reformulação da Lei nº 4084, que regulamenta o trabalho do bibliotecário. Precisamos de uma nova lei que reflita as atribuições e serviços do bibliotecário de hoje. Este movimento dar-se-á com a mobilização de categoria em assembléias que, para isto, serão convocadas.

4. FIXAÇÃO DA TABELA DE HONORÁRIOS

É necessário que se fixe o valor e a for-

ma de remuneração dos trabalhos do bibliotecário realizados sem vínculo empregatício. Cobra-se por tempo de trabalho, por unidade ou por tarefa? Vamos discutir os critérios e fixar a tabela para servir de parâmetro aos profissionais.

5. EXPLORAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL

O mercado editorial e livreiro raramente conta com o trabalho de bibliotecários. Os poucos serviços de editoriação e comercialização do livro ou revista, onde trabalham bibliotecários têm dado bons resultados. Precisamos ocupar mais este espaço. Vamos pesquisar este mercado de trabalho.

6. ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Colaborar com a APB e demais entidades na organização de cursos, eventos e publicações referentes à formação, atualização e treinamento de pessoal, com forma de subsidiar um melhor desempenho profissional.

7. CAMPANHA NACIONAL DE SINDICALIZAÇÃO

Promover a sindicalização e dar suporte técnico às Associações de Bibliotecários de outros estados que tenham condições e queiram se transformar ou criar seu sindicato. Neste trabalho contamos com a colaboração da FEBAB e CNPL.



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

8. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Estudar a possibilidade de algumas funções dentro do exercício profissional do bibliotecário passarem a receber o adicional de insalubridade.

9. SINDICALIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Integrar a luta do funcionalismo pela sindicalização. Não nos referimos ao bibliotecário que, como profissional liberal, pode ser sindicalizado e, sim, aos servidores públicos de um modo geral. Neste sentido criaremos uma Diretoria que trabalhará juntamente com a APB, ABM na defesa dos interesses do funcionário público.

BIBLIOTECÁRIO DE SISTEMAS

Em sua nova edição do "Manual de Descrição de Cargos de Processamento de Dados", a SUCESU modificou a descrição do cargo de Bibliotecária Técnica, agora denominado Bibliotecário de Sistemas.

Esta nova descrição apresenta duas vitórias:

- amplia as atividades do bibliotecário, citando elaboração de vocabulários controlados (Dicionário de Dados); controle da Biblioteca de Programas-Fonte e Objeto do Computador; elaboração de normas e padrões da documentação de sistemas.
- coloca o cargo se reportando a área técnica, ou seja, ao Gerente de Suporte Técnico, evitando-se assim a subordi-

nação às áreas administrativas.

Estas conquistas são fruto do movimento associativo desenvolvido pela Comissão de Trabalho de Bibliotecários de Informática – CTBI, da Associação Paulista de Bibliotecários, que se reúne mensalmente para troca de experiências. É também, conseqüência da palestra "O Bibliotecário de CPD", 2º lugar na avaliação de interesse do público presente ao III Seminário de Informática e Biblioteconomia, realizado durante o XVIII Congresso Nacional de Informática, sob a coordenação da Bibliotecária Carminda Ferreira, proferida pela bibliotecária M. Bernadete C. Schauer, relatora da CTBI.

A.P.B.P.R.

Foi criada no mês de setembro a Associação Profissional de Bibliotecários do Paraná que terá funções diferentes da Associação civil já existente, além de cumprir exigência para a posterior criação do Sindicato.

COMISSÃO BRASILEIRA DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

A CBDJ, empreendeu esforços no sentido de reativar mais grupos na área. A coordenadoria do grupo de Brasília, reativado em 14 de outubro de 1985, está assim constituída:

Coord.: Simone Bastos Vieira (SF);

Vice: Magda R. Bernardes (DF);

1ª Secr.: Maria das Graças Soares (PRO-DASEN);

2ª Secr.: Angélica Louzada Vilela (S.T.F.);



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

1ª Tes.: Joana Eleonora H. Araújo (MTC);
2ª Tes.: Silvana Lucia P. S. Matos (MJ);

Endereço para correspondência:
GBIDJ/DF. — A/C SIMONE BASTOS
VIEIRA — Biblioteca do Senado Federal
— Praça dos Três Poderes — Palácio do
Congresso Nacional — Anexo II — 70.000
— BRASÍLIA-DF.

IV CONCURSO DE TEXTOS DA A.P.B.

A Comissão Julgadora escolheu como vencedor o trabalho: "Controle de descritores em Bibliotecas e Sistemas de Documentação e Informação", de autoria de Clara Josefina Pastore Rizo e Sandra Salgado.

A entrega do prêmio será feita em fevereiro de 1986.

BOLSA DE EMPREGOS DA ARB

A Comissão de Mercado de Trabalho (CMT) da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) com o objetivo de melhor atender aos bibliotecários associados inscritos na Bolsa de Empregos, resolveu dinamizar a sua atuação. Para isso, foram reestruturadas a ficha de inscrição para os candidatos, a ficha para recebimento de oferta de emprego, criação de uma carta padronizada para divulgação das ofertas de empregos e comunicados, a elaboração de um regulamento para a Bolsa de Empregos e um modelo de curriculum vitae.

ESTRUTURA:

Atualmente a CMT é composta por

dois bibliotecários, os quais realizam as atividades de organização das informações dos candidatos (ficha de inscrição e curriculum vitae), divulgação das ofertas de empregos, expedição e datilografia de correspondências, plantões semanais para atendimento aos bibliotecários interessados, reuniões com os candidatos, orientação quanto ao uso da Resolução 01/82 da ARB, palestras, textos, etc.

INSCRIÇÃO:

O bibliotecário, no ato da inscrição na Bolsa de Empregos, recebe juntamente com o regulamento, uma ficha de inscrição, modelo de curriculum vitae e cópia da Resolução 01/82 da ARB, com instruções respectivamente para seu preenchimento, elaboração e uso.

Quando devolvidos, a ficha de inscrição recebe um número de ordem (número de inscrição), data e código da categoria (A, B, C, D, E ou F — Art. 3º do Regulamento da Bolsa de Empregos) de acordo com as informações retiradas do curriculum vitae o qual é posteriormente arquivado em pasta separada.

A partir deste momento, o candidato está inscrito na Bolsa de Empregos.

METODOLOGIA DE TRABALHO:

No recebimento da oferta de emprego é preenchida a ficha de "Oferta de Emprego". De posse desta ficha, com o dossiê dos candidatos (ficha de inscrição e curriculum vitae) e de acordo com o Regulamento da Bolsa de Empregos é reali-



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

zada a escolha do "grupo" de candidatos a serem comunicados sobre a oferta de emprego. Esta comunicação poderá ser feita por carta ou por telefone desde que não venha a beneficiar um candidato em detrimento aos demais.

Posteriormente quando a CMT é comunicada pelo candidato escolhido, o seu nome é colocado na ficha de Oferta de Emprego. Assim, quando surgir uma nova oferta de emprego este candidato concorrerá com os outros da sua nova categoria. Mas se o candidato desejar se retirar da Bolsa de Empregos isto deverá ser feito por escrito e a sua ficha, juntamente com seu curriculum vitae serão colocados no arquivo inativo.

ATUALIZAÇÃO DOS DADOS:

Caso o candidato queira atualizar os dados existentes na sua ficha de inscrição, deverá fazê-lo por escrito, indicando quais as alterações que deseja e então a CMT se encarregará de executá-las. No caso de atualização dos dados do curriculum vitae o candidato deverá elaborar novo curriculum e encaminhá-lo a CMT a qual fará a substituição, e o curriculum antigo será destruído.

OBS.: Modelos dos formulários poderão ser solicitados à ARB. Rua Dr. Flores, 245, 7º andar – conj. 902 – C.P. 2344 – Porto Alegre – RS – CEP 90.000.

ELEIÇÃO NO SINDICATO DE BIBLIOTECÁRIOS DO E.S.P.

Nos dias 27, 28 e 29 de novembro, de

acordo com as disposições ministeriais, realizaram-se eleições para o Sindicato. Foi eleita a chapa encabeçada pelo Pleitador colega José Domingos de Brito

Diretoria:

- José Domingos de Brito;
- Marfisia P.S. Lancellotti;
- Wilma Rosa.

Suplentes de Diretoria:

- Amélia Maria Moreira;
- Telma Maria Bezerra Murakami;
- Regina Celi de Sousa.

Conselho Fiscal:

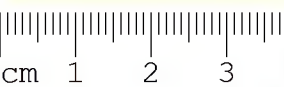
- Oswaldo F. de Almeida Jr.;
- Nadja Maria Mattos Rezende;
- Marlene Aparecida de Oliveira.

Suplentes do Conselho Fiscal:

- Miriam Botassi;
- Sueli de Fátima Faria;
- Moema Rodrigues dos Santos.

BIBLIOTECÁRIOS NA REFORMA ADMINISTRATIVA FEDERAL (Transcrição do Boletim do APB, ano III, nº 4, dez. 85)

Foi instituída em Brasília a Comissão Geral do Plano de Reforma da Administração Federal (Decreto nº 91.501 de 31/07/85), coordenada pela FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público com a participação de 35 membros de diversos órgãos da Administração Federal, entidades de classe, instituições, etc. Esta Comissão Geral, presidida pelo Ministro da Administração Aluisio Alves, tem como finalidade elaborar estudos e propostas para a reestruturação da Administração Pública Federal e se compõe de



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

6 Câmaras para atuarem em áreas específicas. São elas:

- 1) Organização da Administração Direta e Indireta;
- 2) Sistema de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil;
- 3) Sistema de Administração de Serviços Gerais;
- 4) Sistema de Administração de Pessoal Civil;
- 5) Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa;
- 6) Redação de Projetos e Normas.

Cada uma destas Câmaras é composta por Comissões Especiais, integrada por representantes de órgãos e entidades de classe.

1º parênteses para assinalar que a Biblioteconomia & Documentação, Arquivologia e Museologia conquistaram uma vitória ao conseguirem ser vistas como serviços especializados que merecem um tratamento diferenciado na estrutura administrativa: nas discussões preliminares para criação das Comissões Especiais e sua integração à uma das Câmaras, os serviços de Biblioteca & Documentação, Arquivo e Museu estavam para serem alocados na Câmara 3) Administração de Serviços Gerais. Presente nas Reuniões o Dr. Hermano Machado, Diretor da FUNCEP, interferiu para que estes serviços ficassem na Câmara 5) Racionalização, Simplificação e Descentralização. Não há dúvida que isto representa uma conquista para estas profissões. Sabemos o que significa fazer parte dos "serviços gerais" de qualquer entidade.

A Câmara 5 foi composta por 4 Comissões Especiais:

- 1 – Desburocratização;
- 2 – Descentralização Administrativa;
- 3 – Informática;
- 4 – Preservação do Acervo Documental.

A Comissão Especial para preservação do Acervo Documental – CEPAD, presidida pelo Dr. Hermano Machado, instalada em 14 de outubro e integrada por representantes das entidades de Biblioteconomia & Documentação, Arquivologia e Museologia teve sua primeira reunião marcada para o dia 20 de novembro, em Brasília. Está estruturada em 3 Sub-Comissões: Biblioteca & Documentação, Arquivologia e Museologia, que se reúnem em conjunto em separado.

2º parênteses para assinalar outra conquista para estas 3 áreas: pela primeira vez representantes destas áreas se reúnem num trabalho comum e tem a possibilidade de travar um relacionamento que propicia o entrosamento necessário para um desenvolvimento integrado. A importância deste fato foi colocada na reunião de instalação da CEPAD por Antonio Miranda, da UNB.

A Sub-Comissão de Biblioteca & Documentação, integrada por 9 bibliotecários: CRB/DF (Marcelo), UFMG/Bib. Central (Marysia), UNB (Miranda), ABDF (Adeleide), IBICT (Angela), Sindicato (Brito), APBPE (Edna), FUNCEP (Miriam) e CENAGRI (Sandra), teve sua primeira reunião em 21 de outubro e elaborou um diagnóstico preliminar, demonstrando os

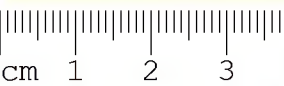


MOVIMENTO ASSOCIATIVO

principais pontos onde a Reforma deverá incidir. Este documento está em aberto e será encaminhado à reunião da CEPAD em 20 de novembro. Nele foram colocados ítems que vão desde a necessidade de definição do que é Biblioteca, Documentação e Arquivo, à necessidade de integração entre os sistemas de Biblioteca e Ensino, passando pela necessidade de uma política que permita a Biblioteca comercializar seus produtos e serviços à usuários externos.

3º parênteses para assinalar a última conquista dos bibliotecários, que é a sua participação na Comissão da Reforma.

Como se deu esta conquista? Através de um documento assinado pelo ABDF, Departamento de Biblioteconomia da UNB, CRB/DF e FEBAB, foram levantados alguns pontos para a Reforma e indicados nomes de representantes da classe no Brasil para integrarem a Comissão de Câmara. Para a Câmara foram indicados os nomes de Antonio A. Briquet (IBICT), Janice Montemor (FGV) e May B. Negrão (FEBAB). Não há confirmação até o momento sobre a participação destes nomes na Câmara. Há informações de que estes e outros especialistas poderão trabalhar na Comissão em nível de Consultoria.



Teses

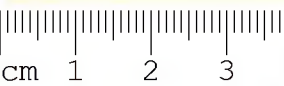
1. TESE APRESENTADA À COORDENADORIA DO CURSO DE MESTRADO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA, DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA TERMINOLOGIA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

por Marisa Bräscher Basílio Medeiros

RESUMO

Aplicação da metodologia e princípios da Terminologia com o objetivo de identificar problemas no vocabulário brasileiro em Ciência da Informação. Elaboração de um glossário na área, cujas entradas de termos incluem os seguintes dados: termo, categoria gramatical, fonte, definição e equivalentes em inglês e francês. Os termos foram coletados no periódico "Ciência da Informação" (1972-1983) e no "Catálogo de Teses e Dissertações em Ciência da Informação e Bibliotecono-



mia" do IBICT, publicado em 1982, incluindo-se os suplementos 1 e 2. Concluiu-se que a terminologia brasileira em Ciência da Informação se apresenta ainda em fase de formação, sem tendência nítidas à uniformização.

2. TESE DE DOUTORAMENTO DO PROGRAMA DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DA PUC-S.P., SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA CONSTANÇA MARCONDES CÉSAR (NOV/85)

EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA

por Solange Puntel Mostafa

RESUMO

A polêmica ciência-arte na biblioteconomia é apresentada sob um novo enfoque. A esterilidade dessa polêmica é desvendada tendo em vista a insuficiência das duas correntes que o sustentam: o humanismo de um lado e o cientificismo de outro, ambos extremamente moralistas. De um moralismo meramente ético dos humanismos, o pêndulo volta-se para o moralismo racionalista da ciência de informação, ambas as posturas a históricas e a vigor, liberais. O liberalismo profissionalista da biblioteconomia bem como o liberalismo cientificista da ciência da informação são analisados criticamente. Aliás, a

demarcação entre biblioteconomia e ciência da informação é tida mais como inclusão/exclusão dos valores humanos do que propriamente abrangência de aptidões, o que coloca o corporativismo bem como as mazelas da interdisciplinaridade como temas secundários. A solução para sair do pêndulo ciência-arte é vislumbrado na categoria *trabalho*, que é, no marxismo, a categoria central da existência. Como aquela polêmica supõe a rígida divisão do trabalho em trabalho normal e trabalho intelectual, a superação da divisão do trabalho emerge como condição necessária para a biblioteconomia colaborar na construção da nova sociedade. E já que a educação é a instância social cuja especificidade é justamente a superação da divisão do trabalho, a aproximação da biblioteconomia como prática educativa é imperativo.

A teoria do conhecimento em Platão, Aristóteles, Kant, Hegel e Marx é analisada com certo nível de detalhamento, tendo em vista apontar a superioridade de Marx em relação à filosofia anterior.

Esse aprofundamento filosófico capacita a autora a rever as posturas epistemológicas da Biblioteconomia que são três:

- 1) a forma em estado puro que rejeita as regularidades nomológicas.
- 2) as regularidades como formas.
- 3) ecletismo entre 1 e 2.

A segunda postura que é típica da nova ciência da informação é analisada com mais detalhe tendo em vista particularizar o universalismo em que se enredou a ciência da informação e seus fenômenos básicos.



LINGUAGEM PARA PROCESSAMENTO DISTRIBUÍDO

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

DENIS GABOS

1) BREVE COLOCAÇÃO DO ASSUNTO

Um sistema de computação distribuída pode ser definido como: um sistema de computação concorrente onde não é possível o compartilhamento de memória entre os diversos processos.

Dessa maneira a colocação do assunto "Linguagens para Processamento Distribuído" começa pelo assunto "Processamento Concorrente".

Muitas linguagens tem sido criadas para resolver o problema do processamento concorrente, entre elas Concurrent Pascal, Modula, Communicating Sequential Processes, Distributed Process, Mesa, Gypsy,



BIBLIOGRAFIA

PLITS, Ada, Star Mod, Mod, Edison, Argus, SR, CLU, etc.

Apesar de todas essas e ainda outras linguagens diferirem entre si em detalhes, cada uma delas se baseia num dos três modos de interação entre processos: monitores, passagem de mensagens ou operações remotas.

No modo *Monitor* existem dois tipos de objetos na linguagem: os processos que são ativos e os monitores que são passivos. Devido ao fato de nesse modo os processos interagirem através de variáveis compartilhadas, ele é mais apropriado para arquiteturas em que os processadores compartilhem memória. Ao programar uma arquitetura distribuída nesse modo, escreve-se programas para processadores individuais independentemente, ao invés de programar o sistema como um todo.

No modo de *Passagem de Mensagens* os processos são basicamente independentes entre si e se comunicam através da transmissão e recepção de mensagens. Dessa maneira esse modo é útil tanto para sistemas que compartilham memória quanto para aqueles que possuem uma arquitetura distribuída.

No modo de *Operações Remotas* os processos interagem através da requisição de operações definidas por outros processos. Essas operações são semelhantes a procedimentos de monitores e são definidas como "procedures" e requisitadas através de chamadas e podem eventualmente devolver resultados. Os resultados, bem como os parâmetros dessas operações são transmitidos como mensagens, que indicam a "chamada" da operação.

Esse modo também é aplicável tanto para arquiteturas que compartilham memória como para as distribuídas.

Ainda um outro aspecto importante que classifica e caracteriza uma linguagem e portanto os processos distribuídos é a sincronização de mensagens.

A grosso modo os processos podem ser classificados em síncronos e assíncronos. Essas duas classificações são melhores entendidos do ponto de vista de um transmissor.

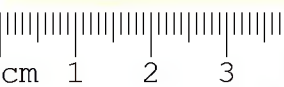
Um processo *síncrono* espera sempre alguma resposta a uma mensagem transmitida, interrompendo o seu processamento normal à espera dessa resposta.

Um processo *assíncrono* transmite e recebe mensagens e não espera respostas, continuando seu processamento normal.

Cada tipo de processo, síncrono ou assíncrono, possui suas vantagens e desvantagens. Enquanto o síncrono assegura a chegada de sua mensagem às custas de tempo de processamento, por não "confiar" nos sub-sistemas de comunicação, os processos síncronos já pressupõem meios mais seguros de comunicação, com mecanismos eficientes de recuperação dos níveis inferiores no caso de falha.

A pesquisa bibliográfica foi organizada em três partes básicas:

1. Artigos referentes a Programação Concorrente e Sistemas Distribuídos em Geral, para um embasamento inicial.
2. Artigos referentes a Comunicação em Sistemas distribuídos, ainda envolvendo conceitos gerais e análise de linguagens.



BIBLIOGRAFIA

3. Artigos a respeito de linguagens, organizados, na medida do possível, em uma ordem cronológica de surgimento de linguagens. Por exemplo, a linguagem Concurrent Pascal é uma das primeiras tentativas no campo, através da extensão da linguagem Pascal; já linguagens como Ada ou Sr são mais recentes e especializadas.

As principais fontes consultadas, em ordem alfabética foram:

1. ACM Communications de Janeiro 1975 a Dezembro 1984.
2. ACM Computing Surveys de Setembro 1974 a Março 1985.
3. ACM Software Engineering Notes de Janeiro 1979 a Janeiro 1985.
4. ACM Transactions on Program Languages and Systems de Julho 1979 a Janeiro 1985.
5. ACM Sigplan de Janeiro 1979 a Dezembro 1982.
6. IEEE Transactions on Software Engineering de Janeiro de 1980 a Maio 1985.
7. Journal of Pascal and Ada de Março 1983 a Maio 1985.
8. Journal of Systems and Software de Setembro 1981 a Fevereiro 1985.
9. Science of Computer Programming de Outubro 1982 a Fevereiro 1985.
10. Software Practice & Experience de Janeiro 1982 a Janeiro 1984.

II) BIBLIOGRAFIA

1. Conceito Geral – Processos Distribuídos

BRINCH – HANSEN, P., "Distributed

Process: A Concurrent Programming Concept", Comm. ACM, Vol. 21, nº 11, Nov. 1978, p. 934-941.

Nesse artigo Brinch-Hansen introduz o conceito de que Processos Distribuídos são processos concorrentes sem variáveis comuns. Esses processos são sincronizados através de chamadas de procedimentos ("procedures") e regiões protegidas.

Para introduzir esse conceito, o artigo propõe o uso do mesmo numa aplicação de tempo real controlado por uma rede de microcomputadores com uma base de dados distribuída. São dados vários exemplos, que utilizam procedimentos, corrotinas, classes, monitores, semáforos, processos, "buffers", expressões de rota ("path expressions").

ANDREWS, G.R. & Schneider, F.B., "Concepts and Notation for Concurrent Programming", ACM Comp. Surveys, Vol. 15, nº 1, Março 1983, p. 3-44.

O artigo identifica os principais conceitos de programação concorrente e descreve algumas notações importantes de linguagens para programas concorrentes. São discutidas as funções dos processos, comunicação e sincronização. São descritas primitivas para sincronização de processos através de variáveis compartilhadas e passagem de mensagens. Finalmente, três classes de linguagens para programação concorrente são identificadas e comparadas, classificando e analisando diversas linguagens brevemente: Concurrent Pascal, Modula, Mesa, CSP, Gypsy, PLITS,



BIBLIOGRAFIA

DP, MOD, Ada, SR, etc.

SCHNEIDER, F.B., "Synchronization in Distributed Programs", ACM. Trans. on Programming Languages and Systems, Vol. 4, nº 2, Abril 1982, p. 179-195.

São descritas e discutidas técnicas de sincronização de processos. São levadas em conta condições de falha de um processo.

ANDREWS, G.R., "Synchronizing Resources", ACM. Trans. on Programming Languages and Systems, Vol. 3, nº 4, Outubro 1981, p. 405-430.

O artigo apresenta uma nova proposta para comunicação e sincronização de processos paralelos. A proposta é uma síntese de aspectos estendidos de "procedures", corrotinas, mensagens e monitores. A proposta é ilustrada com um exemplo.

LENGAUER, C., Hehner, E.C.R., "A Methodology for Programming with Concurrency: An Informal Presentation", Science of Comp. Progrm., Vol. 1, nº 1, Out. 1982, p. 1-18.

O artigo apresenta um método para solução de problemas de programação que possam ser colocados sob a forma de pares de declarações de entrada/saída.

O artigo apresenta conceitos de programação concorrente e apresenta exemplos dessa técnica.

2. Mecanismos de Comunicação

SHATZ, Sol. M., "Communication Me-

chanisms for Programming Distributed Systems". IEEE Trans., Vol. 17, nº 6, Junho 1984, p. 21-28.

Trata a nível de aplicação dos mecanismos de software de comunicação para programação em sistemas distribuídos.

O artigo se preocupa com o que esses mecanismos fazem e não como eles fazem, dando especial importância à influência desses mecanismos sobre o processo de programação.

Inicialmente é situado o problema da comunicação entre processos, introduzindo conceitos tais como processos síncronos e processos assíncronos, receptores seletivos e não seletivos, analisando as características de processos que possuem primitivas de comunicação que trabalham dessas diversas maneiras.

A parte principal do artigo é o estudo e análise das primitivas de comunicação de três linguagens: PLITS, Ada e CSP.

STAUNSTRUP, J., "Message Passing Communication Versus Procedure. Call. Communication", Softw. pract. exp. Vol. 12, nº 3, Março 1982, p. 223-234.

A comunicação por passagem de mensagens ou chamada de subrotinas remotas são procedimentos chaves na discussão de linguagem para multiprogramação e processamento distribuído.

Nesse artigo são apresentados alguns exemplos de utilização desses procedimentos nas linguagens Platon e Concurrent Pascal.



BIBLIOGRAFIA

ELRAD, T. & Francez, N., "Decomposition of Distributed Programs into Communication - Closed Layers", *Science of Comp. Progrm.*, Vol. 1, nº 3, Dez. 1982, p. 155-174.

O artigo sugere a decomposição de um programa distribuído em níveis fechados de comunicação. Essa decomposição pode simplificar a análise do sistema.

O artigo dá exemplos da técnica na verificação de programas.

3. Linguagem Concurrent Pascal

HANSEN, P.B., "The Programming Language Concurrent Pascal", *IEEE Trans. on Software Eng.*, Vol. 1, nº 2, Junho 1975, p. 199-207.

O artigo descreve a linguagem Concurrent Pascal, que é uma extensão da Linguagem Pascal. A extensão consiste em ferramentas para o processamento concorrente, chamados monitores e processos. O artigo descreve informalmente esses conceitos e apresenta a notação da linguagem.

A linguagem Concurrent Pascal estende o conceito de monitor com uma hierarquia bem definida de direitos de acesso a estruturas de dados compartilhados.

Seguem abaixo alguns artigos sobre Concurrent Pascal que encontrei.

KERRIDGE, J.M., "A Fortran Implementation of Concurrent Pascal", *Software pract. exp.*, Vol. 12, nº 1, Janeiro 1982, p. 45-55.

WOOD, P.T. et alii. . . A Mainframe Im-

plementation of Concurrent Pascal", *Software pract. exp.*, Vol. 12, nº 1, Janeiro 1982, p. 85-90.

RAVN, A.P., "Pointer Variables in Concurrent Pascal", *Software pract. exp.*, Vol. 12, nº 3, Março 1982, p. 211-222.

KRUIJER, H.S.N., "A Multi-user Operating System for Transaction Processing, Written in Concurrent Pascal", *Software pract. exp.*, Vol. 12, nº 5, Março 1982, p. 445-454.

PASHTAN, A., "Operating System Models in a Concurrent Pascal. Environment. Complexity and Performance Considerations", *IEEE Trans. Software Eng.*, Vol. SE 11, nº 1, Janeiro 1985, p. 136-141.

4. Linguagens MESA

GESCHKE, G.M. et alii. . . "Early Experience with Mesa", *Comm. ACM.*, Vol. 20, nº 8, Agosto 1977 p. 540-553.

O artigo discute as primeiras experiências com a linguagem Mesa, primeiramente seus implementadores. São sugeridas algumas implicações decorrentes da estrutura da linguagem Mesa e de outras similares.

Os tópicos abordados são a estrutura de módulos e o seu uso em definições de abstrações, características das estruturas de dados de linguagem e outros.

LAMPSON, B.W. & Redell, D.D., "Experience with Processes and Monitors in Mesa" *Comm. ACM.*, Vol. 23, nº 2, Fevereiro 1980, p. 195-117.



BIBLIOGRAFIA

Quando são usados monitores em sistemas distribuídos concorrentes de qualquer tamanho, uma série de problemas de implementação aparecem: a semântica de chamadas do monitor, os vários modos de definir o significado da função WAIT, o esquema de prioridades, operação dos "timeouts", abortagem e outras condições de excessão, interações com criações e destruições de processos, monitoração de um grande número de pequenos objetos, etc.

As facilidades da linguagem Mesa para solucionar os problemas acima são abordadas nesse artigo.

5. Linguagem CLU

LISKOV, B. et alii. . . , "Abstraction Mechanisms in CLU", *Comm. ACM.*, Vol. 20, nº 8, Agosto 1977, p. 564-576.

A linguagem CLU foi projetada para suportar o uso de abstrações na construção de programas.

O trabalho com linguagens de programação levou a se extrair três tipos de abstrações: de procedimento ("procedural"), de controle e de dados. O artigo introduz os mecanismos de abstração da linguagem CLU e dá alguns exemplos que ilustram a utilidade desses três tipos de abstração.

6. Linguagem SIMULA

PALME, J., "Uses of the SIMULA Process Concept", *Software Pract. exp.*, Vol. 12, nº 2, Fevereiro 1982, p. 153-162.

O artigo ilustra como o conceito de classe ("classe") da linguagem SIMULA pode ser usado para estruturar programas de uma maneira limpa e objetiva.

A linguagem SIMULA é utilizada para processamento paralelo.

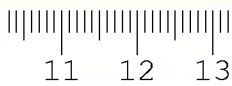
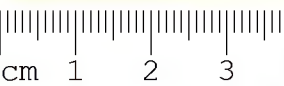
Os exemplos dados no artigo foram tirados de programas reais de produção em largo uso, mas foram simplificados para ilustrar as idéias principais.

7. Linguagem CDP

LIU, M.T. & LI, C.M., "Communicating Distributed Processes: A Language Concept for Distributed Programming in Local Area Networks.

O artigo inicialmente descreve características e problemas particulares dos sistemas distribuídos e introduz três modos de abordagem diferentes para a programação distribuída: (1) sistemas sem mecanismos especiais para manusear os problemas específicos de programação distribuída; (2) técnicas de informações rotuladas ("lagged"), onde todas as informações ou ações a serem tomadas são colocadas juntas aos comandos que necessitam delas e (3) abstração de comunicação, onde as características de comunicação do sistema são abstraídas através de construções de alto nível. Essa última é utilizada na linguagem CDP.

Em seguida o artigo define a linguagem CDP, projetada para ambientes caracterizados por retardos e falhas de comunicação. São dados dois exemplos da linguagem e no final suas vantagens e implemen-



BIBLIOGRAFIA

tação são discutidas.

8. Linguagem MOD

COOK, R.P., "MOD - A Language for Distributed Programming", IEEE Trans. Software Eng., Vol. SE-6, nº 6, Novembro 1980, p. 563-571.

O artigo apresenta a linguagem MOD, projetada para ir de encontro a algumas características dos sistemas distribuídos, tais como altos custos de comunicação, impossibilidade de compartilhamento de variáveis, procedimentos para sincronização e comunicação entre processos.

A linguagem MOD é derivada da linguagem Modula, e é inspirada nos conceitos de "Processos Distribuídos" de Brinch Hansen.

Esse artigo não é uma solução final, pois o projeto foi desenvolvido sem um ambiente experimental.

9. Linguagem PLITS

FELDMAN, J.A., "High Level Programming for Distributed Computing", Comm. ACM, Vol. 22, nº 6, Junho 1979, p. 353-368.

O artigo descreve o projeto PLITS (Programming Language in the Sky) que é uma abordagem a nível de linguagens de propósito geral para o problema do processamento distribuído.

O artigo concentra-se nas implicações do contínuo avanço da computação distribuída no projeto de linguagens de alto nível.

O projeto foi baseado nas noções pri-

mitivas de módulos e mensagens e mostrou-se independente de particulares linguagens e máquinas.

No artigo é utilizada a linguagem Pascal para implementar as idéias da estrutura (PASCAL-PLITS) e avaliá-las.

10. Linguagens SR

ANDREWS, G.R., "The Distributed Programming Language SR - Mecanismos, Projeto e Implementação", Software Practice and Experience, Vol. 12, 1982, p. 719-573.

A linguagem SR destina-se a sistemas contendo muitos processos que estão rodando paralelamente. Os mecanismos característicos da linguagem são "resources", as operações ("operations") e comandos de entrada ("input statements"). A linguagem suporta compilação separada, abstração de tipos e linhas de comunicação dinâmicas; ela também contém novos tratamentos para procedimentos ("procedures") e matrizes.

O artigo dá uma visão geral dos mecanismos da linguagem, discute algumas decisões tomadas quando foi feito o projeto da linguagem e descreve uma implementação.

11. Linguagem CP

MAO, T. W.Q. YEH, R.T., "Communication Port. A Language Concept for Concurrent Programming", IEEE Trans. Software Eng., Vol. SE-6, nº 2, Março 1980, p. 194-204.

O artigo apresenta a linguagem CP



BIBLIOGRAFIA

(Communication Port), projetada para programação em redes distribuídas de processadores, caracterizadas por um número arbitrário de processadores sem compartilhamento de memória.

Os processos se comunicam pelo modo de passagem de mensagens.

São dados exemplos para mostrar a potência da linguagem.

12. Linguagem Ada

PYLE, I.C., "The ADA Programming Language. A Guide for Programmers", London. Printice-Hall. International Inc., 1981.

O livro apresenta a estrutura da linguagem Ada.

LE BLANC, R.J. & GODA, J.J., "Ada and Software Development Support. A New Concept in Language Design", Computer, Vol. 15, nº 5, Maio 1982, p. 75-82.

Partindo das críticas contra o excesso de complexidade da linguagem Ada, o artigo mostra que essa complexidade tem como retorno toda uma estrutura de suporte de desenvolvimento de software que é proporcionada pela linguagem.

Esta estrutura está em parte, baseada na divisão dos programas em blocos e módulos.

O artigo descreve e estuda essas particularidades de projeto da linguagem, concluindo que ela (a linguagem Ada) chega a criar um novo método de abordar os problemas (o que ele chama de "pensar Ada").

CARGILL, T.A., "A Robust Distributed Solution to the Dining Philisophers Problem", Software proct. exp., Vol. 12, nº 10, Outubro 1982, p. 965-970.

Utiliza a linguagem Ada para propor uma solução concreta implementada para o problema. A solução não possui mecanismos centrais de sincronização.

HOLDSWORTH, D., "A System for Analysing Ada Programs at Run-time", Software pract exp., Vol. 13, nº 5, Maio 1983, p. 407-422.

IBSEB, L. "A Portable Virtual Machine for Ada". Software pract, exp., Vol. 14, nº 1, Janeiro 1984, p. 17-30.

SKELLY, P.G., "The ACM position on Standardization of the Ada Language", Comm. ACM, Vol. 25, nº 2, Fevereiro 1982, p. 118-120.

LEDGARD, H.F. & Singer, A., "Scaling Down Ada (Or Tomarck. A Standard Ada Subset)", Comm. ACM, Vol. 25, ad. 2, Fevereiro 1982, p. 121-125.

Neste artigo é proposta uma redução ou criação de um sub-conjunto autorizado da linguagem, tendo em vista que o tamanho e complexidade da linguagem é um dos principais obstáculos para o seu sucesso.

TAYLOR, R.N., "A General-Purpose Algorithm for Analyzing Concurrent Programs", Comm. ACM, Vol. 26, nº 5, Maio 1983, p. 362-376.



BIBLIOGRAFIA

O desenvolvimento e verificação de programas concorrentes apresentam diversos problemas: assegurar que o sistema não entre em espera infinita, como os processos entram em sincronismo, etc.

O artigo apresenta um algoritmo estático de análise para programas de linguagem Ada, mas as conclusões tiradas podem ser generalizadas para linguagem, como por exemplo CSP e outras.

THE SECRETARY OF DEFENSE, "Preliminary Ada Reference Manual". ACM Sigplan Notices, Vol. 14, nº 6, Junho 1979, Parte A.

ICHBIAH, J.D., et alu. . . , "Rationale for the Design of the Ada Programming Language" ACM Sigplan Notices, Vol. 14, nº 6, Junho 1979, Parte B.

NICHOLSON, L.K. & Linden, P. Vander, "Macro Facilities in the Ada Environment", ACM Sigplan Notices, Vol. 16, nº 8, Agosto 1981, p. 67-78.

WINKLER, J.F.H., "Differences Between Preliminary and Final Ada", ACM Sigplan Notices, Vol. 16, nº 8, Agosto 1981, p. 69-81.

WALLIS, P.J.L. & Wichmann, B.A., "Requirements Analysis for Ada Compilers", Comm. ACM., Vol. 27, nº 1, Janeiro 1984, p. 37-41.

O artigo é um guia para seleção e especificação de compiladores da linguagem Ada, mas os pontos observados podem ser aplicados como critério de avaliação para

qualquer outro compilador.

WICHMANN, B.A., "Is Ada too big? A Designer Answers the Critics", Comm. ACM, Vol. 27, nº 2, Fevereiro 1984, p. 98-103.

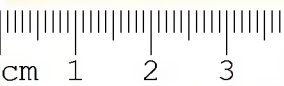
KOFFMAN, E.B., "Ada: Past, Present, Future. An Interview with Jean Ichbiah, the Principal Designer of ADA", Comm. ACM, Vol. 27, nº 10, Outubro 1984, p. 990-997.

GORDON, M.E. & Robinson, W.B., "Using Preliminary Ada in a process control application", AFIPS Conf. Proc., Vol. 49, 1980, p. 597-606.

Além da descrição da aplicação da linguagem ADA em controle de processos, o artigo contém informações básicas a respeito do processo de definição da linguagem e uma introdução às características da linguagem.

BOWLES, K.L., "The impact of ADA on software engineering", AFIPS Conf. Proc., Vol. 51, 1982, p. 327-332.

Entre os aspectos importantes da linguagem ADA, destacam-se (1) sua orientação a construção de sistemas usando pacotes com blocos intercambiáveis, (2) forte padronização na portabilidade de programas. Essas características podem criar uma nova indústria de software: em vez de o programa ser um valor adicionado à máquina, haveria uma inversão, as máquinas seriam um valor adicionado ao software.



BIBLIOGRAFIA

WEGNER, P., "The Ada Language and Environment", ACM Software Eng. Noter, Vol. 5, nº 2, Abril 1980, p. 8-14.

O artigo dá uma breve visão histórica e do "status" da linguagem. Em seguida descreve as características mais salientes da linguagem e o ambiente proposto pela linguagem.

A modularidade de programação proporcionada pela linguagem Ada tornarão o desenvolvimento e manutenção de programas muito mais baratos, influenciando o estilo e o ensino de programação.

DRUFFEL, L.E., "The Potential Effect of ADA on Software Engineering in the 1980's", ACM Software Eng. Noter, Vol. 7, nº 3, Julho 1982.

PORCELLA, M. et alii. . . , "Ada Methodologies — Concepts and Requirements" e "Ada Methodologies Questionnaire Summary", ACM Software Eng. Noter, Vol. 8, nº 1, Janeiro 1983, p. 33-98.

WIENER, R. & Sincovec, R., "Modular Software Construction an Object-Oriented Design Using Ada", Journal of Pascal and Ada, Vol. 3, nº 2, Março/Abril 1984, p. 29-34, 48.

O artigo descreve uma metodologia para desenvolvimento de programas chamando-a de construção de programas modulares e projeto orientado a objetos reais.

Todo projeto de software envolve um

processo de abstração, dessa maneira os objetos e operações no domínio real do problema precisam ser transladados para o domínio da abstração. Essas técnicas ganharam grande importância com o surgimento de linguagens como Ada.

MCALHANY, L.B. & Campbell, M.D., "Modula-2 & Ada: A Comparison of Four Features", Journal of Pascal and Ada, Vol. 3, nº 4, Julho/Agosto 1984, p. 37-41.

WHEELER, T.J., "Embedect System Design with Ada as The System Design Language", The Journal of Systems and Software, Vol. 2, nº 1. Fev. 1981, p. 11-22.

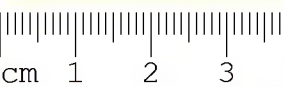
A linguagem Ada pode ser utilizada para projetar e compreender sistemas, independentemente de sua arquitetura.

COHEN, P.M., "Ada Programming Language Standardization", Journal Syst. Software, Vol. 2, nº 4, Dezembro 1981, p. 351-356.

O artigo dá um pequeno histórico até a padronização da linguagem Ada. Define o que é um "Embedect Computer System" e dá as características básicas de uma linguagem para esse tipo de sistema.

LUCKHAM, D.C. & Polak, W., "Ada Exception Handling: An Axiomatic Approach", ACM Trans. Prog. Languages and Systems, Vol. 2, nº 2, Abril 1980, p. 225-233.

O artigo propõe um método de docu-



BIBLIOGRAFIA

mentação e tratamento de excessões em programas de linguagem Ada. São dados axiomas e regras para as excessões em Ada.

APPELBE, W.F., "Abstract Data Types in Ada", Journal of Pascal and Ada, Vol. 3, nº 1, Janeiro/Fevereiro 1984, p. 26-29.

OGILVIE, J.W.L., "Modula-to-Ada Type Translation" Journal of Pascal and Ada, Vol. 3, nº 1, Janeiro/Fevereiro 1984, p. 30-32.

JANN, S.E., "Using JANUS/Ada" Journal of Pascal and Ada, Vol. 2, nº 4, Julho/Agosto 1983, p. 36-41.

O artigo apresenta um subconjunto não autorizado da linguagem Ada para rodar sob CP/M-80, CP/M-86 e MS-DOS (PC-DOS).

ROSSI, G.F. & Zicari, R. "Programming a Distributed System with Ada". Journal of Pascal and Ada, Vol. 2, nº 5, Setembro/Outubro 1983, p. 26-29.

YATES, R.K. & Ripken, "Ada Syntax Diagrams for Top-down Analysis". ACM Sigplan Notices, Vol. 16, nº 9, Setembro 1981, p. 29-41.

BOOCH, G., "Describing Software Design in Ada" ACM Sigplan Notices, Vol. 16, nº 9, Setembro 1981, p. 42-47.

WE THE RELL, C.S., "Problems with the Ada Reference Grammar", ACM Sig-

plan Notices, Vol. 16, nº 9, Setembro 1981, p. 90-104.

13. Linguagem CELL

SILBERSCHATZ, A., "Cell: A Distributed Computing Modularization Concept". IEEE Trans. Software Eng., Vol. SE-10, nº 2, Março 1984, p. 178-185.

O artigo apresenta a linguagem CELL, construída para processamento distribuído.

Essa linguagem permite a simulação de diversas outras linguagens e oferece ao programador as seguintes características:

1. Eficiente esquema de comunicação e sincronização.
2. Mecanismo de controle de ordem de atividades a serem executadas.

14. Linguagem IOTA

YUASA, T. & Nakajima, R., "IOTA: A Modular Programming System", IEEE Trans. Software Eng., Vol. SE-11, nº 2, Fevereiro 1985, p. 179-187.

IOTA é um sistema de programação altamente interativo que suporta programas modulares e hierárquicos, através de mecanismos de abstração.

O artigo discute os objetivos de projeto de sistemas de programação modular enfocando tópicos tais quais gerenciamento de informação, construções interativas, modificação de módulos, processamento separado, etc.



BIBLIOGRAFIA

15. "WORM"

SCHOCH, J.E. & Hupp, J.A. "The "WORM" Programs – Early Experience with a Distributed Computation" *Comm. ACM*, Vol. 25, nº 3, Março 1982, p. 172-180.

"WORM" é uma experiência em desenvolvimento de Computação distribuída: programas que vão além das fronteiras de uma máquina. Um programa "WORM" é constituído de vários segmentos, rodando em diversas máquinas.

16. Linguagem MODULA

WIENER, R.S., "Dynamic Multidimensional Arrays in Modula-2" *Journal of Pascal and Ada*, Vol. 2, nº 6, Novembro/Dezembro 1983, p. 43-48.

ANDERSON, T.L., "A Review of Selen Modula-2 Compilers". *Journal of Pascal and Ada*, Vol. 3, nº 2, Março/Abril 1984, p. 44-46.

GREENFIELD, S.B., "An Introduction to Modula-2". *Journal of Pascal and Ada*, Vol. 3, nº 3, Maio/Junho 1984, p. 36-40.

WIENER, R.S. & Sincovec, R.F., "Modular Software Construction and Object-Oriented Design Using Modula-2". *Journal of Pascal and Ada*, vol. 3, nº 3, Maio/Junho 1984, p. 41-47.

ERNST, G.W. & Ogden, W.F., "Specification of Abstract Data Types in Modula", *ACM Trans. on Programming Languages and Systems*, Vol. 2, nº 4, Outubro 1980, p. 522-543.

WIENER, R.S., "Generic Sorting in Modula-2". *Journal of Pascal and Ada*, Vol. 3, nº 1, Janeiro/Fevereiro 1984, p. 33-36.

17. Linguagem Byron

GORDON, M., "The Byron Program Development Languages" *Journal of Pascal and Ada*, Vol. 2, nº 3, Maio/Junho 1983, p. 24-28.

Linguagem patenteada pela Intermetrics, Inc., foi projetada para dar suporte a todas as fases do ciclo de desenvolvimento de um programa.

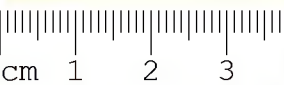
A linguagem foi projetada inicialmente para ser usada com a linguagem Ada, mas pode ser aplicada a linguagens antigas tal qual FORTRAN.



SINDICATOS DOS BIBLIOTECÁRIOS

MTb-24440-051.896/84 – Nos termos da proposta da Secretaria de Relações do Trabalho e atendendo ao que requereu a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo, RESOLVO, com a dispensa da exigência contida na alínea *a*, do artigo 515, da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecê-la sob a denominação de “SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO” Código nº 012.000.01987-2, como entidade sindical de 1º grau representativa da categoria profissional liberal integrante do 19º Grupo – Bibliotecários – do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, na base territorial do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, homologados os Estatutos Sociais, respeitada a legislação vigente. ALMIR PAZZIANOTTO PINTO.

D.O.U. 28 ago/85 - Seção I - p. 12614



LEGISLAÇÃO

DISPENSA DE PONTO

A Resolução SG nº 239.02, publicada no D.O.E. de 4 de setembro/1985 "dispensa de ponto os funcionários e servidores públicos estaduais, cujas atribuições se vinculem aos objetivos do conclave, para participarem do III SNIB a ser realizado no período de 23 a 25 de setembro de 1985 em São Paulo.

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA RECONHECIDO

O Ministro da Educação através da Portaria nº 630-A, de 09 de agosto de 1985, publicada no Diário Oficial da

União do dia 14 de agosto de 1985, à página 11.841, concedeu reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia, ministrado pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

A Resolução CFB nº 323/85, aprova "ad referendum" do Plenário as Reformulações Orçamentárias dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia da 1ª à 14ª Regiões.

A Resolução CFB nº 324/85, aprova os orçamentos da CFB e dos Conselhos Regionais, para o exercício de 1986.



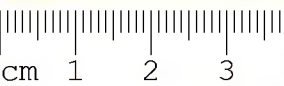
Cursos e eventos

III SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECONOMIA

Promovido pela FEBAB, com enorme freqüência, realizou-se no Anhembi, de 23 a 25 de setembro, o III SNIB, integrado no INFORMÁTICA/85, da SUCESU de São Paulo, sob a coordenação geral da Bibliotecária Carminda N. de C. Ferreira.

A diversidade dos temas apresentados pelos profissionais especialistas deram ao evento uma projeção de alto nível. Na avaliação final, todos os participantes destacaram unanimemente a importância do evento e a necessidade de os bibliotecários marcarem presença nas promoções da SUCESU.

Os trabalhos apresentados, em número de vinte e quatro, devem ser publicados com a colaboração da SUCESU de São Paulo.



EVENTOS E CURSOS

MESA REDONDA DA APBES

No dia 14 de novembro de 1985 a Presidente da APBES, em conjunto com a Presidente da Associação dos Economistas do E.S. promoveu numa Mesa Redonda para discutir o tema "Do Associativismo ao Sindicalismo — Engajamento e Participação".

IV SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO PARANÁ

Foi realizado nos dias 23/27 de setembro o IV Seminário de Bibliotecas Públicas Municipais do Paraná/1985 com a participação de representantes das Bibliotecas Públicas de 25 municípios.

Entre os participantes foram discutidas e sugeridas algumas atividades de extensão cultural:

— Promover concursos de redação, poesia, contos, crônicas, frases literárias, oratória, leitura dramática, leitor mais assíduo, hortas e jardins, etc.

— Realizar exposições de história do município, objetos antigos e curiosos, artesanato (com classificação dos melhores trabalhos), fotografias, postais, cartazes, resultados de concursos diversos, livros novos (últimas aquisições) ou de determinado autor ou assunto, obras de ganhadores do Prêmio Nobel e outros. Também pode-se expor livros ou outras informações nas vitrines do comércio.

— Promover palestras sobre problemas locais, higiene, educação sexual, alimentação, armamentação, ecologia, trânsito, história local ou episódios vários. As pales-

tras podem ser realizadas por autoridades, professores e técnicos de órgãos da comunidade (Acarpa, Cooperativa, etc.). Palestra com escritores ou artistas da cidade ou região, inclusive com Noite de Autógrafos. Ao invés de palestras, pode-se realizar debates ou reuniões organizadas, inclusive com professores de escolas rurais sobre leitura e uso de bibliotecas.

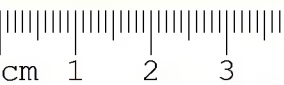
— Participar na promoção de cursos de cerâmica, desenho, pintura (em tecido ou porcelana) gravura, fotografia, enfeites de natal, jardinagem, relações humanas, iniciação musical, iniciação em xadrez, arte culinária, corte e costura, confecção de bonecos, colagens, chinelos, tricô e crochê, etc.

— Coordenar e apresentar teatro de fantoches ou peças infantis com grupos amadores, exhibir filmes ou diapositivos (slides); participar na realização de recitais de música (piano ou violão) ou de poesia, instituir a hora do samba ou rock para as crianças e inclusive promover o Baile do Livro, onde a entrada é paga com um livro.

As atividades não precisam ser realizadas especificamente na biblioteca, mas precisam de sua participação como promotora ou co-promotora, inclusive dispor antecipadamente de informações a cerca dos assuntos.

1º ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Promoção da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documenta-



EVENTOS E CURSOS

ção (ABEBD), em Recife, de 24 a 28 de fevereiro de 1986.

1. JUSTIFICATIVA

A ABEBD vem defendendo com toda convicção a necessidade de ser empenhada uma ação conjugada nacional com vistas ao desenvolvimento integrado dos cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação e da eficácia de seus desempenhos didáticos-científicos. Esta posição deve-se principalmente a precária constatação da precária consistência da aprendizagem desses cursos que vem tornando o processo de ensino de pouca valia quando o egresso entra no campo de trabalho pela inadequação entre o que lhe foi ensinado e o exercício da profissão acarretando o descrédito da sociedade em relação ao bibliotecário.

Assim, parece indispensável para o momento, que sejam definidos claramente os canais e procedimentos que possibilitem a integração dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação entre si e destes com os órgãos de classe, as bibliotecas e serviços de informações documentárias, visando a identificação de problemas que afetam o ensino de biblioteconomia desde a concepção dos novos currículos até a sua própria operacionalização.

De outra parte evidencia-se a necessidade de participação ativa e constante dos professores visando a definição conjunta de políticas e diretrizes relativas ao ensino de biblioteconomia no Brasil e a introdução de inovações em face da tecnologia

educacional que se reflete principalmente na forma de agrupar os alunos, na organização curricular, na melhoria da administração e na expansão dos recursos e meios para aprendizagem.

Centrado nessas preocupações o 1º ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO será um foro de debates sobre a situação atual do ensino de biblioteconomia e ciência da informação no Brasil, além de divulgar projetos e estudos em andamento identificando meios e modos de cooperação de um e outro curso, permitindo a difusão de novas técnicas e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino de biblioteconomia e ciência da informação no Brasil.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Propiciar amplo debate sobre a situação atual dos cursos de graduação e pós-graduação em biblioteconomia e em ciência da informação e suas implicações na formação do bibliotecário brasileiro.

2.2 Objetivos específicos

- a) Reunir dirigentes de cursos, professores, alunos e bibliotecários para um intercâmbio de idéias, opiniões, experiências e debates de problemas sobre a formação profissional do bibliotecário;
- b) Avaliar a implantação do novo currículo do curso de biblioteconomia;
- c) Favorecer a integração de currícu-



EVENTOS E CURSOS

los e programas;

d) Identificar as possibilidades de cooperação entre os cursos de graduação e pós-graduação resultantes da implantação do novo currículo mínimo;

e) Estimular o emprego de novas estratégias de ensino e o desenvolvimento de pesquisas.

3. TEMÁRIO

3.1 Tema central

Panorama do ensino de graduação e pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação no Brasil.

3.2 Subtemas

a) Pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação.

b) Novo currículo do curso de biblioteconomia: problemas e soluções.

c) Qualidade do pessoal docente.

ENDOCOM – ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A tentativa do PORTCOM – Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa – de multiplicar seus contactos com a rede usuária das suas informações bibliográficas foi concretizada durante o I Encontro Brasileiro de Documentação em Comunicação Social. Coordenado por Ada Dencker, o evento teve o apoio do IBICT-CNPq, ABECOM, ECA-USP e CODAC-USP. Paralelamente ao I ENDOCOM, foi realizada no Anfiteatro de Convenções da USP a I

EXPOCOM – Exposição de Publicações da área de Comunicação Social, nos dias 27, 28 e 29 de novembro.

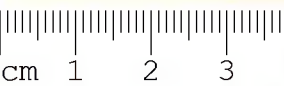
Com a realização do ENDOCOM, que deverá prosseguir nos próximos anos, a INTERCOM estabelece relações mais sólidas com os bibliotecários, arquivistas e pesquisadores que trabalham nas escolas e nas empresas de comunicação e se valem do seu acervo documental.

A Vice-Presidente da FEBAB foi convidada pelo Presidente do I ENDOCOM a participar do Painel "Automação da Memória Informativa nas Empresas de Comunicação".

INTERCOM/86: ENCONTRO IBEROAMERICANO

O IX Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, que a INTERCOM promove na cidade de São Paulo, no período de 1 a 7 de setembro de 1986, terá dimensão iberoamericana. Além dos debates sobre o tema central, **Comunicação para o Desenvolvimento**, serão realizados eventos paralelos, destinados a segmentos específicos da nossa comunidade acadêmica.

Estão previstas as seguintes reuniões: I Encontro Iberoamericano de Pesquisadores da Comunicação (co-promoção: ALAIC), III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Pós-Graduação em Comunicação Social (co-promoção: FELAFACS), I Seminário Brasileiro de Divulgação Científica, II Encontro Brasileiro de Documentação em Comunicação Social e I Encontro Ibero-americano de Editores



EVENTOS E CURSOS

de Revistas de Comunicação.

Algumas atividades paralelas estão sendo previstas: o I Festival Brasileiro de Vídeo Universitário, o I Festival Brasileiro de Rádio Experimental e Alternativo e a II Exposição de Publicações da Área de Comunicação Social.

I SEMINÁRIO DE BIBLIOTECONOMIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO SOCIAL

No Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, de 21 a 24 de novembro, 1985, sob a coordenação de Telma Teles de Freitas, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais promovem este I Seminário com os seguintes objetivos:

- Implantar um SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO SOCIAL.
- Abrir espaços para discutir a prática da Biblioteconomia na área social, principalmente no Serviço Social.
- Preparar um "Thesaurus".
- Elaborar normas técnicas.
- Facilitar trocas de experiência entre Bibliotecas especializadas em Serviço Social e no campo social.
- Proporcionar maior disponibilidade e acessibilidade às informações documentais.
- Funcionar como memória histórica e técnica do Serviço Social.

TEMA CENTRAL:

A PRÁTICA DO BIBLIOTECÁRIO

180

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 18(2/4): 176/183, Dez/85

FRENTE ÀS QUESTÕES DO SERVIÇO SOCIAL.

SUB-TEMAS:

Serviço Social e Informação.
Biblioteconomia e Serviço Social.
Informação e Desenvolvimento Científico.

CONFERENCISTAS CONVIDADOS:

ILDA LOPES RODRIGUES DA SILVA — Assistente social e coordenadora-professora da pós-graduação de Serviço Social da PUC/RJ.

CLARISSE MOLETALE SOUZA FARIAS — Bibliotecária e professora da Universidade Federal Fluminense; Conselheira do CRB/7. Reg. e membro da Comissão Editorial.

LÍDIA SAMBAQUI — Bibliotecária da Fundação Getúlio Vargas.

JANICE MONTEMOR — Bibliotecária e ex-Diretora da Biblioteca Nacional.

TELMA TELES DE FREITAS — Bibliotecária do CBCISS.

CURSO DE NORMALIZAÇÃO NO CEARÁ

Realizou-se no período de 02 a 13 de setembro do corrente ano, o "Curso de Normalização de Trabalhos Técnicos e Científicos" no CETREDE, patrocinado pela CEPA/CE e o GBIDA/CE. O objetivo do evento foi implantar normas de documentação da ABNT, nos documentos a serem gerados pelos órgãos ligados à área



180
Digitalizado
gentilmente por:



EVENTOS E CURSOS

agrícola do Estado, tendo em vista a sua padronização. O curso foi ministrado pela colega Bibliotecária MARIA TEREZA BEZERRA DE MENEZES FONTENELE-CEPA/CE e teve a participação das seguintes Instituições: EMATERCE, SUDEC, EPACE, ETERCE, CAEM, IPLAN-CE e Biblioteca Universitária da UFC.

IFLA

A 52ª Conferência Geral será realizada em 1986, em Tóquio, de 24 a 29 de agosto, de 1986, sob a Presidência de Michio Nagai, da Associação de Bibliotecários japoneses.

Tema: "Novos Horizontes da Biblioteconomia, rumo ao Séc. XXI".

37ª FEIRA INTERNACIONAL DO LIVRO FRANKFURT

Todos os anos, em outubro, Frankfurt é cenário do maior acontecimento editorial do mundo, como Centro Internacional de comunicação dos profissionais do livro, reunindo: Escritores, Editores, Bibliotecários, Distribuidores, Livreiros e Leitores.

Cerca de 6.000 Editores, representantes de 80 países, lançarão no mercado 90.000 livros, entre os 300.000 a serem expostos na Feira, de 9 a 14 de outubro de 1985.

ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS DA REDE OFICIAL DO ENSINO

No dia 29 de agosto realizou-se na

Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas (CENP), Encontro reunindo pela primeira vez os bibliotecários efetivos da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Dos 27 bibliotecários existentes oficialmente, compareceram 23, os quais assistiram a palestras referentes à sua área, debateram questões e apresentaram sugestões e reivindicações. O Encontro foi produtivo sob vários aspectos, além de propiciar o conagraçamento dos participantes.

2º CICLO DE ESTUDOS FLUMINENSES

Promovido pela Associação de Amigos da Biblioteca de Ciências Humanas e pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, realizou-se de 11 a 16 de agosto de 1985, o 2º CEF que abrangeu Sessões de Estudo de Informação, Documentação e Arquivo.

1º ENDIB

A Comissão Brasileira de Documentação Biomédica da FEBAB e o grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Biomédica do Rio de Janeiro, com o apoio do CRB-7 e da Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro, realizaram no período de 17 a 20 de novembro o 1º ENCONTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO BIOMÉDICA na Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro.



EVENTOS E CURSOS

VI ENCONTRO DE BIBLIOTECONOMIA DO VALE DO PARAÍBA

Promovido pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila e pela APB, realizou-se em Lorena, dia 5 de outubro de 1985, o VI EBVP, que desenvolveu o Tema Biblioteca – Instrumento de Ensino e Aprendizagem, com os seguintes objetivos:

- promover interação de bibliotecários, professores e educadores para discutirem uma nova proposta da democratização da leitura;
- conscientizar bibliotecários, professores e educadores da função dinâmica da biblioteca como instrumento na formação de hábitos de leitura;
- mostrar a importância da leitura e da pesquisa como suporte estrutural dos programas curriculares oficiais.

1º CICLO DE MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS EM BIBLIOTECAS

Tendo em vista a importância da aplicação do Marketing para o desenvolvimento das bibliotecas e o desconhecimento por parte dos profissionais em biblioteconomia quanto à sua implantação e utilização, o Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUC-CAMP realizou nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 1985 em Campinas, o "1º Ciclo de Marketing e Relações Públicas em Bibliotecas".

Os objetivos principais deste evento fo-

ram:

1. familiarizar o profissional bibliotecário quanto aos conceitos e princípios que regem a filosofia de marketing;
2. demonstrar como esta filosofia de trabalho pode ser aplicada com sucesso na biblioteca e contribuir para o desenvolvimento da mesma;
3. debater e discutir sobre os problemas, dificuldades e constrangimentos para sua aplicação (recursos, mentalidade, apoio, etc.);
4. fornecer subsídios aos participantes capacitando-os a implantar um programa de marketing e relações públicas em suas bibliotecas.

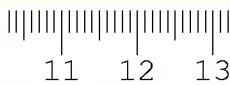
1º SEMINÁRIO NACIONAL DE MICROFILME EM BIBLIOTECAS

Integrado na 10ª Convenção Nacional do Microfilme, 2º Congresso Brasileiro de Organização, Sistemas e Métodos e o 5º Congresso Latino-Americano de Micrográfica, realizou-se nos dias 14 e 15 de outubro, no Anhembi, o 1º SNMB, promovido pela FEBAB e coordenado pela Vice-Presidente Carminda Nogueira de Castro Ferreira.

Embora o número de inscrições não correspondesse à importância que o microfilme vem adquirindo na organização e administração das bibliotecas, a apresentação dos trabalhos inscritos superou as expectativas.

Sob a Presidência de May Brooking Negrão (FEBAB) foram apresentadas as seguintes palestras:

1. Mutirão Nacional de Microfilmagem



EVENTOS E CURSOS

de Acervos Hemerográficos, pela Dra. Esther Caldas Guimarães Bertoletti, Felícia Musikman e Maria José da Silva Fernandes, da Biblioteca Nacional e do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos.

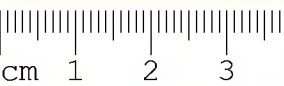
2. O Mínimo que o Bibliotecário Precisa Saber Sobre Microfilmagem, pelo bibliotecário Francisco José de Castro Ferreira.

3. Revistas Microfilmadas em Bibliotecas Especializadas por Vera Aparecida

dos Santos Nascimento e Carminda Nogueira de Castro Ferreira.

4. Microfilmagem para Preservar e Recuperar a História da Imprensa Espírito-Santense, por Florisvaldo Lucas Sena.

5. Catalogação de Microformas em Bibliotecas Tradicionais, por Sônia Maria de Hanai Analisados os inconvenientes que impediram um maior número de inscrições, já está sendo cuidadosamente elaborado o plano do 2º Seminário, a realizar-se em 1986.



Noticiário

— XVI ENCONTRO DE EDITORES E LIVREIROS

Promovido pela Câmara Brasileira do Livro, em Atibaia, de 5 a 9 de novembro p.p., teve como tema central a expansão do mercado editorial e livreiro. Como principal preocupação dos debates esteve o incremento do hábito de leitura na população brasileira — uma das metas do convênio da Câmara Brasileira do Livro e da Associação Paulista de Fabricantes de Papel, com o apoio do Sindicato Nacional dos Editores e da Associação Nacional de Livrarias.

— EXPANSÃO DO SETOR DE CELULOSE E PAPEL

Após inverter, em 1978, a posição de dependência externa no setor, a indústria de celulose e papel conquistou para o Brasil o 5º lugar de maior exportador de celulose (é o 8º produtor mundial desse produto e o 12º de papel e cartão), superando a Noruega e o Japão e sendo superado, pela ordem, pelo Canadá, Suécia, Estados Unidos e Finlândia. Na área



NOTICIÁRIO

de papéis de imprimir e escrever não revestidos, os dados disponíveis do comércio mundial (1981) conferem ao Brasil um fornecimento superior ao do conjunto Escandinávia/Finlândia, Japão, Áustria, França e Alemanha. Essa informação foi dada aos participantes da turma "General Euclides Figueiredo" da Escola Superior de Guerra pelos empresários Max Feffer e Boris Tabacof, durante visita à fábrica da Cia Suzano de Papel e Celulose.. Não obstante esse avanço o consumo de papel per-capita no Brasil é ainda relativamente baixo (29 kg/habitante) 10 vezes menor que nos Estados Unidos e um pouco abaixo da Argentina, mas projeta-se que esse consumo avançará nestes próximos anos a 35 quilos.

— SEBIPAR

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais do Paraná elaborou e apresentou à Direção da Biblioteca Pública do Paraná os seguintes itens em seu Plano de Ação para 1986:

- Criação oficial do Sistema (que até hoje apenas se constitui de um Programa resultante de um Convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura e Esporte e o INL, tendo como órgão executor a Biblioteca Pública do Paraná).
- Execução do Programa Nacional de Bibliotecas do INL a nível do Paraná.
- Seis Seminários com encarregados de bibliotecas públicas municipais.
- Visitas de assessoramento a 150 bibliotecas públicas municipais.
- Preparo técnico de bibliotecas.

- Aquisição centralizada.
- Serviço de permuta de publicações.
- Estudo de campanhas de arrecadação de recursos da comunidade.
- Publicações e exposições.
- Listagens de referências bibliográficas consideradas básicas para bibliotecas públicas municipais de pequeno e médio porte.

— PROFESSOR EMÉRITO DA UFMG

No dia 10.12.85, a Diretoria e a Congregação da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais outorgaram o título de PROFESSOR EMÉRITO à professora Ana Maria Athayde Polke.

— PRÊMIO BRASÍLIA DE BIBLIOTECONOMIA

O prêmio instituído pela ABDF será este ano patrocinado pela Encyclopaedia Britannica. A Portaria 06/82 que criou o Prêmio e estabeleceu normas para a concessão sofreu as seguintes modificações:

Art. 1º — nada muda.

§ 1º — nada muda.

§ 2º — nada muda.

§ 3º — Membros da Comissão não podem concorrer ao mesmo.

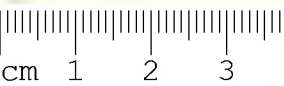
Art. 2º — A escolha do premiado será feito voto dos bibliotecários, registrados no CRB-1, e dos Associados, inscritos na ABDF, em pleno gozo de seus direitos e em efetivo exercício.

§ 1º — nada muda.

§ 2º — nada muda.

§ 3º — nada muda.

§ 4º — Um mês antes da votação o



NOTICIÁRIO

CRB-1 e ABDF divulgarão o total de profissionais e Associados aptos a votarem para efeito do cálculo da percentagem requerida.

Art. 3º — nada muda.

§ 1º — em lugar de parágrafo único.

§ 2º — Os que optarem pelo voto secreto deverão votar na Secretaria da ABDF, no horário comercial, assinando a lista de votação.

Art. 4º — nada muda.

Parágrafo único — Ao receber voto identificado, por correspondência e/ou em mãos, a Secretaria aporá o nome do signatário na lista de votação.

Art. 5º — O valor do prêmio para 1986 será de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros) e, no caso de não concedido, não acumulará.

Parágrafo único — O prêmio em dinheiro poderá ser substituído por um objeto, no mesmo valor e, por opção do premiado poderá, também, ser transformado em placa, medalha ou documento significativo, desde que haja consentimento da Diretoria da ABDF.

Art. 6º — nada muda.

Art. 7º — nada muda.

Brasília, 20 de dezembro de 1985.

Comissão do Prêmio
Diretoria Social da ABDF
Secretaria Executiva

— MEDALHA BIBLIOTECA NACIONAL

No aniversário de 175 anos da Biblioteca Nacional, o Ministro da Cultura, Aluisio Pimenta, entregou a medalha Biblioteca Nacional ao poeta Carlos Drum-

mond de Andrade, ao jurista Afonso Arinos de Melo Franco, ao escritor Josué Montello e à Bibliotecária Janice de Melo Mont-Mor. A medalha, criada pela diretora-geral da Biblioteca Nacional, Maria Alice Barroso, é conferida a personalidades que se destaquem pelo vínculo que possam ter com a entidade, ou pela ajuda que tenham prestado à preservação de bens culturais ou de seu acervo.

-- BIBLIOTECAS INFANTIS NA ILHA DA MADEIRA

Desde 1979, desenvolve-se o projeto de criação de bibliotecas infantis O JARDIM na Ilha da Madeira (Portugal). O JARDIM do Funchal foi inaugurado em 1979 sob o patrocínio da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Na ocasião, 150 professores oriundos de diversos pontos da Ilha participaram de dois seminários regionais de literatura para a infância, disciplina que não constava da preparação profissional dos mesmos. Na primeira fase (de 28 a 30 de março) ouviram a pedagoga MARGARIDA SILVA (que dirige o projeto até hoje) e debateram com ela os seguintes temas: Livro infantil e suas qualidades; Literatura como recreação e comunicação; Como contar histórias; Classificação de Livros por conteúdos e níveis etários; Bibliotecas escolares; Bibliotecas de classe e o projeto O JARDIM; Análise de livros infantis; Teatro na escola primária. No segundo seminário, o debate versou sobre os seguintes temas: A Criança e a poesia — Ler a poesia; Pedagogia da poesia na escola primária; Banda desenhada (imagem e texto) e sua exploração peda-



NOTICIÁRIO

gógica; Texto provocado — diversos aspectos e técnicas. Esse período fundamentou teoricamente a prática de ação que desejavam atingir. Posteriormente, Margarida Silva e sua equipe desenvolveram várias técnicas para dinamização de grupos, criaram novas instalações de O JARDIM (oito a partir de 1983) em outras regiões da Ilha e aprofundaram o entendimento com a rede escolar para servir-lhe de complemento, além de atender às alunas do curso de EDUCADORAS DA INFÂNCIA na organização de trabalhos e estagiários do CICLO PREPARATÓRIO, com livros que só podem ser requisitados por professores — dado ao seu caráter didático e de alto custo.

Esse período de estudo no campo experimental da educação informal, contribuindo para aprimorar a educação formal, resultou, finalmente, na abertura da Biblioteca de Educação Permanente A ÁRVORE, ligada ao JARDIM de Santo Antônio. A ÁRVORE é o ponto de ligação escola-comunidade. Grande número de seus leitores são jovens de idade superior a 16 anos, os mesmos que, há cinco anos, desenvolveram as suas capacidades de leitores na biblioteca infantil em Santo Antônio.

Endereço para correspondência: Margarida Silva — Apartado 152 — 9002 — Funchal — Madeira — Portugal.

— CENTRO BRASILEIRO BANDEIRA DA PAZ

A Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, homenageando o Ano da Juventude, resolveu criar esse Centro junto com as crianças e pais que fizeram parte da delegação brasileira à Assembléia Internacional Banderia da Paz realizada em Sofia (Bulgária — 1982 e 1985). O Centro visa expandir entre os jovens a idéia da paz através da criação da beleza e unidade, com encontros e maratonas em torno da arte.

Informações: TEAR — Rua Artur Menezes, nº 48 — Rio de Janeiro — Tel.: 234-5590.

— COMISSÃO EXECUTIVA DA IFLA

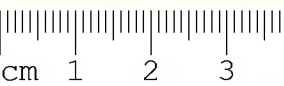
Presidente: Hans Peter Geh

Membros: Pranod B. Mangla

Piet Y. Th. Schoots

Margareta Torngren

Robert Wedgenvosth



NOTICIÁRIO

– TABELA ÚNICA PARA PROFISSÕES LIBERAIS

A Comissão de Anteprojeto da CPPU apresentou proposta de tabela única para todas as profissões liberais do Estado. A proposta foi aprovada na reunião realizada no último dia 10 de setembro.

VALORES PROPOSTOS PARA A CARREIRA MULTIPROFISSIONAL

	VALORES INICIAIS		VALORES FINAIS	
	REF.	VALOR	REF.	VALOR
NÍVEL I	26	3.730.201	49	11.457.397
NÍVEL II	29	4.318.174	52	13.263.363
NÍVEL III	32	4.998.826	55	15.354.008
NÍVEL IV	35	5.876.765	58	17.774.183
NÍVEL V	38	6.698.903	61	20.575.839
NÍVEL VI	41	7.754.817	64	23.819.106

– CONSELHO REGIONAL EM NOVA SEDE

A diretoria do CRB-8 está realizando os planos que traçou para sua gestão. O Conselho tem, agora, nova sede, à rua Coronel Xavier de Toledo, 98 – 10º andar, conjuntos, 102 e 103. Já à disposição, a partir do mês de outubro.

centenas de volumes de História do Brasília – além de livros em inglês, francês, italiano, alemão e até grego. Os assessores de Sarney foram os que ficaram mais embevecidos com a descoberta de farto material sobre Economia, incluindo publicações de Marx e Engels difíceis de encontrar nas livrarias do País”.

– BIBLIOTECA DO PALÁCIO DA ALVORADA

O jornal “O Globo”, de 25 de julho p.p. publicou a seguinte notícia:

“O uso da biblioteca do Palácio da Alvorada como cenário para a gravação do pronunciamento do Presidente José Sarney serviu para que assessores do Palácio do Planalto achassem um verdadeiro tesouro bibliográfico – Em encadernações luxuosas, a biblioteca reúne não só compêndios e obras mais comuns, mas raridade como uma “brasileira” completa, com

– REIVINDICAÇÃO SALARIAL

O Conselho Regional de Biblioteconomia e demais entidades representativas da classe, sob a liderança do Deputado Fernando Leça que ensejou a oportunidade de uma audiência com o Senhor Governador, estiveram no Palácio dos Bandeirantes, no dia 2 de abril, reivindicando:

– equiparação salarial do Bibliotecário conveniado através do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo ao do Bibliotecário do quadro da Administração Direta;



NOTICIÁRIO

- alteração da referência inicial do Bibliotecário, passando para a 12 (a antiga do Médico era 11), Velocidade Evolutiva 5 e a instituição da Gratificação de Incentivo à Atividade de Nível Universitário correspondente a 80% do valor do padrão a que estiver posicionado o profissional;
- criação da carreira do Bibliotecário;
- aproveitamento imediato dos remanescentes do Concurso Público de Bibliotecário, com prazo de validade até 11/12/85, objetivando o preenchimento dos cargos existentes na Secretaria da Educação;
- criação de 1 (uma) função de Bibliotecário em cada uma das 115 Delegações Regionais de Ensino, para supervisionar os serviços biblioteconômicos em cada jurisdição.

Tais reivindicações vêm sendo constantemente cobradas das Secretarias de Estado, às quais foram encaminhados os documentos para estudos.

Considerando, entretanto, que até a presente data, nenhum resultado concreto foi obtido em relação à Política Salarial, representantes do CRB-8 uniram-se às demais profissões liberais, constituindo, assim, a Coligação Paulista de Profissionais de Nível Universitário (CPPU).

O objetivo da Coligação é o fortalecimento das categorias, a fim de pleitear a equivalência salarial, adequando-a, à realidade sócio-econômica em que vivemos.

Espera-se que os colegas prestigiem os movimentos reivindicatórios, deles participando ativamente e colaborando para o seu engrandecimento, pois somente uni-

dos venceremos.

A CPPU está se reunindo todas as quintas-feiras, em local previamente determinado, a fim de elaborar documento único de reivindicação salarial e de carreiras.

O CRB-8, encaminhou como prioridade da Classe, as seguintes sugestões:

- a) que as profissões liberais iniciem suas carreiras na mesma referência salarial, obedecendo a lei da paridade nos 3 poderes;
- b) que a velocidade evolutiva das carreiras seja igual (vel. 5);
- c) que os níveis de carreira sejam determinados em percentual proporcional ao número de profissionais (ex.: pesquisador científico);
- d) que seja pleiteada a volta da escala única para todos os funcionários, tendo por piso inicial 2 1/2 salários mínimos (Lei Complementar 180/78);
- e) que seja instituída a gratificação de atividade, de acordo com a legislação federal.

— HOMENAGEM

O Ministro da Cultura, prof. Aluisio Pimenta, manteve Maria Alice Barroso na direção da Biblioteca Nacional. Sua atitude foi recebida com muita alegria pelos bibliotecários, que vêem assim não apenas seus direitos e legislação respeitados, mas prestada justiça a uma ilustre colega.

— NOVOS RUMOS PARA AS BIBLIOTECAS

A implantação do Sistema Bibliodata/Calco no Brasil representa uma conqui-



NOTICIÁRIO

ta muito importante no campo de automação de informações, tendo sido a Fundação Getúlio Vargas, através de sua Biblioteca Central e do seu Centro de Processamento de Dados, uma das pioneiras neste avanço tecnológico no país.

Este Sistema, em pleno funcionamento na FGV tem como objetivo principal contribuir para o estabelecimento de formas avançadas de cooperação entre as Bibliotecas, os Centros de Documentação e Informação existentes, pelos quais se possa obter trabalho conjunto, com aperfeiçoamento dos serviços prestados e com real redução de custos (Transcrito do Informativo Bibliodata/Calco nº 1, da FGV – Praia de Botafogo, 184 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 22.253).

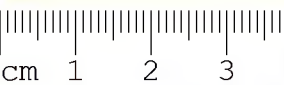
– SISTEMA CALCO NA BIBLIOTECA NACIONAL

Em dezembro foi firmado novo contrato de prestação de serviços entre a BN e a FGV para uso do Sistema Calco.

– SISTEMA DE ACESSO PÚBLICO A BASE DE DADOS

O IBICT, de acordo com o que foi estabelecido pelo PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está patrocinando o estudo de um Sistema de Acesso Público a Base de Dados.

O Grupo Coordenador desse estudo foi formado com a participação da SEI, BIREME, CIN, EMBRAPA, FGV, SERPRO, EMBRATEL, SUCESU, FIESP, PROMON e IBICT.



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 18 n.º: 3/4, jul./dez. 1985

Nome / Name:

Endereço / Address:

Data / Date:

(a)

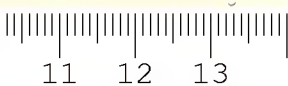


Digitizado
gentilmente por:





Digitalizado
 gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Librerature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 – 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1—10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)

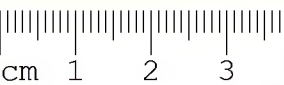
1982, 15 (1/4)

1983, 16 (1/4)

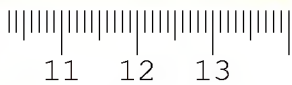
1984, 17 (1/4)

1985, 18 (1/4)

Impressão e Acabamento:
grafistyl editora gráfica ltada.
tel.: 66-0220
são paulo — sp



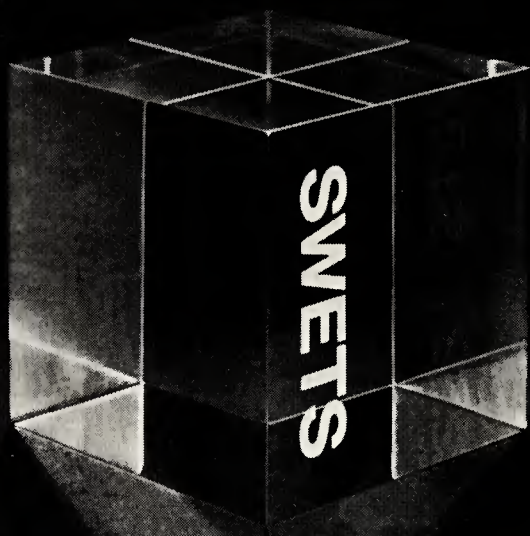
Digitalizado
gentilmente por:



Swets...

Uma agência especializada no fornecimento de revistas científicas em todas as matérias, publicadas na Europa, América do Norte e resto do mundo.

Teremos muito prazer em enviar-lhe o nosso folheto informativo assim como documentação detalhada sobre os nossos serviços.



Telefone ou escreva para:
Swets Serviços para Bibliotecas Ltda.
Rua Anfilóbio de Carvalho, 29
Grupo 409/Castelo
20.030 RIO DE JANEIRO - RJ
Telefone: (021) 2627538

Estamos à sua disposição durante a 9ª Bienal Internacional do Livro de 21 a 31 de agosto de 1986



Digitalizado
gentilmente por:

